

OBSERVAÇÃO E REFLEXÃO DO AMBIENTE ESCOLAR I

AUTORES

Clenio Vianeí Mazzonetto

Angela Maria Paloschi Mazzonetto



LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO

OBSERVAÇÃO E REFLEXÃO DO AMBIENTE ESCOLAR I

AUTORES

Clenio Vianezi Mazzonetto

Angela Maria Paloschi Mazzonetto

1ª Edição
UAB/NTE/UFMS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Santa Maria | RS
2019

©Núcleo de Tecnologia Educacional – NTE.
Este caderno foi elaborado pelo Núcleo de Tecnologia Educacional da
Universidade Federal de Santa Maria para os cursos da UAB.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Ricardo Vélez Rodríguez

PRESIDENTE DA CAPES

Anderson Ribeiro Correia

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

REITOR

Paulo Afonso Burmann

VICE-REITOR

Luciano Schuch

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO

Frank Leonardo Casado

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Martha Bohrer Adaime

COORDENADOR DE PLANEJAMENTO ACADÊMICO E DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Jerônimo Siqueira Tybusch

COORDENADOR DO CURSO DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO

Sidnei Renato Silveira

NÚCLEO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL

DIRETOR DO NTE

Paulo Roberto Colusso

COORDENADOR UAB

Reisoli Bender Filho

COORDENADOR ADJUNTO UAB

Paulo Roberto Colusso

NÚCLEO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL

DIRETOR DO NTE

Paulo Roberto Colusso

ELABORAÇÃO DO CONTEÚDO

Clenio Viane Mazzone

Angela Maria Paloschi Mazzone

REVISÃO LINGÜÍSTICA

Camila Marchesan Cargnelutti

Maurício Sena

APOIO PEDAGÓGICO

Carmen Eloísa Berlot Brenner

Keila de Oliveira Urrutia

EQUIPE DE DESIGN

Carlo Pozzobon de Moraes – Diagramação

Juliana Facco Segalla – Diagramação

Matheus Tanuri Pasotini – Ilustração

Raquel Pivetta – Diagramação

PROJETO GRÁFICO

Ana Letícia Oliveira do Amaral



M478o Mazzone, Clenio Viane
Observação e reflexão do ambiente escolar I [recurso eletrônico] /
Clenio Viane Mazzone, Angela Maria Paloschi Mazzone. –
Santa Maria, RS : UFSM, NTE, 2019.
1 e-book

Este caderno foi elaborado pelo Núcleo de Tecnologia Educacional
da Universidade Federal de Santa Maria para os cursos da UAB
Acima do título: Licenciatura em computação
ISBN 978-85-8341-243-4

1. Educação 2. Educação humanística 3. Ambiente escolar
I. Mazzone, Angela Maria Paloschi II. Universidade Aberta do
Brasil III. Universidade Federal de Santa Maria. Núcleo de
Tecnologia Educacional IV. Título.

CDU 37.014

Ficha catalográfica elaborada por Alenir Goularte - CRB-10/990
Biblioteca Central da UFSM

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



PROGRAD



APRESENTAÇÃO

A disciplina Observação e Reflexão do Ambiente Escolar tem como objetivo atuar no ambiente escolar, com uma visão crítica da realidade do planejamento e avaliação escolar relacionando-os com a comunidade e reorganizando os tempos e espaços escolares, ampliando a jornada escolar, fazendo a gestão da escola de forma participativa, sempre repensando os objetivos e as práticas do currículo e da avaliação. Estes serão algumas das propostas apresentadas por este livro.

O objetivo principal deste livro é traçar alguns referenciais para uma abordagem crítica da ética em uma educação, na perspectiva de humanização. A qualidade ética da ação do educador não é identificada através de ações adicionais externas à prática pedagógica, mas sim através de sua interioridade inerente à educação humanizadora.

Na unidade 1 iremos discorrer sobre a observação e análise do cotidiano escolar como instrumento de integração e envolvimento do aluno com a realidade social e econômica do trabalho escolar.

Nesta unidade observaremos a maneira que qual a prática de observação da escola e prática docente contribuem com o processo de formação. O texto traz algumas reflexões iniciais e fundamentação teórica acerca do tema e, também, proporcionar um prévio conhecimento em torno das metodologias utilizadas. Sabemos que ser professor não é tarefa fácil, pois a escola é marcada por ser um ambiente complexo, onde alunos de diferentes realidades se encontram em um mesmo lugar, cabendo ao professor trabalhar de forma equitativa, para que possa desenvolver e aplicar metodologias de ensino que consigam desenvolver nos alunos o conhecimento. Assim, a prática de observação se apresenta como uma etapa indispensável na formação inicial do professor, já que lhe permite observar a maneira como a escola está organizada, quais seus objetivos e como irá impactar na vida dos alunos, além de proporcionar uma leitura acerca das metodologias de ensino utilizadas, dando início a sua própria prática.

Na unidade 2, veremos a familiarização com aspectos físicos estruturais, culturais, sociais e ideológicos da escola. Também iremos refletir sobre a compreensão da dinâmica escolar, a fim de conhecer novos métodos e aprimorar os antigos.. Iremos abordar também, a influência da estrutura escolar no processo de ensino aprendizagem.

ENTENDA OS ÍCONES



ATENÇÃO: faz uma chamada ao leitor sobre um assunto, abordado no texto, que merece destaque pela relevância.



INTERATIVIDADE: aponta recursos disponíveis na internet (sites, vídeos, jogos, artigos, objetos de aprendizagem) que auxiliam na compreensão do conteúdo da disciplina.



SAIBA MAIS: traz sugestões de conhecimentos relacionados ao tema abordado, facilitando a aprendizagem do aluno.



TERMO DO GLOSSÁRIO: indica definição mais detalhada de um termo, palavra ou expressão utilizada no texto.

SUMÁRIO

▷ APRESENTAÇÃO ·5

▷ UNIDADE 1 – OBSERVAÇÃO ·8

Introdução ·10

1.1 Observação e análise do cotidiano escolar como instrumento de integração e envolvimento do aluno com a realidade social e econômica do trabalho escolar ·11

1.2 Familiarização com aspectos físico-estruturais, culturais, sociais e ideológicos da escola ·24

Atividade - Unidade 1 ·39

▷ UNIDADE 2 – OS ESPAÇOS ESCOLARES ·40

Introdução ·42

2.1 Compreensão da organização dos espaços escolares ·43

2.2 Organização do trabalho escolar ·53

2.3 A Relação da escola com a comunidade ·73

2.4 As dificuldades decorrentes das relações com a comunidade ·83

Atividade - Unidade 2 ·94

▷ CONSIDERAÇÕES FINAIS ·96

▷ REFERÊNCIAS ·97

▷ APRESENTAÇÃO DOS PROFESSORES ·108

1

OBSERVAÇÃO

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, novas reflexões sobre a realidade educacional que nos cerca são necessárias para que Gestores, Coordenadores Pedagógicos e Educadores possam pautar suas ações na busca de valores que demonstrem o amadurecimento do Ser Humano como um todo, e que envolva respeito à vida, ao meio ambiente, a justiça social, o respeito à diversidade cultural, enfim, um conjunto de questões, ligadas diretamente ao ato de educar e que todos os envolvidos devem realizar para que sejam oferecidas as condições adequadas para que os direitos a uma educação de qualidade para o Ser Humano.

Para alcançar uma educação de qualidade, é preciso reverter o quadro em que a educação se encontra. Para isso, são necessários grandes esforços dos governos e da sociedade, fazendo necessária a definição e o desenvolvimento de políticas públicas que visem a superação das desigualdades que se manifestam em todos os setores.

Um aprofundamento sobre essa questão na escola, é potencialmente rico por possibilitar a todos os profissionais da educação, aos pais e aos estudantes a ampliação da compreensão das vinculações da escola com a sociedade e com projetos socioeducativos, bem como o reconhecimento dos mecanismos de exclusão e discriminação de quaisquer ordens, para melhor enfrentá-los e superá-los.

Sendo assim, nesta unidade procuramos, através de referenciais teóricos, trazer para reflexão, um pouco do processo educacional que é dinâmico e que está em constante mudança, apontando possíveis caminhos para planejamentos, envolvimento de educadores e educandos no processo de aprendizagem e, também a familiarização destes com os aspectos sociais e ideológicos que envolvem a Escola.

1.1

OBSERVAÇÃO E ANÁLISE DO COTIDIANO ESCOLAR COMO INSTRUMENTO DE INTEGRAÇÃO E ENVOLVIMENTO DO ALUNO COM A REALIDADE SOCIAL E ECONÔMICA DO TRABALHO ESCOLAR

Para iniciar o trabalho, se faz necessário refletirmos um pouco sobre o que é conhecimento.

O objetivo é tentar compreender, captar, conhecer os fenômenos, mas isso é possível? É possível o sujeito captar o objeto em toda sua dimensão? Pode o sujeito conhecer a essência, ou apenas, a coisa em si, ou apenas os fenômenos? Apenas aquilo que aparece? Nossa consciência tem capacidade de refletir de forma adequada o que nos é apresentado?

Essas possíveis respostas nos são apresentadas por alguns filósofos.

Em Hegel, por exemplo, a sua resposta afirmativa entende-se por si, pois aquilo que nós conhecemos no mundo real é, precisamente, o seu conteúdo conforme o seu pensamento, aquilo que faz do mundo uma realização por estádios da Ideia absoluta, a qual, ideia absoluta, existiu algures desde a eternidade, independente do mundo, antes do mundo; mas salta aos olhos sem mais o que o pensamento pode conhecer um conteúdo que, de antemão, é já conteúdo do pensamento. (TRIVINHOS, 2012, p. 24).

Os idealistas subjetivos de um modo geral duvidam da possibilidade do conhecimento “da coisa em si”. Os idealistas objetivos acreditam na possibilidade de conhecer o mundo. Entre eles destaca-se o filósofo Hegel.

De forma generalizada podemos afirmar que se dividem basicamente em dois grupos, a possibilidade do conhecimento. Um grupo de filósofos que negam a possibilidade do conhecimento do universo e de suas leis; e outro grupo que afirma ser possível pelo homem este mesmo conhecimento.

O grupo que nega a possibilidade do conhecimento é representado por Górgias de Pierro, também chamados de Céticos. Na antiguidade foram representados por Protágoras e, na Idade Moderna por grandes representantes do agnosticismo, do positivismo, do fenomenalismo, do relativismo, do pragmatismo, etc.

Entre os filósofos modernos que contestam a possibilidade de um conhecimento exaustivo, pertencem Hume e Kant. A mais percuciente refutação desta, como de todas as outras tendências filosóficas, é a prática, nomeadamente, a experimentação

e a indústria. Quando nós podemos demonstrar a correção de nossa concepção de um processo natural, fazendo-o nós a ele próprio, produzindo-o a partir de suas condições, fazendo-o acima de tudo, tornar-se utilizável para objetivos nossos, pôs-se fim à inapreensível “coisa em si” de Kant, e tornou-se “coisa para nós”. É o caso de produtos da natureza, que por necessidade ou outros motivos passam a ser utilizados pela indústria, produzindo um desinteresse pela “coisa em si”, porém valorizando a coisa “coisa para nós”, não se interessando para chegar ao conhecimento da “coisa em si”, admitindo assim de que não é possível conhecer “ a coisa em si”. (KANT, 2016, p. 53).

Por outro lado, a corrente Dogmatista defende a possibilidade do conhecimento de forma direta e imediata, através de meios racionais e empíricos. Para estes idealizadores a verdade pode ser conhecida de maneira direta e imediata.

Já os adeptos do materialismo dialético rejeitam a ideia de que o homem possa conhecer o mundo. Nessa visão dialética o conhecimento está ligado a um determinado período histórico. Porém, o processo de conhecimento não é imediato, instantâneo, e sim gradual, avançando no conhecimento do objeto, considerando que a verdade imperfeita de hoje pode ser a verdade absoluta de amanhã. “Nessa ótica a ‘coisa em si’ de Kant, pode ser suficiente enquanto a ciência não descobre a “coisa em si” para nós.

Nesta perspectiva, trilha-se por caminhos já descobertos e por caminhos que necessitam serem criados, com possibilidades de novas construções para que os estudos sobre conhecimento continuem. De acordo com Kant, cada pesquisador faz uso de seus próprios óculos para descobrir as verdades. Será que ela existe? A procura continua.

Ainda segundo Padua a pesquisa é:

Uma atividade voltada para a solução de problemas, como atividade de busca, indagação, investigação, inquirição da realidade, é a atividade que vai nos permitir, no âmbito da ciência, elaborar um conhecimento, ou um conjunto de conhecimentos, que nos auxilie na compreensão desta realidade e nos oriente em nossas ações. (PADUA, 2004, p. 31).

Pode-se afirmar que toda pesquisa, tem início em uma investigação de uma questão, de um problema, que tem seu início em uma pergunta em uma dúvida. A busca pela resposta, geralmente está vinculada a toda a bagagem de conhecimento do pesquisador, seus conhecimentos anteriores e na busca de novos referenciais.

Uma pesquisa é quase sempre, o relato de uma longa caminhada, em que o pesquisador se embrenha por caminhos muitas vezes já vasculhados. Nem sempre este caminho é original, mas, com certeza, pois está sob um olhar diferenciado devido às nossas experiências, expectativas e buscas que são únicas. Lembrando o Mundo de Sofia, quando o autor explica as diferentes formas de vermos o mundo, as coisas, fundamentado na teoria de Kant.

A explicação para isso é que as lentes dos óculos determinam o modo como você percebe a realidade. Tudo o que você vê é

parte do mundo que está fora de você mesma; mas o modo como você enxerga tudo isso também é determinado pelas lentes dos óculos. Você não pode dizer que o mundo é vermelho, ainda que nesse momento ele pareça vermelho. (GAARDER, 2006, p. 348).

Porém, muitas vezes ao escrevermos, pouco mencionamos os caminhos que trilhamos, como se nossas descobertas já estivessem lá em algum lugar do caminho prontas, para serem coletadas para posterior análise, bastando apenas termos os instrumentos adequados para seu recolhimento.

A definição tanto do objeto de pesquisa e da metodologia, é tão importante quanto o resultado da mesma. Segundo Brandão (2000) a nem sempre praticada, mas tão afirmada “construção do objeto” se refere entre outras coisas a optar pela alternativa metodológica mais adequada para a análise daquele objeto. Nossas conclusões somente serão possíveis e confiáveis em razão dos instrumentos utilizados e da forma que é elaborada a interpretação dos resultados. Os relatos dos procedimentos da pesquisa, mais do que cumprir uma formalidade, oferecem para que outros refaçam o caminho, e da possibilidade de avaliar com maior segurança o objeto construído.

A pesquisa é o resultado de um processo de construção relacionado com os objetivos teórico-conceituais de certos aspectos ou relações existentes no real. Marx (1978, p. 72) já afirmava que “as ciências se apropriam da totalidade do social pelo pensamento, por abstração de conceitos que se debruçam sobre o concreto. É importante através da pesquisa que se realize uma ruptura com o senso comum, com as percepções imediatas”.

O pesquisador para que possa se aproximar da descoberta da verdade deve se utilizar de uma concepção metodológica, para que, de forma progressiva e organizada, possa construir um conhecimento sem lacunas, no processo de investigação científica dos fatos da natureza e da sociedade.

Um conhecimento metódico, na tentativa da descoberta da essência do ser, e das leis que regem esse conhecimento pode-se considerar a etapa suprema do conhecimento humano, umas das ímpares possibilidades de transformação da natureza. “Ainda segundo Kaplan quando se refere à questão metodológica: “A característica distintiva do método é a de ajudar a compreender, no sentido mais amplo, não os resultados da investigação científica, mas o próprio processo de investigação” (KAPLAN apud GRAWITZ, 1975, p.18).

Dessa forma se faz necessário que a pesquisa, a investigação, siga uma metodologia, para que os fenômenos ou as ilusões não encubram a essência da pesquisa, que através de uma metodologia adequada, a descoberta do objeto de pesquisa passa a possuir uma maior probabilidade.

A partir de uma concepção de mundo, levando-se em conta o processo histórico, ou seja, tudo que é criado em um determinado momento é cultural e histórico, também as condições socioeconômicas de produção dos fenômenos e as contradições sociais, a referida pesquisa baseia-se no processo dialético de construção da realidade.

O conceito dialético, na Grécia Antiga se equivalia ao diálogo, passando depois, dentro do diálogo uma argumentação em que se fazia clara distinção a questão da

argumentação envolvidos na discussão.

A partir de Heráclito de Éfeso, o conceito de dialética toma uma feição de mudança, a partir da constatação de que é por meio do conflito que ocorrem as alterações. Aristóteles reintroduz princípios dialéticos em suas explicações, o qual denomina de metafísica:

Se, de um lado, se opõe à visão do ser como equilíbrio dos contrários, afirmando que, ao mesmo tempo e no mesmo objeto não podem existir dois atributos contrários, (a não ser que o afetem de forma diferente ou que encontrem nele acidentalmente), de outro, suprimindo o conceito do tempo, nada impede, a algo que é, de transformar-se no que não é, desde que o ser e o não ser não estejam presentes num mesmo tempo. (LAKATOS, 2001, p. 81).

Se analisado um ser, reportando-se às suas origens, pode-se admitir o ser e o não-ser; o movimento não pode ser considerado uma ilusão, mas sim um fluxo eterno e contínuo, uma vez que a origem de tudo são os princípios contrários.

No período de Aristóteles até o renascimento, a dialética permanece em um segundo plano, principalmente sobre a questão metafísica. A partir do século XVI com Montaigne no século XVIII com Diderot, a dialética recebe um reforço, e atinge seu apogeu com Hegel, antes da transformação dialética materialista proposta por Marx.

Schilling (1995, p. 385.) e outros românticos viam “a razão mais profunda da existência no chamado espírito do mundo”. Hegel atribui a “razão do mundo” que engloba todas as manifestações humanas, em que abrange tanto a cultura quanto os pensamentos do homem. Até Hegel os sistemas filosóficos se ocuparam em estabelecer critérios eternos para que o homem pudesse saber sobre o mundo. Hegel contesta os pressupostos atemporais, pois defendia que as bases do conhecimento se modificam de geração para geração, por conseqüências também não existiriam verdades eternas. Pois segundo Hegel toda a razão está vinculada há um tempo. Como a corrente de um rio, em que a história contém todo o pensamento formulado por gerações de pessoas, assim não sendo possível afirmar que certos pensamentos estão certos para sempre. A razão também é algo dinâmico, em um constante processo de mudança, a razão é progressiva. De acordo com o pensamento Hegeliano a construção ocorre a partir de uma posição, sendo que para toda posição surge outra posição que Hegel chamará de negação, que surgirá um terceiro elemento que será a negação da negação. Esses três estágios também foram chamados de tese, antítese e síntese. Pensou ele em ter descoberto as leis para a evolução da razão, ou para a marcha do “espírito do mundo” ao longo da história.

A dialética tem a ver com a pesquisa proposta pois, em relação à educação, a mesma trabalha com a valorização das qualidades, com as contradições intrínsecas, com as ações e as realizações humanas, e com o constante movimento entre parte e todo e interioridade e exterioridade, de acordo com o processo dialético hegeliano da contradição. Dentro de uma concepção marxista, os valores, crenças, significados subjetivos, são quase inexistentes, pois a prática marxista tem sido de uma análise macrossocial.

O conhecimento e a pesquisa dialética se constroem em processo dinâmico,

em que os novos conhecimentos, se tornam em novas pesquisas o que segundo Caio Prado Jr. (1969, p. 766) observa, “é de um ponto de vista dialético, e dentro de uma concepção lógica-dialética que se terá de prosseguir, daqui para o futuro, na construção e desenvolvimento da cultura humana”, pela contextualização da pesquisa, sua historicidade, bem como as contradições que emergem da dialética.

A segunda metade do século XX foi marcada pela bipolaridade entre capitalismo e socialismo, o que acabou produzindo mudanças nas relações internacionais e na organização do espaço global, com conflitos e disputas que determinaram modificações na configuração geográfica e a queda dos regimes socialistas, com consequências socioespaciais que geraram uma “Nova Ordem Mundial”.

A Nova Ordem Mundial, liderada pelo sistema político e econômico capitalista, passou por rápidas e profundas transformações que foram popularizadas pelo termo “**globalização**” que, dentre outros aspectos, caracteriza-se por: rápida mudança tecnológica e sua distribuição desigual pelo mundo; intensa disputa comercial entre países e entre empresas; uma maior circulação do capital financeiro internacional e expansão de grandes oligopólios transnacionais que provocam o aumento das desigualdades sociais. Para fazer frente aos países hegemônicos no comércio internacional, algumas nações agrupam-se formando os atuais blocos econômicos, tais como: UE, Nafta, Mercosul, Apec, Alca, Cei, G8, Brics, entre outros, como medida protecionista de mercado para a sua produção interna.



INTERATIVIDADE: Assista ao vídeo

https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mnM

para aprofundar seus conhecimentos sobre globalização.

As mudanças no mundo contemporâneo ocorrem com maior rapidez e são características produzidas pela Terceira Revolução Industrial. Elas refletem uma aceleração nas pesquisas científicas, nos campos da informática, da robótica, da microeletrônica, da biotecnologia, da química fina e outros mais, trazendo consigo uma aceleração na comunicação entre os estados-nações e uma maior fluidez no mercado econômico internacional, devido aos modernos meios de transportes e de telecomunicações.

No mundo globalizado, o desenvolvimento tecnológico tornou-se um fator determinante da competitividade internacional, concentrando os principais polos tecnológicos nos países desenvolvidos. Esses centros de alta tecnologia estão estrategicamente localizados nas proximidades de grandes universidades e de laboratórios de estudos científicos, promovendo uma interação entre a pesquisa e a produção, contribuindo para o aumento da produtividade e para a diminuição nos custos de produção, com preços altamente competitivos no mercado mundial.

Em 1989, com o fim da União Soviética e a abertura para o capitalismo, em quase todos os países socialistas, a bipolaridade se encerra e os Estados Unidos assumem um papel de potência hegemônica liderando a economia e a política mundial, tornando-se a nação mais militarizada do mundo. Esta nação, que tanto necessita de produtos primários e de mercado consumidor para os seus produtos industriais, propõe a formação da Associação do Livre comércio das Américas – ALCA. Para

neutralizar o efeito, às vezes devastador, que o imperialismo pode causar numa economia subdesenvolvida, as nações desenvolvem um processo de integração entre países, com a formação de blocos econômicos regionais entre os países do continente americano, no qual destaca-se o **Mercosul** e outras modalidades de integração como ALCA, Nafta, OEA, MCCA, G8. Todos objetivam favorecer o desenvolvimento conjunto dos países membros e o auto fortalecimento diante dos mercados mundiais.



INTERATIVIDADE: Assista ao vídeo

<https://www.youtube.com/watch?v=qef4rrU0Bg0>

para obter mais conhecimento sobre o que é o Mercosul.

A regionalização política e geoeconômica do continente americano, que considera o nível tecnológico, leva a reconhecer diferentes graus de desenvolvimento entre as nações. Na América Latina, as políticas implantadas pelos governos estão embasadas nos princípios do neoliberalismo e da transnacionalização do capital e, ainda, estão vinculadas ao mercado mundial como exportadores de produtos primários como minérios, grãos e produtos agroindustriais, vinculados às suas tradicionais tendências produtivas. Neste contexto, a América Latina, que teve uma colonização de exploração, não conseguiu superar os problemas decorrentes deste fato e, no mundo contemporâneo, ainda traz consigo dependências econômicas, tecnológicas, políticas e sociais.

A cultura resultante da globalização delinear um novo redimensionamento ao papel desempenhado pela escola. Estados-nações desenvolvidos investem em grande escala numa educação tecnocientífica, voltada para o liberalismo econômico, enquanto que muitas economias em desenvolvimento procuram investir na formação de suas populações e estão esforçando-se para que isto aconteça, mesmo não tendo conseguido ainda priorizar a educação como forma de promover o desenvolvimento de suas economias. Os setores encarregados da formação socio-cultural deveriam se empenhar no resgate da cultura dos povos, porém, enfrentam o descaso dos governos que não priorizam este importante setor.

A globalização financeira atinge todos os setores sociais e tenta submeter às regras do mercado, desde as funções menores de organização social até a macroeconomia. A educação é atingida por essa lógica perversa. Vê-se, especialmente na América Latina, com maior incidência nos anos 90, período de avanço da ideologia neoliberal, com os governos adotando medidas de ajuste fiscal ditadas pelo FMI. O estado foi reduzindo sua responsabilidade ante as políticas sociais e as consequências passam pela municipalização do ensino, terceirização de serviços, estabelecimento de parcerias com as empresas e forte processo de privatização.

O sistema educacional perdeu força e peso na socialização de crianças e jovens. Nas mãos de mercadores, a educação é tida como objeto de lucro, não faltando tentativas de torná-la uma mercadoria. Se dependesse da Organização Mundial do Comércio -OMC – a educação seria incluída como setor de serviço no Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATT), a ser praticado em dimensão internacional. Isso acontecendo, os países perderiam ainda mais a soberania, pois as instituições de ensino seriam geridas administrativa e pedagogicamente por interesses estrangeiros.

A maneira como a sociedade brasileira está organizada no território nacional reflete claramente o seu processo histórico de desenvolvimento. Até a metade do século XX, o Brasil tinha uma indústria nacional que se organizava de maneira a atender as necessidades básicas da população. No decorrer da segunda metade deste mesmo século, a atividade industrial se disseminou em muitos lugares do globo, marcada também pela expansão das multinacionais representadas por grandes grupos empresariais e, em múltiplos ramos, instalaram-se no país competindo com os investimentos dos estados em praticamente todos os setores.

O Brasil, como muitos países subdesenvolvidos que se industrializaram às custas do capital estrangeiro, teve uma participação significativa dos governos que estimularam a vinda das multinacionais com incentivos como: a não cobrança de impostos, doação de terrenos, baixos salários, fornecimento de energia e matérias-primas em abundância e, ainda mais, um mercado consumidor em franco crescimento. O processo de industrialização tardia ou retardatária explica a nossa dependência em relação aos países que se industrializaram primeiro. A industrialização do Brasil se faz a partir da Segunda Revolução Industrial, suplantando em importância a produção agrícola, base econômica brasileira até o início da industrialização.

No contexto atual, o Brasil apresenta-se como um país industrializado e subdesenvolvido, característica inerente aos países que se industrializaram a partir da penetração do capital estrangeiro na sua economia. Grande parte da população continua socialmente excluída, embora haja uma campanha promovida pelo governo no sentido de combater a fome e a miséria, para a qual procura envolver toda a sociedade brasileira para a realização dessa meta. Uma grande parcela da população brasileira passou a ter acesso à educação, saúde e trabalho, especialmente a partir dos anos 2000. Apesar desses avanços muita coisa ainda precisa ser feita para que não ocorra perda de direitos já adquiridos.

A educação, como um direito de todos e responsabilidade do Estado, deve estar entre as prioridades quando se constrói um projeto de desenvolvimento que prioriza a inclusão social. Por isso, deve permanecer no centro do debate na luta política pelos direitos da cidadania. O poder público, dentro de todas as suas esferas, necessita e precisa garantir educação de qualidade social, sendo esta construída com a participação da comunidade escolar. Vinculada ao projeto de desenvolvimento economicamente viável, ecologicamente sustentável e socialmente justo, a educação deve estar atenta na formulação, gestão e fiscalização das políticas para o setor. Um projeto será transformador e libertador quando desenvolver um processo de prática e conquista de direitos, de formação de sujeitos autônomos, críticos e criativos, cidadãos plenos e comprometidos com valores éticos, sendo construtores de uma sociedade justa e solidária, tendo como base a democratização da educação, entendida como a garantia do acesso, da gestão e do conhecimento.

Entende-se que a garantia do acesso à educação atende ao princípio constitucional e deve vir acompanhada das condições mínimas de permanência, passando, portanto, pelo investimento de recursos orçamentários suficientes, pela construção e manutenção das redes públicas de ensino municipais, estaduais e federais em todos os níveis e modalidades. É necessário destacar a importância de assegurar escolas de fácil acesso no campo e na cidade, e quando estas condições não estão asseguradas, deve-se implementar políticas para apoiar, tais como o transporte e

a alimentação escolar.

A educação precisa incluir todas as camadas sociais, oferecer oportunidades e, ainda, dar prioridade aos menos favorecidos para que no futuro sejam capazes de se autopromover, e, cuja formação seja compatível com as tendências que o século XXI impõe. Para que isso aconteça, a escola deve estar aberta ao mundo do trabalho dando suporte à formação de sujeitos munidos de conhecimentos e com capacidade para construir uma realidade participativa, que supõe crescimento em todos os sentidos, a fim de que possam descobrir o mundo e descobrir-se parte deste mundo. Enfim, formar um sujeito com identidade, capaz de conectar-se ao mundo de várias tecnologias, isto é, um indivíduo auto ajustável num mundo globalizado.

O Rio Grande do Sul está inserido no complexo geoeconômico do Centro-sul, juntamente com o Sudeste e parte do Centro-oeste, caracterizando-se por ser a região mais populosa e desenvolvida do país. Possui limites territoriais com o Paraguai, a Argentina e o Uruguai. É o Estado mais meridional do Brasil e desde a sua colonização desempenha importante papel no desenvolvimento do país. Essa região apresenta-se, hoje, com grande potencial de desenvolvimento, com vistas a atender ao mercado formado pelo Brasil e os países vizinhos do Cone Sul, membros do MERCOSUL, bloco econômico que articula desenvolvimento interno com o comércio mundial.

Devido a sua formação histórica geográfica, o Rio Grande do Sul é um estado predominantemente agropastoril, graças às condições históricas e naturais favoráveis. A economia do Rio Grande do Sul é sólida e diversificada, com tendências a abastecer o mercado regional com produtos agropastoris e agroindustriais. O Estado é um dos maiores produtores de grãos, frutas e derivados da pecuária, como carne, leite, queijo, ovos e couro, entre outros. Nas últimas décadas vem se desenvolvendo a agricultura comercial mecanizada, principalmente, da soja, do trigo, do arroz e do milho, que se tornaram os produtos de maior valor na economia do Estado.

Objetivando a integração do Brasil com os países membros do Mercosul e este ao mercado mundial, a indústria gaúcha conta com importante centro industrial localizado junto à metrópole de Porto Alegre e cidades vizinhas, além de outros centros industriais como Caxias, Bento Gonçalves, Pelotas, e outros mais. Conta, também, com importante setor de indústrias petroquímicas de primeira, segunda e de terceiras gerações, carboquímica, siderúrgica, informática, metalomecânica, mecatrônica, calçados, vinhos, alimentos e a exportação de produtos agropecuários e agroindustriais **agro-business** entre outros setores



INTERATIVIDADE: Assista ao vídeo

<https://www.youtube.com/watch?v=qef4rrU0Bgo>

para obter mais conhecimento sobre o que é o Mercosul.

O Rio Grande do Sul, no contexto educacional brasileiro, ainda busca um lugar de destaque na escolarização do povo, almejando um lugar privilegiado entre os Estados de maior desenvolvimento sócio, político e econômico do Brasil. É preciso reconhecer que para isso é necessária a articulação de toda a comunidade gaúcha que muito tem se empenhado, no sentido de sanar o estigma do analfabetismo no nosso Estado. No entanto, há de se destacar que muito ainda precisar ser feito.

O Rio Grande do Sul, no contexto educacional brasileiro, ainda busca um lugar de destaque na escolarização do povo, almejando um lugar privilegiado entre os Estados de maior desenvolvimento sócio, político e econômico do Brasil. É preciso reconhecer que para isso é necessária a articulação de toda a comunidade gaúcha que muito tem se empenhado, no sentido de sanar o estigma do analfabetismo no nosso Estado. No entanto, há de se destacar que muito ainda precisa ser feito.

A oportunidade de contar com a instalação da Universidade Estadual e Federal, instituída com uma estrutura descentralizada, visando atender às demandas do projeto de desenvolvimento regional e tendo como foco a formação de professores, para a expansão e qualificação da rede pública estadual, representou avanço decisivo na afirmação do compromisso do povo gaúcho com uma educação de qualidade social.

Para que mudanças ocorram é necessária a união dos que resistem, em torno de um grande movimento unificado com outros setores da comunidade, que resgate o caráter ideológico de classe no ato de educar. E, assim, reinventar-se-á a perspectiva de que é possível lutar por uma sociedade igualitária – e que a escola pública, indubitavelmente, se constitua parte desse horizonte.

As últimas décadas, com um mundo em constante mudanças, o sistema educacional como um todo, não poderiam ficar de fora. Por isso, segmentos como as universidades, que especialmente por meio de suas pesquisas acadêmicas, vem realizando um grande esforço para transformar nosso sistema educacional, expandindo e melhorando sua qualidade, para fazer frente aos desafios postos por esse mundo em mudança, em muitos casos provocados pelas regras do neoliberalismo que como já citado, transformam a educação em mercadoria.

A consolidação do Estado Democrático, as novas tecnologias e as mudanças na produção de bens, serviços e conhecimentos exigem que a escola possibilite aos alunos integrarem-se ao mundo contemporâneo nas dimensões fundamentais da cidadania.

Partindo de princípios definidos na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº9394/96), o Ministério da Educação, fazendo um trabalho conjunto com educadores de todo o País, chegou a um novo perfil de aluno, que deve ser atendido por um novo currículo apoiado em competências básicas. O ensino, antes desta reforma, era descontextualizado, compartimentalizado e baseado em acúmulos de informações. Agora, busca-se dar significado ao conhecimento escolar, mediante a contextualização, evitando a compartimentalização, mediante a interdisciplinaridade e incentivando o raciocínio e a capacidade de aprender.

Porém, somente a reforma curricular não basta, é necessário oferecer espaços necessários e adequados para que o aluno se sinta confiante e possa realizar seu processo de aprendizagem com eficácia. Partindo desse princípio, pressupõe-se que o ambiente escolar e a relação que o aluno mantém com esse ambiente é fundamental para o crescimento social e educacional desse aluno.

Após refletirmos sobre a educação de uma forma mais ampla, pretendemos nesse capítulo construir uma consciência sobre os desafios enfrentados pelos professores no cotidiano escolar, e, também compreender a relação entre os conflitos e contradições destes nos espaços escolares. A maioria dos problemas e desafios enfrentados na escola têm sua origem na sociedade em geral e não somente entre

quatro paredes e, por isso, não apresenta uma compreensão e explicação imediata. Sendo assim, procuramos compreender o processo de conhecimento e transformação da natureza, da sociedade e do homem para então compreender no que consiste o conhecimento humano, sua importância na educação e seu papel social a partir do modo de organização. Estas análises têm por objetivo auxiliar os educadores na reflexão sobre os propósitos históricos, sociais, econômicos e políticos que interferem diretamente nos espaços escolares.

Mas, para compreender estes propósitos, é necessário uma profunda reflexão sobre algumas questões, tais como: as lacunas encontradas na formação inicial e na formação continuada dos professores, que procuram enfrentar os desafios que são apresentados em sala de aula. Por outro lado, aparecem os órgãos públicos que não dão a verdadeira importância à educação como um todo e, ainda, a grande carga de outras tarefas que são atribuídas para a escola pela sociedade. E outra questão relevante é a que diz respeito à organização do tempo escolar, que não respeita o tempo de aprendizagem dos alunos, a diversidade cultural e as condições socioculturais, colaborando, para a indisciplina e o desinteresse dos alunos.

Sabemos que a educação é uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento da sociedade e por isso, tem por obrigação possibilitar aos indivíduos conhecimentos para que estes se tornem independentes, com capacidade de permanecer em uma sociedade que cobra atuação no meio em que vivem e convivem, e que os tornem capazes de atuar nesse meio, colocando-os em condições de igualdade para enfrentar as necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade. Sendo assim, é de suma importância ao ser humano se apropriar de um conhecimento concreto e real da transformação da realidade em que ele está inserido, para assim entender o processo do conhecimento humano, suas especificidades, suas interações com a educação e seu papel na sociedade da qual ele faz parte.

Então, o professor precisa encontrar espaço para refletir sobre todos os desafios que estão sendo postos ao seu discernimento dentro do cotidiano da escola, também é necessário se apropriar de quais conhecimentos são importantes para que ele possa organizar as situações de aprendizagem. Possibilitando aos seus alunos a forma mais fácil de apropriação e organização das situações de aprendizagem, proporcionando a eles conhecimentos e saberes necessários dentro da realidade social em que se encontram, vivendo e convivendo com diferentes tipos de informações.

Porém, se mesmo assim os problemas continuarem, será necessário uma análise mais profunda, uma compreensão mais detalhada do momento educacional e de quais alternativas deverão ser encontradas e colocadas em prática para que se resolvam de maneira adequada esses problemas, de forma que todos os envolvidos se beneficiem e consigam tirar o máximo de proveito das situações benéficas que se apresentarem.

Diante disso, serão discutidos aspectos que se tornam importantes diante das contradições que se apresentam na sociedade e, que, estão diretamente ligadas ao processo educacional como um todo, contribuindo com os educadores no que diz respeito à atuações eficazes, pois são eles os atores principais de um processo histórico que necessita se firmar como categoria que luta e se integra na educação, sendo agentes ativos de uma classe trabalhadora que pode e deve transformar sonhos em realidades que incluam práticas renovadoras e importantes para melhorar

a qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Esses aspectos que serão analisados, têm por objetivo proporcionar aos educadores, reflexões acerca de processos históricos, sociais, econômicos e políticos que sempre produzem uma grande interferência nos espaços escolares, possibilitando práticas e produções educacionais mais efetivas.

Seguidamente os professores, em suas atividades diárias, se deparam com algumas dúvidas como: o que fazer para que os alunos se interessem pelas aulas? De que forma tornar o conteúdo mais atrativo, de tal forma que os alunos consigam construir suas aprendizagens dentro do contexto que está lhes sendo proposto? Quais metodologias que devem ser trabalhadas para que o aluno entenda e participe ativamente da aula? Que estratégias devem ser utilizadas para que os alunos percebam a importância do que está sendo ensinado e mantenham o interesse pelas discussões? Como fazer um escalonamento de conteúdos seguramente importantes e que estejam voltados para a realidade dos alunos? Por que tantos alunos apresentam dificuldades de aprendizagem? Essas dúvidas surgem e impactam tanto para o professor quanto para o aluno, pois colocam em questão a forma de trabalho que se realiza na escola. Para que estas indagações sejam devidamente respondidas e, quem sabe, reelaboradas, é preciso que o professor realmente entenda como se organiza a aprendizagem entre o sujeito e o objeto a ser aprendido.

Como se sabe, existem numa sala de aula, diferentes tipos de comportamentos, assim como cada aluno é único, aprendendo em seu tempo e de acordo com sua realidade social, e, ainda, existe um professor também único e que também vem de uma realidade social diferente não só dos seus alunos, como também de seus colegas, retratando assim, os comportamentos e situações vividas no ambiente escolar. Vasconcellos, citado por Gasparin, enfatiza que:

[...] o trabalho inicial do educador é tornar o objeto em questão, objeto de conhecimento para aquele sujeito, isto é, para o aluno. Para que isso ocorra, o educando deve ser desafiado, mobilizado; deve perceber alguma relação, entre o conteúdo e sua vida cotidiana, suas necessidades, problemas e interesses. Torna-se necessário criar um clima de predisposição favorável à aprendizagem. (VASCONCELLOS apud GASPARIN, 2003, p. 15).

Vale ressaltar que o conhecimento pode ser compreendido como uma forma de entendimento da realidade pelo indivíduo por meio das interações sociais. Para Luckesi (1991, p. 128), “A ciência é uma forma de entendimento da realidade extremamente necessária para a sobrevivência e o avanço da humanidade”.

No entanto, o desafio da escola está em possibilitar aos alunos condições para que possam apropriar-se dos conhecimentos que sirvam de instrumentos de intervenção na realidade. Mas, não se trata de quaisquer conhecimentos. Pinto (1997, p. 45) afirma: “A ciência só pode tornar-se um instrumento de libertação do homem e do seu mundo racional se for compreendido por uma teoria filosófica que a explique como atividade do ser humano”.

Desta forma, a escola existe para propiciar a aquisição de mecanismos que possibilitem o acesso ao saber elaborado. No entanto, são necessárias condições

de transmissão e assimilação desses saberes, a fim de que sejam assimilados pelos indivíduos de forma consciente e coletivamente.

Só que a preocupação docente deve ir além da sala de aula. É importante que ao realizar as ações docentes na escola, em sala de aula o professor reflita sobre a sociedade na qual está inserido. Segundo Orso (2008, p. 55), “A educação não se constitui num trabalho simples que se limita à relação professor/aluno no interior de quatro paredes; constitui-se numa relação complexa na qual interferem muitos determinantes sociais, econômicos, culturais, históricos e políticos” (ORSO, s/d). Além disso, O bom profissional da educação, ao esmerar-se na realização de seu trabalho, também perceberá os limites dele e de sua ação no interior da sala de aula; perceberá que sua luta não poderá circunscrever-se à escola, apesar de ser este o local de seu trabalho profissional.

O ensino proposto pela LDB (BRASIL, 1996) em seus artigos 22 e 32 é o de:

Propiciar a todos uma formação básica para a cidadania, a partir da criação, na escola, de condições de aprendizagem para o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a construção de conhecimentos, habilidades e a formação de atitudes e valores; o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Partindo deste ideal, o desafio maior que se apresenta à escola é o de ser um espaço contínuo de socialização, onde haja vivência de valores, construção de conhecimento e desenvolvimento de capacidades, que contribuam para a transformação da comunidade a qual o indivíduo pertence.

Nesse sentido, a escola desejada é aquela que objetiva a qualidade da formação a ser oferecida aos estudantes com uma prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais, que considere os interesses, as motivações e a diversidade cultural dos alunos e garanta a formação de cidadãos autônomos, críticos, reflexivos, comprometidos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade. Por outro lado, é necessário que os profissionais tenham atitudes éticas e busquem constantemente o conhecimento, o aperfeiçoamento e a atualização.

A escola tem grande participação e em muito pode colaborar com a formação de uma sociedade melhor. Para isso é preciso que se envolva em atividades voltadas para o bem-estar da sua comunidade, desenvolvendo projetos, possibilitando situações de integração, debate e reflexão entre os membros da comunidade escolar, possibilitando, assim, uma formação integral do Ser Humano.

A escola é um lugar onde trabalham diversos indivíduos ligados entre si por vários tipos de relações, abrigando tensões, negociações, colaborações, conflitos, etc. Além disso, a escola sendo lugar de trabalho se caracteriza por relações particulares,

próprias dela: programas, disciplinas, matérias, discursos, ideias, objetivos, etc., que são realidades com as quais os professores devem agir e lidar para atingir seus fins.

Como a vasta maioria das organizações sociais, a escola se caracteriza pela codificação e a burocratização do trabalho das pessoas que ali trabalham. O contexto escolar constitui um verdadeiro ambiente cuja importância pesa enormemente sobre as condições de trabalho dos professores.

Sendo uma construção humana coletiva, a escola busca um projeto comum através do qual as ações e os objetivos dos agentes que nela trabalham adquirem sentido, ou seja, agir em profundidade sobre os alunos para socializá-los, moralizá-los e instruí-los segundo as regras próprias da organização. Orientado por experiências e transmitido por gerações, o conhecimento produzido nas sociedades adquire formas tão diversas quanto às próprias sociedades.

Desde que nascemos, apreendemos continuamente informações sobre o mundo. A convivência em sociedade nos transmite o que é essencial para sobrevivermos. Esse conhecimento fundamentado na experiência ou na experiência que nos é transmitida é chamado senso comum. É como se a experiência fosse um conjunto de fenômenos sobre os quais não cabem questionamentos e que, por esse motivo, se impõe como a base das opiniões, ideias e concepções que acabam por prevalecer em determinado contexto social.

A escola é uma das instituições centrais no processo de socialização dos indivíduos. Ela é um espaço que reproduz as desigualdades sociais, culturais e econômicas. A escola seleciona os conhecimentos e valores das classes dominantes como os demais valores, muitas vezes menosprezando os elementos culturais das classes trabalhadoras, auxiliando na reprodução das desigualdades sociais.

Para os jovens, a escola representa uma trajetória obrigatória para realizar algum tipo de mobilidade social. O certificado de conclusão é reconhecidamente importante para todas as famílias de classes populares e médias, pois confere aos indivíduos a possibilidade de ter maior mobilidade e reconhecimento social. Assim, todos procuram estar na escola, mesmo que, às vezes, tenham que conciliá-la com atividades de trabalho e de ajuda em casa. O controle social e a violência, são sentidos de maneira mais intensa, por causa da distância entre os conhecimentos teóricos considerados relevantes e as necessidades práticas diárias de suas vidas. Isso cria neles uma frustração em relação à escola e a uma atitude que se distancia do potencial de reflexão que ela poderia promover. O certificado acaba sendo o mais importante, que terá para eles algum uso prático na vida social.

1.2

FAMILIARIZAÇÃO COM ASPECTOS FÍSICO-ESTRUTURAIS, CULTURAIS, SOCIAIS E IDEOLÓGICOS DA ESCOLA

A escola é algo complexo para ser entendido, mas necessário, quanto mais levando-se em conta vários os aspectos sugeridos nesse subcapítulo. Porém em tempos de inúmeras inserções tecnológicas, esta entidade se mantém com seu modelo físico-estrutural, cultural e ideológico.

A Escola se constitui num artefato que muitos passam por, mas dela ninguém se apropria. Quando nos referimos a questão da disciplinação e docilização dos corpos é inevitável não vir em nossa memória Michel Foucault, sendo que a escola ao mesmo tempo em que disciplina, delimita e proíbe, a mesma se constitui em uma teia de relações, dessa forma para Saviani.

Se a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos, logo, compreender o contexto histórico da educação, passa pela compreensão da realidade e do homem enquanto agente de transformação social. Sendo assim, para compreender os desafios que estão sendo enfrentados pelos professores no cotidiano escolar, faz-se necessário, a compreensão da realidade em que se está inserido para possibilitar um melhor enfrentamento. (SAVIANI, 1991, p. 19)

E de acordo com Pinto (1997):

A sociedade desempenha um papel de mediação entre os homens e o processo de criação e transmissão da cultura, no qual consiste a educação. Entre o educador e o educando se interpõe à sociedade, que, de uma parte constitui o educador, para educar, e de outra, pressiona o educando para educar-se. Mas essa transmissão da cultura pela educação supõe a mediação dialética da sociedade, na realidade, pelo trabalho concreto dos homens, não é mecânica, e por isso o saber não se comunica inalterado de um indivíduo ao outro. Ao contrário, a passagem de um ao outro, altera-se, tornando-se maior pela contribuição da criação intelectual do educador, recebida pela sociedade e considerada por ela como acréscimo indispensável para ser comunicada ao educando (PINTO, 1997, p. 40).

Como se percebe, a educação se constitui num dos principais bens da humanidade, pois é por meio dela, que as gerações vão transmitindo umas às outras a cultura acumulada ao longo da história. Assim, a educação como desenvolvimento humano, forma o homem para o desenvolvimento de sua existência como ser social. Pois, como diz Duarte (2007, p. 51) “Não basta formar indivíduos, é preciso saber para que tipo de sociedade, para que tipo de prática social o educador está formando indivíduos”.

Assim sendo a educação é uma atividade mediadora, que tem por finalidade consolidar o processo de humanização do homem e que este processo de apropriação do conhecimento surge na relação entre o homem e a natureza. O ser humano pela sua atividade transformadora, apropria-se da natureza incorporando-a à prática social. Assim, ele produz uma realidade objetiva com características humanas e socioculturais.

A educação que é desenvolvida na escola deve ser entendida como recurso para enfrentar as incertezas da realidade. Pensando assim, quando aparece o fracasso escolar, **a exclusão** e o abandono da escola por parte dos alunos, significa que o indivíduo ou aluno, não está conseguindo se apropriar do saber que a escola lhe oferece e também não se apropria do saber que é elaborado pela sociedade, e isso se torna um empecilho para que este atue no seu meio social e o transforme, garantindo sua inclusão nessa realidade e sua sobrevivência.



INTERATIVIDADE: Assista ao vídeo:

<https://www.youtube.com/watch?v=HONyZQBqHck>

Assista o vídeo acima, para obter mais informações sobre exclusão.

Para Gramsci (1944), o homem não é abstrato, pelo contrário, é histórico, concreto e interage com a sociedade em que vive. Sendo assim, a educação deve ser entendida como um instrumento que auxilia o sujeito a compreender que o conhecimento individual é importante, mas que é no coletivo que se torna um instrumento de luta contra a dominação. Este processo educativo implica numa tomada de consciência do homem enquanto agente de uma sociedade histórica e concreta. Portanto, para que a educação possa alcançar seus objetivos, deve ultrapassar os limites do individual e se afirmar enquanto expressão da coletividade e nas contradições de classe.

Desta forma, a educação não só reproduz as injustiças, mas também contribui com as mudanças. Sendo assim, se torna imprescindível buscar o resgate de teorias fundamentadas no cotidiano escolar e resgatá-los promovendo uma articulação na transformação da realidade social. Segundo Pinto (1997), pode-se entender que a concepção crítica de educação é dotada de funcionalidade e utilidade, uma vez que conduz a mudança da situação do homem e é capaz de oferecer o conteúdo e o método mais eficaz para a instrução do educando. Assim, de acordo com o autor, o indivíduo sendo sujeito da educação, ele se torna peça predominante de um processo comum, onde a sociedade se desenvolve, se constrói e se educa interagindo com outros indivíduos. Por outro lado, outras correntes da educação, condicionam o aluno, fazendo com que este se sinta apenas um objeto, humilhando

sua dignidade, colocando-o como ser passivo, ignorando sua capacidade de pensar e transformar a realidade.

Para Marx (1998), combater a alienação e a desumanização, também é função da educação. Ele entendia que educação deveria ser ao mesmo tempo intelectual, no sentido de agregar ao homem a cultura produzida pela humanidade, e também física, no sentido do desenvolvimento do corpo, da saúde, da moradia, ou seja, que se organize para propiciar o bem-estar completo do humano.

Então, a escola é analisada também como espaço sociocultural, levando em conta a dimensão do cotidiano que se cria entre homens e mulheres, negros e brancos, crianças e adultos e, conseqüentemente, alunos e professores que se transformam em sujeitos sociais e históricos. Por isso é preciso resgatar o papel desses sujeitos no centro social em que pertencem, no caso aqui a instituição escolar.

Todo saber é relativo, pois em um determinado momento, o que se entende por saber, pode ser considerado diferente. Ainda, o saber pode ser determinado por tudo o que o indivíduo descobre e cria, dependendo da etapa em que se encontra seu processo de desenvolvimento, o que lhe possibilita a construção de sua consciência sobre si. O homem é o que sabe desta forma, quando trata com a natureza e com outros homens, vai construindo suas ideias e criando sua capacidade racional, justamente por esta prática social. Todo esse processo passa pela escola e sua função em formar indivíduos para atuarem numa sociedade igualitária e justa.

Na década de oitenta surge um estudo que aponta isso. Até aí, a escola era vista como um espaço de reprodução de conhecimento, onde se preservava a decoreba e os efeitos que eram produzidos na escola por conta destas abordagens determinantes, produzindo uma sociedade capitalista, definindo a estrutura escolar e exercendo grande influência sobre o comportamento dos indivíduos que atuam e convivem no ambiente escolar.

Como diz Boaventura (1991, p. 43), "o sujeito, que a ciência moderna lançara na diáspora do conhecimento irracional, regressa investido da tarefa de fazer erguer sobre si uma nova ordem científica." Este paradigma emergente, coloca a pessoa como autor e sujeito do mundo, no centro do conhecimento. Porém, a natureza e a sociedade, são antes de tudo, humanas.

Dentro desta perspectiva, Szpeleta & Rockwell (1986) sugerem análises para privilegiar as ações dos indivíduos no que diz respeito às relações destes com as estruturas sociais. Assim, a escola se apresenta como resultado de interesses diferentes. De um lado, uma organização oficial do sistema escolar que está apto a definir os conteúdos, pode atribuir funções e diferenciar trabalhos, organizando, separando e hierarquizando o espaço diferenciando assim, os trabalhos e definindo as relações sociais; de outro, a comunidade escolar composta por alunos, professores e funcionários criam uma forma própria de inter-relações, fazendo da escola um processo permanente de construção social. Nesta perspectiva, em "cada escola interagem diversos processos sociais: a reprodução das relações sociais, a criação e a transformação de conhecimentos, a conservação ou destruição da memória coletiva, o controle e a apropriação da instituição, a resistência e a luta contra o poder estabelecido.". Por isso, entender a escola como construção social implica compreendê-la no seu dia-a-dia, onde os alunos e professores façam parte do processo, sendo sujeitos ativos diante da construção da aprendizagem; esta relação

É necessário incluir esses alunos na escola de tal forma que eles se sintam pertencentes dela. Por isso é preciso desmistificar a perspectiva de que todos os alunos são iguais e que aprendem da mesma maneira. É primordial que se compreenda esse aluno como alguém que possui uma história e que possui uma visão do mundo, é dotado de emoções, desejos, projetos, com comportamentos e hábitos próprios.

Quando chegam à escola, os alunos são frutos de variadas experiências sociais vividas nos mais diferentes espaços sociais. Então, para compreendê-lo, precisamos valorizar suas experiências vividas anteriormente. Assim, é necessário valorizar as experiências vividas, pois elas são o ponto de partida para que os alunos articulem suas próprias culturas, crenças, valores e visão de mundo. Isso tudo determina a própria natureza humana. (VELHO, 1994). Em outras palavras, os alunos já chegam à escola com um acúmulo de experiências vivenciadas em diferentes espaços, através dos quais podem elaborar uma cultura própria, pelo qual veem, sentem e atribuem sentido e significado ao mundo, e à realidade onde estão inseridos.

Nesse contexto, nenhum indivíduo nasce homem, mas constitui-se e se produz como tal, dentro do projeto do seu grupo social, num processo contínuo de criação da cultura, ou seja, cada indivíduo, ao nascer, vai sendo construído e vai se construindo enquanto ser humano

Ao mesmo tempo, existe outro aspecto que é o das interações dos indivíduos na vida cotidiana, com suas características próprias. É o nível, onde os agentes buscam interpretar as relações e contradições, entre si e com a sociedade, o que produz uma cultura própria. É onde as relações em que estão inseridos se apropriam dos significados que lhes são apresentados e onde, assim, exercem sua consciência individual (ENGUITA, 1990). Nesse quadro, os alunos, ao vivenciar as relações em diferentes bairros e conhecer novas formas de lazer, passam a trabalhar muito cedo. Alguns ficam com o próprio salário enquanto outros o dividem com a família. Com relação às crenças religiosas, vivenciam várias experiências de várias religiões. Quanto ao lazer, quase sempre é restrito devido à falta de recursos.

A educação, portanto, sempre vai acontecer em diferentes espaços e meios sociais. E, nesse amplo campo educativo, incluímos a família, escola, Igreja e outras instituições que fazem parte da sociedade. Desta forma, a educação ocorre nos mais diferentes espaços e situações sociais, num complexo de experiências, relações e atividades, cujos limites estão fixados pela estrutura material e simbólica da sociedade, em determinado momento histórico. Nesse campo educativo amplo, estão incluídas as instituições, assim como o cotidiano difuso do trabalho, do bairro, do lazer, etc.

O espaço educativo onde os jovens estão inseridos, faz parte de uma sociedade que apresenta ampla diversidade marcada pela divisão social entre ricos e pobres, demarcando, assim, as classes sociais. E essa diversidade remete uma relação de oposição no que diz respeito, ou seja, cultura erudita x cultura popular.

Como se refere Velho:

A diversidade cultural, no entanto, nem sempre pode ser explicada apenas pela dimensão das classes sociais. É preciso levar em conta uma heterogeneidade mais ampla, fruto da coexistência, harmoniosa ou não, de uma pluralidade de tradições

cujas bases podem ser ocupacionais, étnicas, religiosas, etc. (VELHO, 1987, p. 16).

Porém, nos adverte Durham:

tratar a heterogeneidade cultural no âmbito de uma mesma sociedade é, qualitativamente, diferente de tratá-la entre diversas sociedades. Em outras palavras, quando procuramos compreender uma determinada cultura, estamos envolvendo diferenças que são frutos de uma história xavante, por exemplo, estamos lidando com diferenças que expressam manifestações de uma mesma capacidade humana criadora, fruto de um processo histórico independente. Diferente é lidar com a cultura popular, aquela que diz respeito a todos os grupos sociais. Outra coisa é lidar com alguma expressão da cultura popular, a linguagem, por exemplo, em que a diversidade não é apenas a expressão de particularidades do modo de vida, mas aparece como "manifestações de oposições ou aceitações que implicam num constante reposicionamento dos grupos sociais na dinâmica das relações de classe". A diversidade cultural na sociedade brasileira também é fruto do acesso diferenciado às informações., às instituições que asseguram a distribuição dos recursos materiais, culturais e políticos, o que promove a utilização distinta do universo simbólico, na perspectiva tanto de expressar as especificidades das condições de existência, quanto de formular interesses divergentes. Dessa forma a heterogeneidade cultural também tem uma conotação político-ideológica. (DURHAM, 1984, p. 35).

Toda essa diversidade está presente na expressão dos projetos individuais dos alunos, onde a escola se inclui. A noção de projeto é entendida como uma construção, fruto de escolhas racionais, conscientes, ancoradas em avaliações e definições de realidade, representando uma orientação, um rumo.

O que implicam estas considerações a respeito da **diversidade cultural** dos alunos?

Um dos primeiros aspectos a constatar é que a escola tem uma variedade de sentidos. Por isso, não podemos considerá-la com um sentido único, principalmente quando este é definido previamente pelos professores. Dizer que a escola possui vários sentidos, implica dar mais importância ao seu espaço, seus tempos, suas relações, pois estas podem estar sendo significadas de forma diferenciada, tanto pelos alunos, quanto pelos professores, dependendo da cultura dos diversos grupos sociais nela existentes.



INTERATIVIDADE:

<https://www.youtube.com/watch?v=xKrIZUVTdvc>

Assista ao vídeo para aprofundar seus conhecimentos com relação à diversidade cultural.

Sobre o significado da escola existem várias respostas: o lugar de encontrar e conviver com os amigos; o lugar onde se aprende a ser "educado"; o lugar onde se aumenta os conhecimentos; o lugar onde se tira diploma e que possibilita passar em concursos. Todos esses conceitos irão influenciar na cultura dos sujeitos que nela estarão sendo inseridos.

Quanto mais exposto estiver o ator a experiências diversificadas, quanto mais tiver de dar conta de ethos e visões de mundo contrastantes, quanto menos fechada for sua rede de relações ao nível do seu cotidiano, mais marcada será a sua autopercepção de individualidade singular. Por sua vez, "a essa consciência da individualidade, fabricada dentro de uma experiência cultural específica, corresponderá uma maior elaboração de um projeto". (VELHO, 1987, p. 32).

Assim, os educadores são permanentemente desafiados a desenvolverem metodologias que possibilitem aprimorar o seu olhar sobre o aluno, como "outro", de tal forma que mostre que ele é diferente e que isso possa ser resgatado como tal e não como deficiência. Implica buscar uma compreensão totalizadora desse outro, conhecendo "não apenas o mundo cultural do aluno, mas a vida do adolescente e do adulto em seu mundo de cultura, examinando as suas experiências cotidianas de participação na vida, na cultura e no trabalho" (BRANDÃO, 1986, p. 139).

A escola, ainda, possui um sentido ideológico, que é um conhecimento elaborado e faz parte da filosofia educacional das escolas, já que esta é um dos pilares de sustentação da sociedade e é um dos lugares onde o Estado consegue repassar sua ideologia, que hoje assombra a educação brasileira com modelos educacionais que tentam passar as ideias das classes dominantes através, muitas vezes, do próprio projeto pedagógico da escola.

Para compreendermos melhor toda a dinâmica que envolve a escola e o que chamamos de ideologia, vamos introduzir uma explicação importante, ou seja, distinguir escola e educação.

Por escola, entende-se ser o aparelho criado por um grupo dominante para reproduzir seus interesses, aqui falando em ideologia. Então, escola seria uma instituição imposta e, muitas vezes, controlada pelos que detêm o poder. Quando esta escola não atender aos interesses do grupo que está no poder, ela é reformulada, censurada e, às vezes, até mesmo fechada. Portanto, a escola vista desta forma, se transforma no aparelho ideológico do capital.

Por educação, dentro da própria etimologia da palavra, significa de dentro para fora. Assim, educação significa o processo de tirar de dentro de uma pessoa, alguma coisa que já está presente nela. Voltamos a falar novamente que o indivíduo possui potencialidades próprias, que vão sendo atualizadas, colocadas em ação e desenvolvidas através do processo educativo.

Todos temos teorias de como se aprende e de como se ensina. Se formos examinar a pedagogia e/ou didática que hoje rondam a escola, observaremos que, na maioria das escolas, os métodos usados são baseados na teoria do estímulo resposta, ou seja, os professores fazem as coisas, dão os exemplos e os alunos reproduzem e repetem o que lhes é pedido, sem considerar as experiências já acumuladas e vivenciadas por estes alunos.

A quem interessa essas teorias? Interessa a quem quer um homem repetidor e reproduzidor do que lhe é transmitido. O aluno, assim, não precisa pensar, decidir e

nem planejar. Apenas executar.

Sob esse ponto de vista, aparece a ideologia que se esconde atrás dos donos do capital, pois quantos mais homens que não pensam, existirem, mais lucro e menos problemas a empresa terá.

Assim, uma escola que desempenhe tais objetivos, será a melhor escola para o capitalismo. O pensar, criar, decidir é deixado para um pequeno grupo de indivíduos que receberão uma formação dentro de escolas privilegiadas, onde não faltarão recursos de todos os tipos. Só que serão poucos os que tem acesso a essa elite.

Teorias de aprendizagem, baseadas em estudos e pesquisas, mostram que aprender e ensinar incluem o próprio educando, constituindo, assim, a verdadeira educação. Neste contexto, surge Piaget que escreveu sobre o esquema cognitivo, que serve para poder compreender a realidade com a qual nos relacionamos.

Piaget chama de assimilação, o que vem de fora para dentro, e acomodação, o que vai de dentro para fora. Nossa mente apreende a realidade, assimila essa realidade e, ao mesmo tempo, acomoda-se a essa realidade externa, produzindo um esquema mental.

O aprender se dá no momento em que esse esquema mental cognitivo é questionado e colocado em contradição. Assim, o indivíduo se vê obrigado a se reestruturar e mudar seu esquema anterior. Isso é aprender. Claro que este aprender, recebe estímulos que vem desequilibrar o esquema já existente. Só que esse estímulo não possui um conteúdo. Aqui, no caso, o indivíduo cria, coloca elementos novos na reestruturação do seu esquema. Esse é o processo de aprender, ato pessoal e autônomo.

Quando esse aprender não ocorre, percebe-se que a pedagogia ou a didática que a escola está usando, reproduz somente as relações de produção, principalmente a dominação. Por exemplo, quando o professor diz ao aluno: "está errado", ele está reproduzindo as relações de dominação.

Como exemplo claro citamos o uso do livro didático, que não deixa de ser uma alienação ideológica, pois a grande maioria desses livros não retratam a realidade do aluno e, principalmente, com a realidade da região onde ele está sendo desenvolvido.

O marxista italiano Antônio Gramsci (1944, p. 52) diz que "a dominação ideológica é igual à subordinação intelectual," ou seja, quem tem o domínio da ideologia, tem o domínio sobre a educação e todas as instituições ligadas a ela direta ou indiretamente.

A educação ideológica é usada pelo Estado para manter o poder de Estado, e isso, é uma premissa de qualquer tipo de governo em qualquer parte do mundo.

Vivemos num mundo globalizado onde o muro que separa as classes sociais está cada vez mais denso e a suas diferenças acentuadas de maneira que a luta que já era histórica tornou-se desumana.

Quando se busca uma educação livre da ideologia das classes dominantes, encontra-se a tentativa de divulgação da ideologia das classes oprimidas, essa luta histórica e antagonica no âmbito filosófico e político é ao mesmo tempo alienadora, pois busca o domínio do Estado através de uma educação ideológica.

Então, busca-se uma escola transformadora onde haja uma pedagogia neutra que busque uma ideologia elaborada pelos próprios alunos e professoras, livres do domínio opressor do estado, buscando uma prática de diálogo, pois este oportuniza

igualdade de posições. O verdadeiro diálogo exige que um esteja ao lado do outro e não que um se coloque em posição de superioridade, como às vezes acontece com o professor que está convencido que só ele sabe. O diálogo exige a verdadeira democracia. E, somente quando um está ao lado do outro é possível, na pergunta e na resposta, a formação e o reconhecimento das posições cognitivas de ambos. Nessa reciprocidade de informações desencadeia-se o verdadeiro diálogo que leva ao crescimento mútuo e ao aprender.

Percebe-se que, de tudo o que se disse, que não é fácil ser professor. A verdadeira educação exige um esforço profundo, uma mudança profunda dos que nela estão engajados, um respeito muito grande pela pessoa e pelo saber (experiência) de quem está conosco.

E aqui se coloca a grande força de uma prática educativa através do diálogo. Essa atitude é a grande chance de uma escola tornar-se um laboratório onde se solidificarão novas vivências comunitárias, de onde poderão surgir transformações em todo o corpo social

A educação assim concebida, se torna passaporte para um novo mundo, para um homem e uma mulher mais humanistas. E a busca por uma escola transformadora, humanista e criativa é o grande desafio da educação brasileira nesse início de século XXI.

Muito se fala em democracia, mas silenciam o povo dando a estes, pequenas doses pedagógicas como solução imediata e apaziguadora do sofrimento do saber. Verdadeiras doses de conhecimentos ideológicos partidários.

O sistema educacional se justifica, através de uma base de argumentações, que oscilam entre uso da educação, como fator importante para a correção do sistema socioeconômico e cultural, e outra, que defende a educação como papel principal para a transformação do modelo de sociedade em que vivemos.

"O socialismo realista", conforme o professor Paulo Freire (1983), nunca foi socialista, pois é esfacelado e tem como excelência intelectual um conhecer sem compreender e, especialmente, sem sentimento e paixão.

Na escola, se percebe a reprodução de uma ideologia que ultrapassa as ideias, concepção e conhecimento sobre uma discussão. Existe também uma ideologia de igualdade e de oportunidade escolar.

A professora Marilena Chauí nos fala sobre ideologia, dizendo:

É um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações de ideias e valores e de normas ou regras de conduta, que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. (CHAUÍ, 1989, p. 23)

O Estado sempre procurou manter a sociedade entre os domínios de aparelhos repressivos como: administração, polícia, exército, etc. que estão ligados a um sentido de violência. O Estado se apropria disso e se impõe através dessa violência que chega muitas vezes a ser física.

O Pensador Italiano **Antônio Gramsci** (1944), afirma que o Estado não possui

somente o aparelho repressivo, mas também que existem as instituições da sociedade civil que forma os aparelhos ideológicos do Estado, são elas: Instituições privadas, sindicatos, Escolas, Igrejas e família.



INTERATIVIDADE:

<https://www.youtube.com/watch?v=IRNDPRYHubI>

Assista ao vídeo para aprofundar seus conhecimentos sobre o pensador Antônio Gramsci.

A Ideologia funciona através desses aparelhos repressivos que são múltiplos, distintos e com uma certa autonomia oferecendo um campo de várias contradições, às vezes ampla, às vezes limitada para com as lutas de classe. O Estado por sua vez exerce o seu poder através da ideologia, diferentemente dos aparelhos repressivos em que ele (O Estado) exerce o seu poder pela força física.

No começo da década de 1970, afirma-se que a Escola era um aparelho ideológico do Estado, causando muitas polêmicas entre os intelectuais da época. Alguns professores se deram conta que eram peças de um tabuleiro de um jogo ideológico.

A Escola geralmente reproduz a desigualdade social, na medida em que contribui para a reprodução da ideologia das classes dominantes e mesmo para a reprodução das próprias classes sociais, resultando em problemas educacionais.

A dominação de classe se dá em primeiro momento no âmbito econômico. O Estado se utiliza de aparelhos ideológicos para manter a dominação sobre a classe menos favorecida.

Para Bordieu e Passerou (1970), a escola é de certa forma uma maneira de perpetuar as relações de força de uma sociedade classista. A arma de uma escola é a sua ideologia, fazendo desta um sistema de verdade universal.

Na pedagogia transformadora a leitura de mundo, é a liberdade que possui papel importante na transformação social, mas de que maneira alcançar a liberdade estado ligado a uma ideologia? As Ideologias de reformulam a todo o momento não sendo estáticas e nem perdem a sua essência principal. Existe um confronto nesse processo, entre os intelectuais tradicionais, os orgânicos, e a práxis da sociedade.

O Estado através de seus aparelhos ideológicos, cria uma escola pobre de cultura, que visa a profissionalização e a busca por empregos para as classes menos favorecidas. Com isso o Ensino Superior fica restrito cada vez mais a classe da elite que acaba controlando a ideologia e o poder do Estado.

A Escola, como aparelho ideológico do Estado está a serviço da dominação de uma classe sobre a outra, através de um processo de hegemonia ideológica mediante uma conscientização alienante, que perpetua, uma relação de produção distribuição social do poder do Estado.

Por isso, qualquer filosofia ou qualquer modelo de sociedade democrática necessita ser consciente de que a ideologia é algo que precisa e deve ser conhecida. As instituições escolares denominadas de aparelhos ideológicos do Estado, funcionam como aparelho de reprodução e alienação ideológico da classe dominante. As instituições escolares são os principais meios de controle do Estado na Sociedade sem o uso da violência repressora.

Então, questiona-se se existe um modelo de educação adequado para o povo,

ou qual projeto educacional que valoriza as classes menos favorecidas? A Luta de classes sempre existiu, e a busca pela liberdade também é histórica, pois existe o medo do novo, do indivíduo que vai nascer com liberdade, sendo mais autênticos e humanos, possuindo uma nova visão de mundo.

Como nos diz Paulo Freire (1983, p. 79) “Esta pedagogia não pode ser elaborada nem praticada pelos opressores”, pois não se desenvolve uma pedagogia livre tornando os seres humanos alienados. Precisamos sim, de uma educação libertadora que proporcione aos indivíduos perceberem a diferença entre educação com liberdade e educação opressora. Quando uma classe assume o poder e passa a desenvolver uma educação ideológica ela sai da opressão e passa a ser opressora, quando não desenvolve uma pedagogia livre, ao contrário, torna os alienadores da já alienada sociedade dos oprimidos.

Porém precisamos é de uma educação libertadora, que ajude os estudantes a perceberem o que acontece entre a educação e as violências simbólicas e repressivas. A Escola aparece aqui, como um cenário onde se possibilite uma discussão ideológica, em que educadores e educandos se tornem os principais atores, para que a aprendizagem seja efetiva. Quando o contrário disso acontece, a escola torna-se um teatro de discussão ideológica como se fosse um grande palco, eu que os atores são educadores e educandos que trazem à superfície esse processo alienante, onde, neste no processo educativo há apenas uma farsa onde uns fingem que estudam, outros fingem que aprendem.

Será que a Escola que conhecemos proporciona a construção de personalidades autônomas, críticas e que de fato permita o exercício pleno da cidadania de todos os membros da sociedade?

Os projetos pedagógicos da maioria das Escolas, almeja levar seus alunos a compreensão dos princípios democráticos que regem a sociedade e a construção da cidadania, mas parece que suas práticas não se apresentam de forma tão coerente com os objetivos propostos pela educação. Na verdade, o que se privilegia é o desenvolvimento da dimensão cognitiva das pessoas, a partir de conteúdos descontextualizados e dissociados da realidade. Esse modelo de Escola, certamente não conseguirá atingir os objetivos de construção da cidadania e da democracia social.

De acordo com Puig (2000):

Essas instituições foram pensadas para satisfazer algumas necessidades humanas que, de maneira inevitável, implicam a ação de sujeitos com capacidades, papéis e responsabilidades muito diferentes. São alheios à ideia de participação igualitária. Os pais e as mães têm um papel assimétrico com respeito aos filhos e às filhas, da mesma maneira que os professores e as professoras o têm com respeito aos seus alunos e às suas alunas. (PUIG, 2000, p. 25).

Para que o modelo de democracia seja justo e alcance liberdade individual e coletiva, é necessário que a igualdade seja compreendida, ou seja, ao mesmo tempo que a igualdade de direitos e deveres deve ser efetivada nas instituições sociais, não se pode perder de vista o direito e o respeito à diversidade.

Para compreendermos a democracia no âmbito educacional, é preciso em primeiro lugar entender que os educandos e educadores tendo os mesmos direitos e deveres de todos os seres humanos.

Aos educadores são atribuídas responsabilidades que permitem avaliar alunos e se utilizar da sua autoridade para que possa exigir o cumprimento das normas e regras sociais. No entanto, tais poderes não lhe garantem o direito de agir de maneira injusta desconsiderando os direitos relativos à cidadania de seus alunos.

Portanto, quando queremos falar sobre democracia na escola, precisamos primeiro reconhecer os diferentes papéis sociais de todos os membros da comunidade escolar, cobrando seus deveres e respeitando seus direitos

Lembrando as ideias de Puig (2000, p. 15)

Embora exista uma assimetria natural nas relações adulto criança na escola, compete à mesma preparar os estudantes para o convívio democrático, proporcionando práticas pedagógicas que respeitem os valores da democracia e promover a participação ativa de toda a comunidade escolar nas decisões relativas ao trabalho, aos conteúdos e à convivências coletivas escolas conseguir um bom equilíbrio entre a assimetria funcional e a simetria democrática.

Continuando com as ideias de Puig (2000), o papel da escola, nesse sentido, é preparar os estudantes para a convivência democrática da sociedade adulta, propiciando práticas pedagógicas que respeitem os princípios e valores da democracia e por meio da participação ativa de toda a comunidade escolar nas decisões relativas ao trabalho, aos conteúdos e à convivência coletiva. Claro que algumas hierarquias dentro da escola devem ser preservadas, justamente pela responsabilidade às funções de ensino e administração. Dessa maneira se dá o processo de construção de escolas democráticas, embora a assimetria e uma certa hierarquia nas relações devam ser preservadas, pela responsabilidade inerente às funções de ensino e administração, é possível a democracia ser construída e trabalhada a partir da participação das pessoas nos processos decisórios possíveis de serem compartilhados. É assim que alunos e alunas, professores e professoras, compreenderão durante o processo educativo, na prática e não somente na teoria, os princípios que regulam o exercício da cidadania em uma sociedade democrática.

Uma Escola democrática e participativa deve possuir um grande papel no ato de educar. Promovendo sempre uma reorganização dos espaços, dos tempos, dos conteúdos e das relações interpessoais que existem dentro dos espaços escolares. Por isso, quando falamos em Escolas democráticas, buscamos compreender alguns fatores que interferem nesse processo e buscar formas reais de reorganizar o trabalho Escolar. Como exemplo podemos citar os conteúdos escolares que devem ser planejados a partir da realidade dos alunos.

Uma Escola que quer ser democrática precisa ter coragem e desejo político de reorganizar sua estrutura escolar. E deve possuir uma inserção transversal na estrutura curricular de temas como: Saúde, ética, meio ambiente, respeitando os conteúdos tradicionais. Essa incorporação se dá com novos conteúdos que devem

ser trabalhados, de maneira interdisciplinar e transversal aos conteúdos tradicionais.

No entanto, não adianta reorganizar os conteúdos escolares sem fazer mudanças na organização escolar. No começo do século XVIII, a instituição escolar foi submetida a processos de revisão, de reorganização, de reprogramação, tendo em vista uma maior funcionalidade social, ligada à eficiência em relação às necessidades produtivas. Então, tratou-se de renovar a escola a fim de torná-la funcional para a sociedade democrática. Para isso, buscou-se uma escola atualizada por modelos culturais para uma sociedade nova que se configurava como produtiva, pluralista, aberta.

Todas essas reestruturações que a escola sofreu, mostra uma lei de adequação à sociedade que se encontra em torno desta escola, tornando-a cada vez mais uma instituição central da vida social, à qual são delegadas tarefas de reprodução e de transmissão, entre conservação e mudança.

A escola então, torna-se obrigatória e gratuita e possui três aspectos que a colocam na sociedade atribuindo-lhe um papel essencial. A obrigatoriedade escolar é uma característica da legislação dos Estados modernos que começou no século XVIII. Também exige um percentual de frequência para que o aluno se sinta parte de um Estado, reconheça suas leis. A escola dá elementos cognitivos, mas também sociais.

A gratuidade, foi um princípio que acompanhou o crescimento da escola, que a colocou a serviço de todos e que a tornou socialmente decisiva para despertar as massas populares e obter uma verdadeira participação na vida econômica e política.

Com tudo isso, a escola assume um papel cada vez mais determinante na vida social de uma comunidade e, também na organização política, assumindo um papel de rearticulação e de fortalecimento da vida coletiva. Por outro lado, a escola, assumindo papéis tão importantes, necessita reorganizar os conteúdos escolares, inserindo conteúdos que falem sobre ética, onde os alunos assumam posições de sujeitos ativos, formando cidadãos competentes, participando de maneira intensa e reflexiva das aulas. Desta maneira um projeto educativo se constrói através de uma reestruturação curricular que almeje a construção da democracia e da cidadania, privilegiando o desenvolvimento da competência reflexiva dos alunos. De que adianta reorganizar os conteúdos escolares sem efetuar mudanças na própria lógica de organização do ensino? De que adianta inserir conteúdos de ética ou sobre sentimentos na escola, por exemplo, se ela seguir presa a um modelo transmissivo e autoritário de conhecimento? Será que aulas em que o sujeito da aprendizagem, alunos e alunas, exercem um papel passivo diante dos conteúdos que lhes são transmitidos, formará o cidadão e a cidadã competentes? As respostas, mais uma vez, são negativas, pois não se constrói a cidadania a partir de relações autoritárias e com base em metodologias de mera transmissão e reprodução do conhecimento. Essa construção pressupõe um sujeito ativo, que participa de maneira intensa e reflexiva das aulas. Um sujeito que constrói sua inteligência e sua personalidade através do diálogo estabelecido com seus pares e com os professores, na própria realidade cotidiana do mundo em que vive. Dessa maneira, um projeto educativo relacionado à reestruturação curricular e que almeje a construção da democracia e da cidadania deve prever maneiras de se trabalhar o conhecimento privilegiando o desenvolvimento da competência dialógica e reflexiva dos(as) educandos(as).

De acordo com Puig (2000) e Araújo (2004), a construção da democracia passa

por assembleias que são momentos da palavra e do diálogo. O momento em que o coletivo se reúne para refletir, para tomar consciência de si mesmo e para transformar tudo aquilo que os seus membros consideram oportuno. É um momento organizado para que alunos(as) e professores(as) possam falar de tudo que lhes pareça pertinente para melhorar o trabalho e a convivência escolar.

A partir dos procedimentos educativos aqui citados e dos princípios abordados, entende-se que a educação democrática para a cidadania deve promover o desenvolvimento das competências necessárias para a participação efetiva das pessoas na vida pública e política, tendo como objetivo a construção de personalidades morais que busquem de forma consciente e virtuosa a felicidade e o Bem, pessoal e coletivo. Para isso, dentre inúmeras outras coisas, a educação deve visar o desenvolvimento de competências para lidar com a diversidade e o conflito de ideias, com as influências da cultura e com os sentimentos e emoções presentes nas relações do sujeito consigo mesmo e com o mundo à sua volta. É possível entender que tais processos passam pela busca de sensibilização dos professores e das professoras sobre a importância de construção de uma escola pública democrática, justa, não discriminatória e que garanta qualidade para todos os alunos e alunas. Esse é um pressuposto de ética docente e social que deve pautar todos os processos educativos no cotidiano de nossas escolas.

Na vida social, quando enfrentamos um problema, buscamos soluções para ele. No entanto, as soluções encontradas não são neutras, ou seja, não estão isentas de valores. Todos os indivíduos e grupos sociais possuem interesses diretamente relacionados às ideias que construímos ou que são apresentadas no processo de interação social.

Para Gramsci (1999), a ideologia pode ser compreendida como visão de mundo, um conjunto de perspectivas produzidas pelas diferentes classes sociais ao mesmo tempo que são influenciados por elas, formando um sistema de valores culturais. A ideologia representa o modo como cada grupo ou classe social atribui sentido as suas experiências de mundo.

A análise dos fenômenos sociais de nosso cotidiano nos permite perceber a mútua influência entre cultura e ideologia, seja no modo pelo qual os grupos e as classes sociais expressam, em práticas e saberes, sua compreensão e sua trajetória no mundo, seja na forma pela qual essa trajetória é interpretada e valorizada socialmente.

São antigas as relações entre escola e manifestações culturais. Contudo, a proposta de políticas públicas de apoio e promoção à cultura é muito recente. As relações entre escola e cultura são necessariamente marcadas pelas forças políticas e ideológicas que se estabelecem na sociedade em cada momento histórico.

ATIVIDADES – UNIDADE 1

Há no mundo contemporâneo, um crescente aumento da violência e exclusão social, e do desrespeito ao espaço do outro. Também observamos isto no espaço escolar, e este é um tema que vem preocupando os educadores pelo fato de ser difundido que tais problemas estariam ligados a uma crise de autoridade e intolerância em nossa atual sociedade.

Mas, como solucionar tal problema? Seria interessante a atuação de um poder mais autoritário? O professor deve impor-se ao aluno, através da supremacia do cargo?

Se revermos a escola do passado lembraremos o procedimento de muitos educadores e reviveremos as marcas que o autoritarismo deixou na sociedade humana como resultado da busca desenfreada pelo poder.

A educação escolarizada é uma escolha da civilização. Construir um espaço onde o conhecimento e o modo de vida possam ser produzidos e difundidos às futuras gerações.

Há um embate ideológico permanente dentro e fora da escola diferentes modelos de sociedade são gestados e promovidos nas práticas pedagógicas. Estes modelos são identificáveis a partir de determinados processos e práticas escolares.

Atividade: Tendo em vista os temas tratados pela unidade 1 e a música do **Pink Floyd “Another brick in the wall”**, aponte e discuta quais são os processos de controle social e mudança social que ocorrem dentro da escola e quais processos pedagógicos poderiam criar ambientes favoráveis à democracia e à autonomia dos sujeitos envolvidos nos processos escolares. Escreva entre uma a duas laudas.

A atividade será postada no moodle, em forma de descrição, previamente combinado com o professor(es) titular(es) da disciplina.



INTERATIVIDADE:

Assista ao vídeo da música disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=YR5ApYxkU-U>

2

OS ESPAÇOS ESCOLARES

INTRODUÇÃO

O primeiro objetivo de qualquer ato de aprendizagem, acima e além do prazer de ensinar, é o de que deverá servir-nos no presente e valer-nos no futuro. Esta Unidade visa apresentar o espaço escolar no qual os educandos passam grande parte de seu tempo e que pode permitir aprender muitas coisas, e não somente dentro da sala de aula, mas em todos os ambientes. A estrutura física da escola, assim como sua organização, manutenção e segurança, revela muito sobre a vida que ali se desenvolve ou que se quer desenvolver. Desta forma, é importante conhecer o que o Espaço Escolar revela e o que o mesmo representa, como ele é utilizado pelos gestores e como o PPP e Regimento escolar, focam na relação do mesmo com o tema. A construção desta unidade pretende auxiliar professores e gestores a olhar diferente para o espaço que se tem, para o já conhecido, de modo a fazer diferente e melhor. Disponibiliza ao profissional da educação, um estudo referente ao espaço escolar auxiliando, em sua prática de trabalho. A organização do tempo e dos espaços escolares é e depende da construção humana que é elaborada no decorrer da história e que, portanto, expressa as relações sociais que os mesmos têm e se estabelecem, pensando a possibilidade de mudanças na estrutura do espaço das escolas de modo a se tornarem espaços que favoreçam o processo de desenvolvimento e formação das crianças, respeitando-as como sujeitos de direitos.

2.1

COMPREENSÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS ESCOLARES

A sociedade, nas últimas décadas vem tomando consciência da importância de melhorar a qualidade da educação que é oferecida à população. Isso vem sendo feito através do fortalecimento da qualificação da gestão e da escola.

Sendo assim, a escola deve mobilizar e articular as condições humanas e também materiais necessários para promover a aprendizagem efetiva e de qualidade para os alunos, tornando-os capazes para enfrentar os desafios que se apresentam.

Com a **LDB 9394/96 (art. 15)**, a escola começou a ter mais autonomia tanto na área administrativa, quanto pedagógica e financeira, exigindo da equipe gestora uma visão mais global e também uma capacidade de reconhecer que numa sociedade que almeja conhecimento, se torna imprescindível focar mais no pedagógico e gerenciar as dimensões administrativa e financeira organizando-as para alcançar as finalidades da educação.

Nos dias atuais, a escola possui autonomia para fixar o que entende ser o adequado à sua realidade. Por isso, o planejamento das situações de aprendizagem nas áreas do conhecimento, respeitando as especificidades de cada área deve levar em conta a realidade dos alunos e seus saberes, para então, levar o aluno a expressar ideias com clareza, analisar informações, tornando-o capaz de tomar decisões, argumentar e resolver problemas.

Por isso, a importância da Proposta Pedagógica de cada escola, com seus planos de estudo e planos de trabalho de cada professor, que devem responder à demanda de construção de uma escola capaz de superar um conceito tradicional, baseado na memorização e repetição.

Procurando tornar o sistema de ensino eficiente, é necessário, também, promover alterações nas estruturas organizacionais e administrativas das escolas. Assim, questões fundamentais devem ser analisadas com profundidade para efetivar essa mudança: a capacidade da escola de concretizar na prática os princípios de interdisciplinaridade e de contextualização do currículo e a organização e aproveitamento do tempo escolar.

A escola, organizada por áreas do conhecimento pressupõe o desenvolvimento de competências e habilidades, propondo um trabalho interdisciplinar, “numa outra concepção de divisão do saber marcada pela interdependência, interação e comunicação entre as disciplinas voltadas para a integração do conhecimento em áreas significativas” (PORTELA; ATTA, 2001, p. 101).

Ainda falando sobre organização escolar, torna-se pertinente citar novamente a Lei de Diretrizes e Bases – **Lei 9394/96** que proporciona maior flexibilização no que diz respeito a essa organização. Portanto, baseado no que diz a lei, o ensino pode ser organizado por ciclos, períodos semestrais, grupos não-seriados, com base na idade, alternância de períodos de estudos, na competência e em outros critérios.

A lei prevê ainda, a organização das turmas com alunos de séries distintas, como adiantamentos na matéria para o ensino de língua estrangeira, artes ou outros componentes curriculares. Possibilita também autonomia quanto ao calendário escolar que deverá se adequar às particularidades locais, como climáticas e econômicas. A avaliação pode ser flexibilizada com progressão parcial, possibilidade de aceleração de estudos, reclassificação de alunos, promoção automática ou progressão continuada sem reprovação. Permite-se, ainda, a aferição e reconhecimento dos conhecimentos adquiridos por jovens e adultos por meios informais. O currículo permite o acolhimento da diversidade, tornando-se aberto para a inclusão de conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades (CARVALHO, 2005).



INTERATIVIDADE:

Assista ao vídeo da música disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=YR5ApYxkU-U>

Os profissionais da educação têm uma concepção sobre a construção do conhecimento que, às vezes, se diferencia do projeto pedagógico da escola. A organização do ambiente escolar, por exemplo, indica se o aluno é sujeito ativo e principal ator no processo ou se é apenas um receptor de informações.

A seguir, observa-se imagens de sala de aula, biblioteca e trabalhos expostos pelos alunos nos corredores da escola e na própria sala de aula. Aqui, pode-se dizer que existe um equilíbrio entre o tradicional e o protagonismo dos alunos, pois a sala continua com filas, mas os trabalhos dos alunos são expostos, sugerindo o respeito que o professor tem para com as produções de seus alunos.

Figura 1 – Escola de Educação Básica Sepé Tiarajú



Fonte: Autora.

Figura 2 – Escola de Educação Básica Sepé Tiarajú



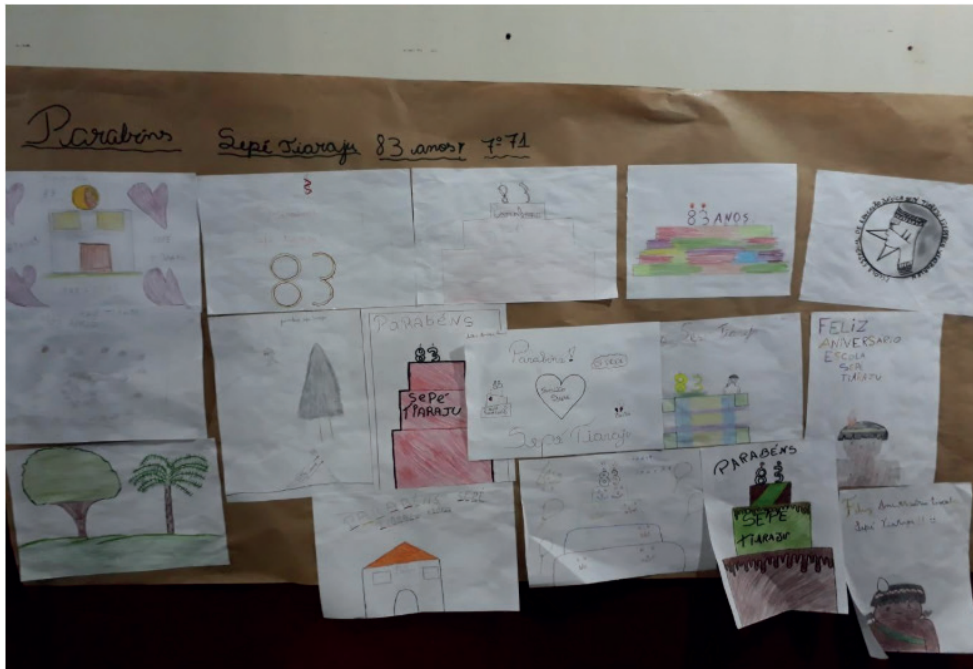
Fonte: Autora.

Figura 3 – Escola de Educação Básica Sepé Tiarajú



Fonte: Autora.

Figura 4 – Escola de Educação Básica Sepé Tiarajú



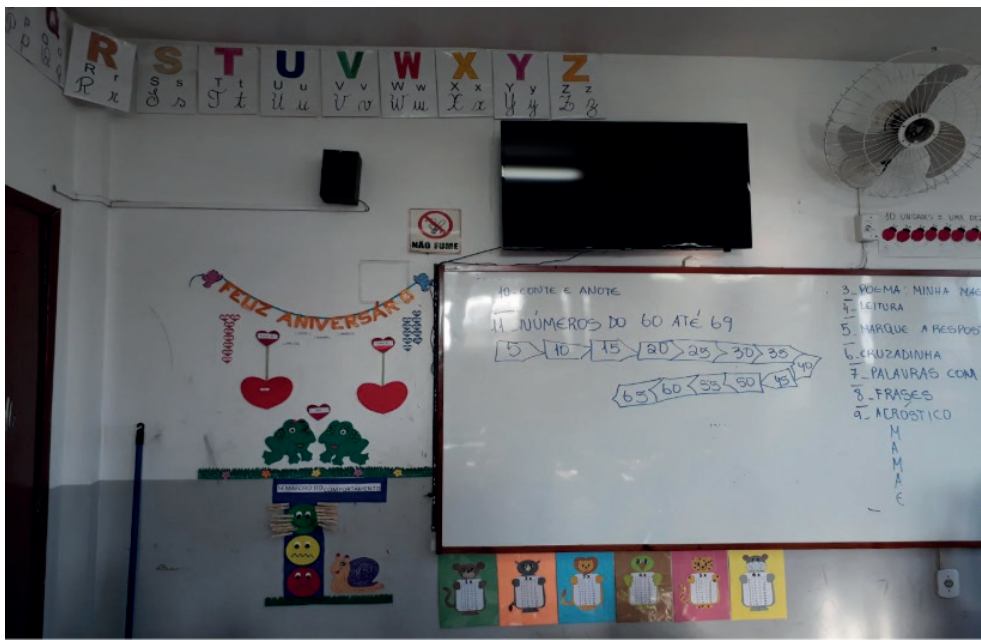
Fonte: Autora.

Figura 5 – Escola de Educação Básica Sepé Tiarajú



Fonte: Autora.

Figura 8 – Escola de Educação Básica Sepé Tiarajú



Fonte: Autora.

Figura 9 – Escola de Educação Básica Sepé Tiarajú



Fonte: Autora.

A situação de sala de aula é conhecida de todos nós; todos passamos por ela, e, como professores atuais ou futuros, continuaremos a fazê-lo e não apenas uma vez; pelo contrário, estivemos e estamos na sala de aula por várias horas por dia, cinco dias por semana, nove meses por ano, durante muitos anos. A instituição com sua estrutura, seus costumes e seus hábitos torna-se natural e marca nosso caráter.

Entretanto, a sala de aula como a conhecemos hoje, não tem nada de natural. A difusão do termo sala de aula em relação à escolaridade elementar, surgiu so-

mente com a vitória dos métodos pedagógicos que propunham uma organização do ensino por grupos escolares diferenciados entre si, as vezes por idade e outras por seus resultados de aprendizagem. Por isso, mostraremos alguns processos que conduziram à invenção da sala de aula na Escola.

Registra-se que programas e projetos não conduzem as realidades educativas; pelo contrário, chocam-se com elas. No entanto, estes programas e projetos marcam a direção do desenvolvimento as formas que a sociedade deseja para sua socialização escolar, e, assim sendo, tem algum tipo de efeito sobre as duras realidades sociais.

Entre as instituições existentes na idade média, as universidades desempenhavam papel central. Estavam organizadas de maneira muito diferente da que conhecemos atualmente, com escolas preparatórias onde se ensinavam elementos da cultura clássica e faculdades onde o ensino tinha certa semelhança com o ensino superior hoje. Sem dúvida estas instituições educativas atendiam a um público minoritário, embora diversificado.

A Escola elementar por sua vez, é uma invenção moderna. Mesmo quando existiam formas de aprendizagem elementar antes da modernidade, não tinham semelhança com a escola que conhecemos hoje. Estaremos concentrados nas técnicas prescritas para os níveis inferiores desses colégios ou escolas, que recebiam indivíduos, que hoje identificaríamos como crianças.

Estes estudantes, muitas vezes provenientes do campo de famílias aristocráticas, precisam de um lugar para dormir e guardar seus pertences. Desde o século XV as pensões mais ou menos improvisadas onde moravam transformara-se em uma espécie de internato. Tratava-se de tirar os estudantes de seu espaço de liberdade, a rua como salienta Ariés (1981):

A partir desse momento não se tratava mais de garantir aos estudantes pobres a manutenção de suas vidas, mas sim de superar esse estágio e obriga-los a uma maneira de conduzir suas vidas que os protegesse das tentações do mundo exterior. Assim, os estudantes foram submetidos a uma vida comunitária determinada pelo espírito de uma prática religiosa, garantida por meio de estatutos permanentes (ARIÉS, 1981, p. 247)

A arquitetura dos colégios tornou-se mais complexa com espaços para oração, claustros e salas de aulas, que eram as mesmas para todos e organizadas como acentos dispostos e duas filas, voltadas uma para outra, ao longo da sala. O professor ocupava uma das extremidades da sala e circulava pelo amplo espaço livre entre os alunos.

Mais tarde esse espaço fechado, recebeu funções educativas. Já não se tratava simplesmente de manter as crianças confinadas fora do horário da escola, mas sim de transformarem em um espaço de aprendizagem.

Hoje as salas de aulas devem estar afinadas com proposta pedagógica, com diferentes agrupamentos das crianças, cartazes dos docentes, produções dos alunos e registros de sistematizações de ideias. Assim, pode-se perceber sobre como a organização contribui com o ensino e a aprendizagem e criar estratégias para que o ambiente se torne um aliado do docente.

No livro *Quem Educa Quem?*, de Fanny Abramovich, há uma entrevista muito interessante de Madalene Freire sobre esse tema:

Quando as crianças, no início do ano, entram na sua sala de aula, as paredes estão totalmente brancas... não há nada dependurado nelas, não existe nenhum material exposto, apenas o essencial para uma organização mínima: bancos e coisas assim... então, começamos a habitar esse espaço, sentir o corpo atuando nele. Após as atividades desenvolvidas pelas crianças em função dos projetos didáticos e dos conteúdos estudados com eles... E aí, no final do ano, há um céu no teto, todo pintado ou cheio de recortes, mil coisas... um vão minúsculo, na parede, foi descoberto, e está lá demonstrado, apontado... A sala tem e reflete tudo o que aconteceu durante o ano, nas aulas de Matemática, de Alfabetização, de informação sobre planetas, etc... estão lá, em destaque, o quadro das descobertas feitas e o quadro das dúvidas levantadas, porque conhecer não é só saber, é duvidar! Desta relação, que é de vida, é que vai se criando e se habitando esse espaço. (ABRAMOVICH, 1997, p. 32).

A organização da escola, não apenas da sala de aula, mas de todas as áreas, depende do que a gestão espera da aprendizagem dos estudantes. O coordenador pedagógico precisa estar sempre atento a isso, mas a parceria com toda a equipe é essencial. Discutir com os docentes pode ser o pontapé inicial para reflexões e mudanças que devem fazer parte do projeto político pedagógico da instituição, que deve ser do aluno, para o aluno e para toda a comunidade escolar.

Sendo na interação que o sujeito aprende e ensina, podemos depreender a importância de se organizar o espaço escolar, mais especificamente o da sala de aula, para receber os alunos e proporcionar que hajam meios de garantir esse estreitamento de vínculo. Conforme nos fala Oliveira (1997), em seus estudos sobre o pensamento de Vygotsky:

A interação face a face entre indivíduos particulares desempenha um papel fundamental na construção do ser humano: é através da relação interpessoal concreta com outros homens que o indivíduo vai chegar a interiorizar as formas culturalmente estabelecidas de funcionamento psicológico. (OLIVEIRA, 1997, p.74).

A vida social ocorre de maneira dinâmica, onde cada sujeito participa ativamente de seu meio, estabelecendo uma relação entre o mundo cultural e o mundo interno de cada um. O conhecimento a respeito de todo esse universo cultural e particular se dá através das interações estabelecidas entre os indivíduos no meio social em que participam.

Temos, então, que perceber que a maneira como é organizado o espaço em sala de aula reflete diretamente em como se dá essa interação e o trabalho pedagógico docente como um todo. É importante que a organização priorize aspectos indis-

pensáveis para a construção da aprendizagem, tais como vivência da prática do diálogo entre os indivíduos envolvidos neste processo.

No entanto, é importante salientar que o espaço de aprendizagem não se restringe apenas à sala de aula. É necessário que sejam promovidas festas de datas comemorativas, excursões, visitas, enfim, lugares e ações com possibilidades existentes de aprendizagem.

Também os ambientes externos devem ser valorizados e aproveitados para realizar atividades cotidianas como ler, contação de histórias, desenhos com observação, exposição de trabalhos, etc.

Portanto, a utilização e organização do espaço escolar, refletem a concepção pedagógica e interferem diretamente na construção da aprendizagem e autonomia dos alunos.

A qualidade da educação não pode depender somente da vontade de um ou outro professor. Mas é preciso a participação conjunta de todos que fazem parte da comunidade escolar. Todos devem fazer parte de tomadas de decisões, desde a prática pedagógica até o espaço físico e o que é necessário realmente para que o ambiente escolar seja acolhedor e com constantes aprendizados. Claro que essas decisões são diferentes de escola para escola e que as mudanças propostas não se efetivarão a curto prazo. É necessário que todos que fazem parte da escola estejam comprometidos, disponham de tempo e recursos, pois dificuldades e limitações sempre estarão presentes, já que na escola que se manifestam os conflitos existentes na sociedade.

Os professores precisam estar em constante formação e reflexão sobre sua prática pedagógica. Não se tratam de regras do que devem ou não fazer, mas sim estabelecer acordos com relação às estratégias mais adequadas, a qualidade da intervenção do professor sobre seus alunos, horários, espaços físicos, materiais didáticos e proposição de atividades que concorrem para que o caminho da eficiência da aprendizagem seja percorrido com sucesso.

É importante que a localização do espaço permita que os alunos brinquem, corram e se divirtam à vontade. Existem paredes com janelas e vidros que podem ser atingidos com o uso de bolas? É possível existir uma certa algazarra ou barulho, sem prejudicar o andamento das aulas nas salas ao redor? Essas questões podem ser levadas em consideração na hora de definir o local onde construir a quadra ou pátio.

É interessante que o espaço tenha bancos para os alunos se reunirem. Assim, além de brincar, correr e jogar bola, a turma pode se sentar para conversar e descansar.

A sala de aula também é um local importante, por isso deve-se verificar a iluminação das salas de aula. Uma escola deve ter salas bem iluminadas e claras, para que professores e alunos se sintam bem e possam trabalhar.

Deve-se prestar atenção ainda, na iluminação artificial das salas de aula nos finais de tarde e à noite. Verificar se a luz que tem é suficiente, e se não existem cantos ou espaços mais escuros.

Uma escola cujas salas de aula representam um lugar onde se tenha prazer de estar e que os alunos se identifiquem com o ambiente, se torna o lugar ideal para que a aprendizagem aconteça. Conhecer este espaço, sentindo-se à vontade para usá-lo, faz com que os alunos respeitem e preservem o que é de todos.

A família também deve fazer parte desses ambientes e, assim, frequentá-los em

reuniões de pais e receber informações a respeito do que ali acontece, também nas festas de integração que a escola promove.

Os alunos podem e devem dar contribuição dizendo o que pensam sobre o espaço escolar. Deve-se, também, proporcionar debate entre toda a comunidade escolar, sobre como é possível, realizar as mudanças necessárias, qual o papel de cada um, as prioridades, etc. Assim, todos serão envolvidos em um projeto de melhoria dos espaços que são tão importantes na escola.

A escola está situada em um determinado espaço e pode desempenhar um papel importante no seu entorno visando contribuir para o exercício coletivo da cidadania. Dependendo do nível de inserção e compromisso com a comunidade. Dependendo do nível de inserção e compromisso com a comunidade, a escola constitui um espaço estratégico para o desenvolvimento de ações coletivas que materializam o exercício de sua função social. Esse papel não é fácil de ser exercido, já que no Brasil, a escola está imersa nas relações sociais capitalistas que põem limites à sua ação. Contudo, de modo contraditório, a escola pode contribuir, sobretudo, com a indução sistemática quanto à necessária articulação entre as ações pedagógicas e políticas para a formação de um cidadão crítico e criativo capaz de concorrer para as mudanças profundas na sociedade. Daí a importância de se buscar a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico que se constitua efetivamente o norte das ações pedagógicas e curriculares desenvolvidas pela escola.

2.2

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR

A população que frequenta a escola está representada pela grande diversidade sociocultural e pelas grandes disparidades socioeconômicas que contribuem para determinar oportunidades diferenciadas de acesso dos alunos aos bens culturais e à educação. A escola se constitui em uma referência positiva para a vida das pessoas que por ela passam. Por isso a importância da realização de aprendizagens significativas na escola.

As maiores desigualdades educacionais são encontradas entre os pobres, grupos étnicos minoritários, pessoas com deficiências, e dos adolescentes e adultos que não puderam estudar quando crianças. Toda essa diversidade, exige da escola o conhecimento da realidade em que vivem os alunos, pois a compreensão do seu universo cultural é imprescindível para que a ação pedagógica seja eficaz.

A escola, por estar inserida em diferentes contextos, deve articular sua proposta pedagógica à realidade do seu aluno para que a comunidade escolar venha a conhecer melhor e valorizar a cultura local. Tudo isso se torna condição importante para que os alunos possam se reconhecer como parte desta cultura e construir identidades positivas para atuar na sua realidade e transformá-la. A escola deve proporcionar também, condições para transitarem em outras culturas e superarem seu universo local, tornando-os aptos a participar de diferentes esferas da vida social, econômica e política.

Todas as atividades da escola devem ser articuladas para garantir aos alunos uma educação de qualidade. Desde o processo de organização das turmas, a distribuição delas por professor, as decisões sobre o currículo, a escolha dos livros didáticos, a ocupação do espaço, definição de horários e outras tarefas administrativas e pedagógicas que devem priorizar o atendimento dos interesses e necessidades dos alunos. A equipe gestora da escola se torna um fator decisivo para assegurar a todos o acesso ao conhecimento, assim como nos processos citados anteriormente.

Com relação à organização curricular é preciso que a escola se pergunte: o que os alunos deveriam saber ao deixar a escola? O que a escola deve ensinar aos alunos? Os questionamentos com relação ao currículo estão longe de serem diretos e claros, isso devido ao fato de que todo mundo pensa ter respostas com relação ao currículo escolar. Para esclarecer um pouco mais esta questão, é importante conhecer alguns aspectos da história sobre currículo.

Historicamente, a concepção de currículo tem sua formação através de várias correntes do conhecimento. O currículo deve contemplar discussões de ordem filosófica e sociológica, embasadas em teorias de aprendizagem de ensino e deve estar comprometido socialmente. As discussões curriculares não devem ser entendidas como um estudo pronto, mas sim um “corpo” em constante construção e de caráter conflitante, dialético, principalmente devido às várias correntes teóricas,

nas quais se embasa.

O currículo é uma práxis, não um objeto estático. Enquanto práxis é a expressão da função socializadora e cultural da educação. Por isso, as funções que o currículo cumpre como expressão do projeto cultural e da socialização, são realizadas por meio de seus conteúdos, de seu formato e das práticas que gera em torno de si. Desse modo, analisar os currículos concretos significa estudá-los no contexto em que se configuram e através do qual se expressam em práticas educativas. (SILVA, 2006, p. 2).

A concepção de currículo é marcada por decisões, que têm entre outros objetivos, tornar racional a gestão curricular, para adequar os mesmos às exigências de sua época sejam elas culturais econômicas ou sociais, se estruturar para fornecer elementos possíveis de elaborar críticas ao modelo de escola capitalista competitiva, propor alternativas de escola, ou até mesmo fazer uma auto reflexão do próprio currículo.

Do latim, curriculum, significa caminho, trajeto, percurso, pista ou circuito atlético. Segundo Goodson (1995:7), o termo curriculum é derivado da palavra latina currere, que significa correr, curso ou carro de corrida. Pode também estar se referindo à “ordem como sequência” e à “ordem como estrutura”. Nesta última acepção, remonta ao conjunto de práticas educativas difundidas no século XVI, em universidades, colégios e escolas, a partir do Modus et Ordo Parisienses. Modus designava a combinação e a subdivisão das escolas em classes, com a retenção da instrução individualizada, isto é, aluno – por – aluno e Ordo (ordem) com dois significados: sequência (ordem de eventos) e coerência (sociedade ‘ordenada’) (HAMILTON, 1992, p. 06).

A palavra currículo ligada aos meios educacionais começa a aparecer no século XVI, ligada à ideia de “ordem como estrutura” e ordem como sequência, no sentido de alcançar determinada eficiência social nos moldes culturais vigentes.

Assim, na Universidade de Leiden (1582), os registros constam que “tendo completado o curriculum de seus estudos” o certificado era concedido ao aluno. “Na Universidade de Glasgow (1633) e na Grammar School de Glasgow (1643), o curriculum referia-se ao curso inteiro de vários anos, seguido pelos estudantes, e não apenas às unidades pedagógicas curtas”. (HAMILTON, 1992, p. 10).

A terminologia currículo está intimamente ligada à ideia de sequência, de terminar algo, de completude, em que a princípio eram as Universidades que atribuíam o título a alguém que cumprisse as exigências de um percurso, uma trajetória, neste

caso, acadêmica. Essa visão contempla a ideia de que um curso educacional, seja ele de nível superior ou não, deve ser tratado de forma global e sequencial, levando-se em conta os fatores históricos.

Entre os séculos XV e XVIII, período de transformações, transição entre o sistema feudal para o capitalismo, ocorrem transformações que atingem a sociedade como um todo, em que a educação se incumbirá da formação do homem para uma nova sociedade. É neste período que começam a surgir as escolas organizadas em classes, pois até então, o ensino era individualizado. A partir desta realidade se fez necessário que as diversas classes de uma escola passassem pelo mesmo percurso, semelhante à ideia de um circuito atlético.

Tal como o atleta, que conseguiu passar por todos os caminhos e obteve o prêmio, os alunos que conseguissem passar por todo currículo recebiam o diploma, pelo qual a escola se responsabilizaria, atestando formar homens necessários às exigências da sociedade da época. (SILVA, 2006, p. 3).

É claro que o padrão de conduta moral entre aluno e professor, em tempos de ensino individualizado, é diferenciado do ensino em classes, em que a relação passa a ser vivenciada de forma coletiva, pois o ensino em classes ocorre com um maior número de interesses e pontos de vista divergentes, sendo necessárias negociações mais hábeis. Com a emergência do capitalismo, a partir do século XVI, se faz necessário uma nova moral aos cidadãos. Uma moral condizente com o “homem” de negócios” que agora se forma. Esse novo “homem” deverá ser moldado na escola, e diante disto a necessidade da reorganização do trabalho escolar. Nesta reorganização, o currículo terá papel fundamental, acabando por sofrer ingerências.

A partir dessas comprovações, pode-se observar que o currículo é algo produzido dentro de um tempo e espaço, não está à margem dos acontecimentos socioeconômicos. Como toda vez que se define o currículo está se delineando situações concretas da própria escola e definindo um modelo educacional.

O aprofundamento teórico sobre currículo pode ser situado a partir do início do século XX. Os primeiros teóricos sobre currículo irão se destacar nos Estados Unidos, como Franklin Bobbit (*The curriculum* – 1918), W. W. Charters, Edward L. Thorndike, Ross L. Finney, Charles C. Peters. Esses pensadores elaboram suas definições de currículo em um momento de crescente industrialização e consequentemente de divisão de trabalho, processo de urbanização, imigrações europeias.

Martins, citando Apple manifesta: Bobbit e Charters responderam com suas teorizações sobre curriculum a essa nova necessidade econômica de especialização, fundamentando-se nos princípios da Administração Científica e construíram uma teoria de estruturação do currículo que se baseava na diferenciação de objetivos educacionais em termos das funções específicas e limitadas da vida adulta. (SILVA, 2006, p. 4).

Esse período também conhecido como a segunda Revolução Industrial, é marcado pela competitividade intercapitalista, tendo como base a produção padronizada e em série, que seria destinada para o consumo em massa. Levando-se em conta que o sistema capitalista visa lucro, se faz necessário acima de tudo racionalizar a produção.

Neste contexto o Taylorismo é concebido como finalidade a organização racional do trabalho, que tem como um dos expoentes, F. W. Taylor. O Taylorismo busca nos fundamentos das ciências humanas, tais como psicologia e sociologia, racionalizar a divisão de trabalho com o objetivo de uma separação rigorosa do trabalho manual e do trabalho intelectual, na forma de concepção e execução do trabalho, e na atuação rigorosa de seus elementos gestuais, na cadeia produtiva.

O Fordismo, caracterizado pelo trabalho em série na esteira rolante, se caracteriza como uma “evolução” da organização científica do trabalho, que implica em uma divisão de tarefas e dos gestos, em que se destacam a economia de espaço e tempo, distribuídos de um modo mais racional, onde a máquina dita o ritmo, dos próprios gestos e de seu próprio trabalho. O Fordismo prioriza habilidades como flexibilidade, rapidez, resistência nervosa, a docilidade e a passividade. Nesse tipo de trabalho não é exigido maiores conhecimentos do operário, pois um operário superior detém esse conhecimento. Sendo assim, as promoções processam as mudanças de serviço, e claro, os chefes são selecionados entre os mais dóceis, os mais aptos a evitar as greves, sendo que estes têm por função ordenar e não explicar, e as informações circulam de forma vertical e individual e nunca de forma coletiva.

Dentro desses princípios da Administração Científica do Trabalho, tendo como princípio a produção capitalista, o autor descreve o currículo como um meio de desenvolver a “grande consciência de grupo”, em que não se concebe lugar para pensamentos ou formas de agir diferente ou divergente da moral vigente. Segundo Bobbit (1982):

Como desenvolver um sentimento genuíno de pertencer a um grupo social, quer grande quer pequeno? Parece haver apenas um método, e este é: Pensar e sentir e AGIR com um grupo como parte dele à medida que ele exerce suas atividades e se esforça por atingir seus fins. Os indivíduos são amalgamados em pequenos grupos coesos, os pequenos grupos divergentes são amalgamados no grande grupo de cooperação, quando atuam juntos para fins comuns, com visão comum, e com juízo unificado (BOBBIT, 1982 apud APPLE, 1982, p.107).

Nesta perspectiva curricular, este se estrutura no sentido da preservação do consenso cultural, e ao mesmo tempo destinar aos indivíduos o seu lugar numa sociedade industrial. Neste contexto, os surgimentos de outras concepções curriculares passam a ser criticadas, como é o caso das correntes acadêmicas ou humanistas, pois os currículos propunham um enfoque tecnicista, atendendo as exigências do desenvolvimento econômico da base industrial, pois do contrário era considerado um distanciamento da realidade. Segundo o educador americano Dewey (1965), defensor do currículo tradicional, este seria melhor, pois:

A escola tradicional está organizada para permitir que se pratiquem certas habilidades mecânicas e certas ideias, sem cogitar da prática de outros traços morais e emocionais desejáveis em uma personalidade. Como aprender, com efeito, honestidade, bondade, tolerância, no regime de 'lições' marcadas para o dia seguinte? Só uma situação real de vida, em que se tenha de exercer determinado traço de caráter, pode levar à sua prática e, portanto, à sua aprendizagem. Daí ser necessário que a escola ofereça um meio social vivo, cujas situações sejam tão reais quanto as fora da escola. (DEWEY, 1965, p. 34).

A partir dos anos de 1960, o currículo tomou um viés tecnológico, enfocando o sistema tecnológico de produção, propondo a mudança curricular em comportamentos específicos voltados para a operacionalização tecnológica, sendo a escola usada como parte do aparelho ideológico do estado.

Este formato de currículo tecnicista sofreu muita crítica, destacando-se os pensadores franceses, Bordieu e Passeron, Baudet e Establet. Além desses pensadores, a crítica também adveio dos movimentos sociais que protestavam contra essa forma curricular por ser seletiva, excludente e despreocupada com o processo de aprendizagem, esvaziado de conteúdos críticos e vitais.

Neste período de ênfase tecnicista, surgirão duas grandes linhas de pesquisa e estudos sobre o currículo. A primeira linha de tendência conteudista, que ficou conhecida como "Pedagogia crítica dos conteúdos" e a segunda com ênfase nas experiências de lutas de classes dos trabalhadores, denominada por alguns pensadores sem uma maior profundidade, como sendo "educação popular". Foram férteis as ideias de Gramsci (1891 – 1937) nesse período, que defende uma escola socialista, também denominada por ele como única ou unitária com propostas alternativas, acompanhado de outros educadores que se posicionavam a favor da construção de um currículo, voltado para a formação da classe trabalhadora.

Os teóricos desta linha concebem, que:

A escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda vida social. O princípio unitário, por isso, refletir-se-á em todos os organismos de cultura, transformando-se e emprestando-lhe um novo conteúdo. (GRAMSCI, 1968, p.118).

Para esta corrente de pensamento, as classes trabalhadoras devem dominar os saberes elitistas, dominá-los para poder os usar mesmos como instrumento de luta. Sendo assim, o currículo deve englobar conhecimentos clássicos como na formação para o trabalho. A consciência de classe passa a ser o foco pedagógico a ser desenvolvido com a incorporação dos avanços tecnológicos utilizados pela burguesia. Porém, esses conhecimentos devem ser tomados como conhecimentos de forma coletiva, orientados para a solidariedade e não de forma individualista ou competitiva, como ocorre na escola burguesa capitalista.

Já a segunda corrente seiscentista, tem como fundamentação teórica o mate-

rialismo dialético marxista, em que as reflexões sobre o currículo assumem como pressuposto que “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”. Esta corrente de pensamento tem sua vertente na historiografia inglesa, em que entre os principais expoentes podemos citar Erick Hobsbawn, E. Thompson. Esta corrente parte das experiências da classe trabalhadora, como construtores da história. As propostas curriculares neste sentido estariam voltadas para as histórias de lutas da classe trabalhadora e de suas experiências emancipatórias. A formação curricular pedagógica está voltada para a formação de indivíduos de caráter cooperativo, solidários e imbuídos de uma contraposição ao espírito competitivo, individualista e consumista, comportamento típico do modelo capitalista.

Os acontecimentos da década de 1980, como a queda do socialismo real, o esgotamento do modelo Taylorista-fordista como forma de produção, as transformações ocorridas que interferirão no mundo do trabalho, a teoria Taylorista com a introdução de novas tecnologias de produção, o desaparecimento de algumas formas de trabalho, e a crescente corrente do neoliberalismo, passou-se a questionar o currículo vigente, e instigou-se o surgimento de novas correntes curriculares.

As discussões pós-modernas se tornam mais complexas, o que possibilitou ampliar os conhecimentos em relação às diferentes vertentes curriculares, como as, fazendo possível o diálogo com outras tendências curriculares.

Isto coloca em discussão as posições pós-modernas num esforço de compreender as suas pretensões de pensar o mundo sem recorrer a meta-relatos, a meta-narrativas e suas implicações para a área educacional. Buscar a origem do pós-modernismo possibilita a compreensão da negação das meta-narrativas. (SILVA, 2006, p. 06).

A perspectiva pós-modernista, tem seu berço nos intelectuais ingleses e americanos. Dentre eles Perry Anderson, que adotou uma atitude questionadora com relação ao pressuposto de uma consciência unitária, construída por meio de Utopias, passando a questionar tanto as correntes metodológicas Positivistas como as correntes Marxistas. No mundo hispânico, essas ideias chegaram a meados da década de 1930. A expansão do uso deste conceito ocorreu com a propagação feita pelo filósofo francês Jean-François Lyotard com a publicação “A condição Pós-moderna” (1979). Estas correntes pedagógicas que até então eram concebidas em forma de “uma grande narrativa”, como “alta cultura” e “cultura de massa” ou da apropriação e da citação das obras do passado, passando a ser questionadas numa perspectiva de ruptura, de descrédito das explicações totalizantes. A crítica pós-moderna, nos universalismos e narrativas mestras se fundamentam em acontecimentos como os da queda do muro de Berlin, fim da guerra fria, crise do modelo taylorista-fordista, diminuição dos movimentos contestatórios das décadas de 1960 e 1970. Como legitimação dessa derrocada, se utilizam de estudos pós-estruturalistas e culturais.

Em termos educacionais, o currículo que até então discorria em uma perspectiva humanista ou tecnicista e toda a tentativa emancipatória das pedagogias críticas, passa por severa criticidade.

A corrente pós-estruturalista tem suas origens nos pensadores franceses. Mas

também recebe outras contribuições, como:

O pós-estruturalismo, embora tenha suas origens francesas, parte das formulações filosóficas de Nietzsche, das contribuições de Martin Heidegger sobre Nietzsche, das leituras estruturalistas de Freud e de Marx, que são decisivas para a emergência do pós-estruturalismo. Considerava-se que, enquanto Marx havia privilegiado a questão do poder e Freud havia dado prioridade à ideia de desejo, Nietzsche não havia privilegiado qualquer um desses conceitos em prejuízo do outro. Sua filosofia oferecia uma saída que combinava poder e desejo. Nesta direção, salienta-se a elaboração teórica feita por Deleuze, Derrida, Foucault, Klossowski e Koffman, a partir das leituras de Nietzsche, desde o início dos anos 60 até os anos 80. (SILVA, 2006, p. 7.).

A corrente pós-estruturalista, é compreendida dentro do amplo movimento do formalismo europeu, vinculado historicamente à linguística e à poética formalista e futurista, assim como à avant-garde artística e europeia.

Nietzsche, grande influente no pensamento francês, principalmente em relação à crítica da verdade, no que diz respeito à questão da pluralidade da interpretação. Segundo o autor:

À centralidade concedida à questão do estilo, crucial, filosófica e esteticamente, para que cada um se supere, em processo de perpétuo auto devir; à importância do conceito de vontade de potência e suas manifestações como vontade de verdade e vontade de saber. É tanto uma reação quanto uma fuga em relação ao pensamento hegeliano. No livro Nietzsche e a filosofia, Deleuze (1997, p. 195-96), elege, essencialmente, o "jogo da diferença" como conceito central no ataque à dialética hegeliana, colocando em xeque o 'sujeito' dos diversos humanismos e das diferentes filosofias subjetivistas. (SILVA, 2006, p. 07).

Segundo Mazzonetto (2014) outro filósofo, que também trilha os pensamentos Nietzscheano é Lyotard, que também critica o pensamento moderno das tendências universalizantes. Segundo os filósofos Derrida, Nietzsche, Heidegger e Saussure, um dos pontos questionáveis quanto ao pensamento binário, está em que nas oposições, sempre ocorre uma hierarquia ou uma subordinação, na oposição binária ao outro. Utilizam-se da desconstrução para reverter essa hierarquia (MAZZONETTO, 2014).

Ainda de acordo com Mazzonetto (2014), o pensamento pós-estruturalista dirige críticas às instituições como família, estado, prisões, escolas, fábricas, universidades e pensamentos filosóficos, teorizando com uma gama diferente de outras formas de leitura, como ensino, televisão, artes visuais, cinema, comunicação eletrônica. É nesse contexto que o pós-estruturalismo desfere suas críticas a um pensamento universal e na diferenciação entre alta cultura e a cultura do cotidiano, caracterizados

agora comodiferentes formas de cultura. Nessa perspectiva, o estudo curricular é construído mediante as práticas sociais, com ênfase na análise do discurso.

O Pós-estruturalismo denuncia questões de poder na condução das Instituições escolares, colocando em dúvida a tradição filosófica e científica moderna. Elementos modernos como razão, progresso e ciência passam a ser questionados, sendo que estes são fortes razões das instituições escolares. Segundo este projeto educacional, é necessária uma “meta-narrativa”, para que explique as deformações da educação presente, mas que possa construir um sujeito autônomo, passível de apreensão ou libertação.

O atual momento destaca um grande interesse por estudos culturais, isso também irá se refletir nos estudos culturais no currículo. Esta concepção teve início em meados dos anos de 1960, quando é criado o centro de Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de Birmingham (Inglaterra), período que buscava suas justificativas na Teoria crítica. Hoje, porém, seu suporte teórico se sustenta no pós-modernismo e pós-estruturalismo (MAZZONETTO, 2014).

Sua propagação ocorre principalmente devido aos intercâmbios culturais e sua posterior divulgação na América Latina, EUA, Austrália e países Africanos.

O pensamento inglês apresenta duas correntes no estudo dos currículos. A primeira se concentra nas teorias críticas que deslocaram o eixo da reflexão das questões pedagógicas e da aprendizagem, para a conexão entre saber, currículo e ideologia. A segunda corrente reflete, com base nas críticas à escola capitalista, suas discussões entre capital e trabalho para a discussão, saber, currículo, discurso e poder, tendo como ponto de partida o pós-modernismo e o pós-estruturalismo.

Esta vertente tem como centralidade principal o entendimento das diferentes formações curriculares, não em propor novas alternativas curriculares. Também, adota abordagens metodológicas e etnográficas e as análises discursivas e textuais, propondo uma resignificação da noção da cultura, que passa a ser vista no âmbito político, tomando corpo na área educacional como pedagogia cultural.

No final dos anos de 1970, nos EUA, os trabalhos de Henry Giroux, estruturado nos princípios da Escola de Frankfurt e no pensamento de Gramsci, introduzindo as noções de conflito, resistência e luta contra hegemônica, superando a visão reprodutivista de até então.

Pinar (1995) escreve sobre esta corrente.

[...] constatam a tendência dos estudos curriculares nos Estados Unidos voltarem-se para a compreensão das formações curriculares e Macedo et al. (2005) a identificam, também, nos estudos curriculares no Brasil nos estudos do Grupo de Trabalho de Currículo da ANPEd, nos anos 90. Nas palavras Silva (1999, p.30), “para as teorias críticas o importante não é desenvolver técnicas de ‘como’ fazer o currículo, mas desenvolver conceitos que nos permitam compreender o que o currículo ‘faz’”, empregando as estratégias analíticas e interpretativas do método hermenêutico, que realçam a subjetividade escondida nos símbolos e signos. (PINAR, 1995, p. 8.).

As novas inquietações curriculares se transferem do eixo da dialética para a reflexão sobre as diferenças, das críticas da escola capitalista e seus traumas para

o deslocamento dos estudos das diferenças culturais. Esta nova concepção prioriza o local em contraposição ao global, enfatizando a heterogeneidade, relegando a busca do consenso coletivo. Devido ao caráter de busca e de incertezas, implica na negação de utopias e na criação de um melhor futuro para a humanidade. Os estudos curriculares pós-modernos, apenas se detém na análise do currículo presente e não se preocupam em propor um currículo alternativo para a formação de novos homens. Esta nova visão curricular nega a construção de um novo projeto pedagógico de forma coletiva pelos docentes, que controle um ambiente de mal-estar, desânimo e de impotência dos docentes e comunidade escolar frente aos problemas.

A crítica de Jacoby aos estudos culturais é contundente: Os multiculturalistas só se interessam pela cultura e pouco lhes importam os imperativos econômicos. Mas como pode a cultura subsistir sem o trabalho e a produção de riquezas? [...] Se fosse desvendado o esqueleto econômico da cultura, deixaria de se falar de diversidade e tornar-se-ia evidente que as diferentes culturas assentam nas mesmas infraestruturas. Segundo Bernardo (2004, p. 75), não constitui objeto de estudos das pesquisas multiculturais como “outras culturas” os fundamentalismos religiosos e as suas práticas culturais tradicionais e arraigadas, por serem antagônicas à cultura capitalista contemporânea. (Há um investimento em extirpá-las da cultura porque não coadunam com as necessidades de homogeneização social e de mobilidade individual imposta pelo capitalismo atual). “A pluralidade de culturas de que tanto se fala na esquerda pós-moderna tem obrigatoriamente de ser compatível com o prevalectimento de uma infraestrutura única”. (BERNARDO, 2004, p. 75).

A construção curricular é uma construção cultural que se ajusta às necessidades de sua época na tentativa da resolução dos problemas de seu tempo. O reconhecimento das conexões históricas entre concepções de currículo, transformações no mundo do trabalho, ideologia e organizações que detém o poder e a cultura, constitui requisitos essenciais para avançar na construção de propostas curriculares voltadas para a emancipação humana.

Por isso, todo trabalho escolar deve estar inserido na Proposta Pedagógica da escola, pois esta traduz a proposta educativa construída pela comunidade escolar, exercendo sua autonomia, com base no diagnóstico dos alunos e nos recursos humanos e materiais disponíveis, sem perder de vista as orientações dos respectivos sistemas de ensino.

É sempre importante que haja ampla participação de toda a comunidade escolar nas definições e decisões que são tomadas para o bom aproveitamento de todos os recursos que a escola possui, auxiliando no processo educativo. Este processo deve ser contínuo, sendo sempre avaliado e reestruturado, permitindo a corrigir os rumos e incentivar as boas práticas.

Outro elemento necessário e importante para que a escola possa caminhar com suas próprias pernas, é o Regimento Escolar, que prevê em seu texto, os direitos e deveres dos alunos e professores, comprometendo-os com a educação. Esse Regimento deve ser elaborado com a participação efetiva de toda Comunidade Escola, ou seja, Direção, Professores, Funcionários, Alunos e Pais. É essa participação efetiva que pode dar protagonismo aos estudantes e possibilitar a presença efetiva das famílias no processo educacional da escola. Assim, todos os segmentos podem se fazer ouvir e valer seus direitos, manifestando seus anseios e expectativas, tendo sempre como referência o ensino com qualidade para todos.

Além da organização da escola, é importante observar a organização dos sistemas de ensino, que devem e basear nos Planos de Educação, sejam estaduais ou municipais. Estes órgãos gestores que orientam a organização dos sistemas de ensino, devem contribuir e apoiar as escolas em seus projetos, na busca pela melhoria da qualidade da educação, sendo fator determinante para que o sucesso seja alcançado.

A equipe diretiva de uma escola também é importante na organização do trabalho escolar, pois ela é responsável pela criação de um ambiente acolhedor que viabilize o trabalho educacional, cumprindo o projeto pedagógico da Escola, envolvendo a equipe de pais e alunos em torno desse objetivo, pois todos os atores da comunidade escolar ensinam e aprendem. E a maneira como a equipe diretiva, professores e funcionários olham para os alunos, é outro fator preponderante que pode determinar o bom funcionamento do ambiente escolar.

O ambiente escolar deve proporcionar discussões focadas no interesse coletivo, por isso, na Escola Pública, cabe ao gestor a iniciativa de sobreviver com o que tem, em termos de recursos materiais, espaço e de funcionários.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – DCN afirmam que na construção do Projeto político pedagógico (PPP) das instituições educativas:

Deve ser assegurada ampla participação dos profissionais da escola, da família, dos alunos e da comunidade local na definição das orientações imprimidas aos processos educativos e nas formas de implementá-las. Estas devem ser apoiadas por um processo contínuo de avaliação das ações de modo a assegurar a distribuição social do conhecimento e contribuir para a construção de uma sociedade democrática e igualitária. (BRASIL, 2013, p. 117).

É a participação da comunidade que dará voz e vez às crianças, aos adolescentes e às famílias, criando oportunidades institucionais para que todos os envolvidos no processo educativo, possam manifestar seus anseios e expectativas e possam ser levados em conta, tendo como referência a oferta de um ensino de qualidade para todos.

E nessa importante participação de toda a comunidade escolar, chega-se ao Conselho Escolar que é composto pelos segmentos da comunidade escolar e, acompanhado da direção e possui condições para fiscalizar o trabalho da equipe diretiva.

O Conselho Escolar pode exercer um papel relevante na gestão escolar, pedagógica e administrativa, contribuindo para a construção e implementação do

projeto político-pedagógico da escola e para o alargamento do horizonte cultural dos estudantes.

Nesse processo, o Conselho Escolar, ao atuar plenamente, no sentido de contribuir com a ampliação das oportunidades de aprendizagens dos estudantes, é fortalecido como instância de controle social e como também auxilia a escola pública no cumprimento de sua função social.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC):

Nessa direção, a escola pode propiciar a organização de situações que favoreçam ao estudante efetivar aprendizagens que o leve a valorizar a história do seu bairro, dos líderes populares do seu lugar, da sua raça, do seu gênero e da sua classe social. Incentivar no corpo discente o desenvolvimento de posturas solidárias, críticas e criativas e propiciar a organização de situações que induzam o estudante a lutar pelos seus sonhos são tarefas de uma escola comprometida com a formação cidadã. (MEC, 2006, p. 45).

Conforme o Caderno 10 elaborado pelo MEC e organizado por Márcia Angela da Silva Aguiar, que trata sobre o Conselho Escolar e a relação entre escola e o desenvolvimento com igualdade social:

A escola pode realizar atividades que despertem o senso estético, concorrendo, assim, para a vivência mais plena dos estudantes, como seres humanos sensíveis, mesmo que estes convivam em ambientes pouco estimuladores da beleza que a natureza e a produção cultural da humanidade oferecem. Incentivar e desenvolver atividades pedagógicas que permitam aflorar a sensibilidade e o bom gosto dos estudantes pode ser um objetivo relevante da escola. Quantas e quantas vezes os estudantes se deparam, em seu dia a dia, com paisagem portadoras de beleza que suscitam emoções, como uma árvore florida que reluz quando os raios de sol iluminam sua copa, e não chegam a perceber essa dádiva generosa que a natureza oferece pois não tiveram a oportunidade de aprender a observar e a curtir o que de valioso lhes cercam? Cabe à escola propiciar tais oportunidades de vivências de experiências positivas e gratificantes, concorrendo, assim, para, de um lado, suavizar um pouco o desgastante cotidiano da maioria das crianças e jovens e suscitar nos estudantes o desejo de lutar para transformar as condições adversas que tanto dificultam a realização plena dos homens e das mulheres nessa sociedade marcada pelo signo da exploração econômica. (AGUIAR, 2006, p. 14).

É necessário atentar-se para a possibilidade de um ambiente favorável às aprendizagens significativas das crianças e jovens que se encontram em situação de maior

vulnerabilidade. A escola depende, em boa parte, da ação solidária e colaborativa da comunidade local em relação às suas propostas pedagógicas. Crianças e jovens, habituados e fascinados pela vida livre das ruas, sem limites e regras, têm dificuldade de adaptação à estrutura tradicional da escola. Ou seja, encontram sérias dificuldades em cumprir os rituais característicos da escola, tais como observar os horários, acatar determinações superiores, respeitar as regras de convivência social, realizar tarefas de forma disciplinada etc.

Incentivar a constituição de projetos de vida dos estudantes articulados aos movimentos que visam à construção coletiva do projeto de bairro, da cidade e da nação é um desafio. Projetos de vida que significam crescimento pessoal e profissional, considerando a sociedade complexa e contraditória na qual o estudante se situa.

Contribuir para que o estudante se reconheça como um ser histórico, que faz a história em suas ações cotidianas e em interação com o outro é papel da escola. Esse reconhecimento do estudante como ser histórico é capaz de, ao longo do tempo e em processos de lutas coletivas, mudar as condições de vida e as relações sociais de trabalho nessa sociedade e valorizar a ação da escola.

Assim, são variadas as atividades que podem ser desenvolvidas na escola e na comunidade. Atividades essas que mantêm um vínculo direto com os objetivos e propósitos do projeto político pedagógico.

Reorganizar os tempos e espaços escolares, ampliar a jornada escolar, fazer a gestão da Escola de forma participativa e repensar os objetivos e as práticas, não nos parecem suficientes, senão não conseguirmos romper com as imagens tradicionais do que seja o ensino e que parecem ainda hoje orientar as práticas que são conduzidas nas salas de aula.

Todas as crianças e os jovens têm o direito à escolaridade, desde a educação infantil até o Ensino médio, além do movimento pela expansão universitária, que aponta para a formação superior de um quantitativo importante da população. Talvez o que se compreenda como “ensino”, ainda esteja influenciado pelas imagens da Escola tradicional, retratada por Paulo Freire (1982), na metáfora da educação bancária: Ainda enxergamos o ato de ensinar como a palestra, a fala, a transmissão do conteúdo, que tem o professor, pela sua oralidade, a um conjunto de alunos ignorantes, como menciona Paulo Freire:

Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos quadrá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fixadores das coisas que arquivam. No fundo, porém, os grandes arquivados são os homens nesta (na melhor das hipóteses) equivocada concepção “bancária”. Arquivados por que, fora da busca, fora das práxis, os homens não podem ser. Educador e educandos se arquivam na medida em que, nesta distorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber (FREIRE, 1982, p. 66).

Mesmo quando se tecem críticas à baixa qualidade de ensino, coloca-se a culpa a fatores como a má formação do professor, ou o seu baixo salário, ou ainda às características da clientela, cujas dificuldades, devem merecer cuidados especiais, mas sem mudar de metodologia; apenas adequando às características que os alunos carregam.

A concepção de Educação como simples transmissão de conhecimento e informação em que o educando não é o sujeito, determina a própria estrutura da educação no Brasil. A educação assim, é uma área do pensamento humano em que, apesar dos inquestionáveis avanços técnicos e científicos, ainda prepondera o senso comum no encaminhamento para seus problemas de ordem prática.

Associado a tudo isto, não podemos deixar de lado a arquitetura da escola. Como ela foi construída, direção, coordenação, salas de aula, sala dos professores, cozinha, refeitório, etc.

As pessoas responsáveis pela construção do espaço físico, devem possuir um pouco de conhecimento pedagógico ou ter alguém na equipe que conheça como devem ser distribuídos os espaços na escola.

Para que possamos unir a arquitetura e a educação, precisamos rever a utilização do espaço da Escola pelos educadores. A maneira como isso ocorre nos revela até que ponto a arquitetura da Escola atende às necessidades, aos desejos e as atividades dos envolvidos com o trabalho educativo: Os professores, os educandos, os funcionários e a comunidade escolar de um modo geral.

A lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional LDB 9.394/96, preconiza o exercício da gestão democrática, o que supõe a participação de todos os que nela trabalham e estudam. O Planejamento e manutenção do espaço físico são condições necessárias para a realização do processo democrático educacional.

Quando se fala em organização do trabalho escolar, não podemos deixar de repetir várias vezes a importância do Regimento Escolar e do Plano Político Pedagógico da Escola. São eles que devem conferir o tempo e o espaço para que os profissionais da escola e, em especial, os professores, possam participar de reuniões de trabalho coletivo, planejar e executar as ações educativas de modo articulado, avaliar os trabalhos dos alunos, tomar parte em ações de formação continuada e estabelecer contatos com a comunidade.

Pesquisas comprovam que a autonomia e a democracia na organização do trabalho escolar, se deve aos processos de organização e de envolvimento dos trabalhadores em educação e dos alunos na construção de atividades alternativas para a escola

Como explicam os autores (FRIZZO, 2012; PISTRÁK, 2011; RODRIGUES, 1992; SILVA, 2004), não é sempre assim que acontece, pois a organização do trabalho pedagógico tem se materializado na escola pública sem levar em consideração a participação dos estudantes, assim como suas manifestações de insatisfação não recebem guarida no processo escolar ao qual estão submetidos.

Por esse prisma, Pistrak (2011, p. 146) aponta que “o ensino escolar, como se faz normalmente, não é agradável às crianças, não as atrai, não cria nelas uma tendência interior a se formar, sobretudo se não compreendem os objetivos desse ensino”. A pedagogia tradicional prevalece como proposta de ensino e nesta perspectiva Saviani (1993, p. 18) afirma que a “escola se organiza, pois, como uma

agência centrada no professor, o qual transmite, segundo uma gradação lógica, o acervo cultural aos alunos. A estes cabe assimilar os conhecimentos que lhes são transmitidos”. Contribui para essa discussão sobre o papel docente, o apontamento da retirada do trabalho na organização do trabalho pedagógico, como afirma Freitas (1995). Como nos diz Paulo Freire:

Todo planejamento educacional, para qualquer sociedade, tem de responder às marcas e aos valores dessa sociedade. Só assim, é que pode funcionar o processo educativo, ora como força estabilizadora, ora como fator de mudança. Às vezes, preservando determinadas formas de cultura. Outras, interferindo no processo histórico instrumental. (FREIRE, 1986, p. 23)

Por isso, quando se fala em planejamento, há que se pensar na importância das escolhas dos conteúdos e na sua forma de organização. Também é necessário oferecer mais atenção, incentivo e apoio aos alunos que demonstrarem mais dificuldade com relação aos conteúdos escolhidos, com vistas a assegurar a igualdade de acesso ao conhecimento.

Para que ocorra uma boa integração dos conteúdos, deve-se buscar uma integração no currículo que possibilite tornar o conhecimento abordado mais significativo para os alunos, favorecendo a participação ativa destes.

O fundamental no esforço de integração é a disposição que os professores apresentam para trabalharem juntos, de forma coletiva, compartilhando com os colegas os acertos e as indagações que decorrem de suas posturas e práticas.

De acordo com o despacho do Parecer do Ministério da Educação Homologado em 9/12/2010 e publicado no D.O.U. Seção 1, pág. 28, elucida-se que os esforços de integração têm buscado maior conexão com os problemas que os alunos e a comunidade enfrentam, e, também, com as demandas sociais e institucionais mais amplas que a escola deve responder. Nesse processo é preciso cuidado para que o conteúdo não seja banalizado, pois existem escolas que valorizam apenas os conteúdos escolares de referência disciplinar, tentando evitar o “conteúdismo”. Às vezes, em nome de um ensino melhor, a literatura educacional tem mostrado que, de certa forma, ainda deixam de fora os alunos pertencentes às camadas populares do contato e da aprendizagem de conhecimentos essenciais, porque desconhece o universo material e simbólico dos alunos e não faz a ponte de que necessitam para dominar os conhecimentos veiculados.

Por outro lado, segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica, alguns currículos são bem centrados nas culturas dos alunos, pois propõe às camadas populares uma educação escolar calcada na espontaneidade e na criatividade. Assim sendo, vale repetir que os segmentos populares, ao lutarem pelo direito à escola e à educação, pretendem se apossar dos conhecimentos que lhes forneçam instrumentos de análise da realidade e permitam atingir níveis mais universais de aprendizagens. São esses conhecimentos que devem ser assegurados para toda a população.

Portanto, os sistemas de ensino, as escolas e a comunidade devem somar esforços para assegurar o progresso contínuo dos alunos no que se refere ao seu

desenvolvimento pleno e à aquisição de aprendizagens significativas, lançando mão de todos os recursos disponíveis e criando novas oportunidades para evitar que a trajetória escolar seja interrompida.

A organização do trabalho pedagógico deve levar em conta a flexibilização dos tempos e espaços escolares, a diversidade dos alunos, as diferentes linguagens artísticas, a variedade de materiais, as atividades de raciocínio, a articulação entre escola e comunidade, e o acesso ao espaço de expressão cultural.

Sendo assim, o planejamento torna-se indiscutivelmente um ato importante quando se fala em educação, pois é a partir dele que são tomadas decisões sobre a educação, o educando, o ensino, o educador, as matérias, as disciplinas, os conteúdos, os métodos e as técnicas de ensino.

A base para se construir uma boa escola e uma boa educação deve estar em constante construção e sempre articulada com a comunidade na qual a escola está inserida. A necessária integração dos conhecimentos escolares que estão presentes no currículo, favorece a contextualização e aproxima o processo educativo das experiências dos alunos.

Conforme as Diretrizes Curriculares da Educação Básica, os professores devem levar em conta a diversidade sociocultural da população escolar, as desigualdades de acesso ao consumo de bens culturais e a multiplicidade de interesses e necessidades apresentadas pelos alunos no desenvolvimento de metodologias e estratégias variadas que melhor respondam às diferenças de aprendizagem entre os estudantes e às suas demandas.

Segundo a Resolução CNE/CEB nº7 do Portal do MEC, os professores são os protagonistas das ações pedagógicas e caberá a eles equilibrar a ênfase no reconhecimento e valorização das experiências do aluno e da cultura local, que contribuem para construir identidades afirmativas e a necessidade de fornecer instrumentos mais complexos de análise da realidade, que possibilitem o acesso a níveis universais de explicação dos fenômenos, propiciando-lhes os meios para transitar entre a sua e outras realidades e culturas, participando de diferentes esferas da vida social, econômica e política.

A comunidade é a forma de viver próximo, geralmente é formada pela família, vizinhos e amigos. As relações podem ser estabelecidas também pelo modo de vida, já que as pessoas que fazem parte da comunidade valorizam as tradições do seu povo, a cultura e a religião. Para que se estabeleça a troca de informações é importante que haja uma interação entre escola, aluno e família, pois a instituição faz parte de um dos meios que maior exerce influência e insere o indivíduo na sociedade mostrando a ela uma realidade que até então era desconhecida.

Segundo Rogoff apud Salvador (1999, p. 153) “a criança aprende os seus primeiros valores na sua prática familiar sendo eles utilizados para contribuição do seu crescimento agindo positivamente ou negativamente”. Com o passar do tempo os indivíduos passam a manter relações e convívio com outras pessoas, assim o conhecimento vai se aprimorar, além de contribuir para a sua formação. A troca de informação contribui para o desempenho do aluno, seja ele dentro ou fora da sala de aula, auxiliando na construção do seu conhecimento. Ainda, de acordo com Rogoff apud Salvador (1999, p. 154)” ao passar a ter convivência com pessoas de culturas diversas vai enriquecer e ampliar o seu conhecimento além de ser im-

portante para o processo de desenvolvimento do ser humano”.

Shinyashiki (1992, p.115) diz que “a escola não é somente um ambiente educativo que ensina só a teoria, mas também exerce um papel fundamental de estar integrando o indivíduo na sociedade.” A escola é um lugar fundamental para que a criança aprenda a viver em sociedade, pois nesse ambiente vai perceber os mais diversos gêneros, etnias e pessoas diversificadas e com características diferentes, que muitas vezes ela desconhece. De acordo com Freitag (1986, p.20) “a escola é a principal fonte de integração da criança com o meio, mostrando um conjunto de valores e regras a ser seguida para que se possa viver em sociedade.” Como em qualquer ambiente que frequentamos, temos normas a serem seguidas, e a escola por sua vez não poderia ser diferente, ela necessita de regras para ser obedecidas. Mas cabe aos pais ou responsáveis ensinar os valores para se viver em harmonia na sociedade.

De acordo com Bock, Furtado e Teixeira:

A instituição não pode ser responsável pela educação da criança, mas é um lugar que vai fazer a mediação do conhecimento e ensinar os elementos necessários para estar se utilizando no decorrer dos anos. É necessário que o professor exerça com clareza o seu papel dentro da sala de aula pois a escola faz a intermediação do ser humano mostrando a eles a importância do outro para seu desenvolvimento. (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2002, p. 265).

Segundo Pfromm Netto (1987, p.3) “os seres humanos estão em todo o momento aprendendo algo novo e desse modo revendo os seus conceitos já adquiridos.” A criança chega à escola com um determinado conhecimento já existente e cabe à instituição aprimorar esse saber para que haja o desenvolvimento necessário. De acordo com Freitag (1986, p.16) “a aprendizagem é uma ação benéfica ocorrendo uma transformação imediata ou lentamente para que o ser humano viva melhor em seu ambiente social.” A transformação social ocorre de forma sistemática ou lentamente como o autor discorre.

Segundo Pfromm Netto (1987, p.6) “a aprendizagem não pode ser restringida ao aluno, mas tem que estar em contínua interação para que esteja havendo a construção do conhecimento conforme a realidade de cada um”.

Ainda segundo o autor:

[...] a aprendizagem pode ser benéfica para aprendizagem ou não. Ela ajuda o indivíduo a estabelecer e verificar os seus atos, desse modo discernindo os pontos positivos ou negativos nas suas escolhas. É importante que haja a troca de conhecimentos entre professor, aluno e entre os alunos sendo estes da mesma turma ou não e dentro da instituição ou fora dela pois, dessa forma, todos vão desenvolver e transmitir os conhecimentos de uma maneira mais simples e prazerosa. (PFROMM NETTO, 1987, p. 2).

O sistema educacional vem mostrando muitas facilidades em associar o acesso e a permanência com relação à escola e a comunidade. Nesse sentido:

[...] não é o fracasso da escola, mas o fracasso da sociedade inteira, como comunidade educativa. Ao verificar a importância da comunidade na escola levantando situações problemas em sala de aula do ensino fundamental e médio que envolva a comunidade escolar. Portanto, a escola só sobreviverá com sucesso se a família estiver integrada nesse processo fazendo uma parceria de auxílio do professor, melhorando a qualidade do ensino e o nível ético e cultural de cada cidadão. É necessário investigar a realidade da escola e seu currículo através de entrevistas com pais de alunos para descobrir a importância da participação dos mesmos na comunidade escolar. (FREIRE, 1991, p18).

Assim, de acordo com Paulo Freire:

[...] o problema da Educação está inserido dentro dos mecanismos sociais. Não é a educação que forma a sociedade, mas a sociedade que estrutura a Educação em função dos interesses de quem tem o poder e encontra na educação um fator fundamental para a preservação desse poder. (FREIRE, 1991. p. 127)

Segundo Montandon e Perrenoud (1987, p.7), “de uma maneira ou de outra, onipresente ou discreta, agradável ou ameaçadora, a escola faz parte da vida cotidiana de cada família”. Também de acordo com Mizukami apud, Freire (1975, p. 101), “esse tipo de sociedade mantém um sistema de ensino baseado na educação bancária (tipologia mais aproximada do que se entende por ensino nessa abordagem), ou seja, uma educação que se caracteriza por depositar no aluno conhecimento, informações sobre os fatos, etc”.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica nos dizem que, construir uma educação ideal e com qualidade social, pressupõe conhecimento dos interesses sociais da comunidade escolar para que seja possível educar e cuidar mediante interação efetivada entre princípios e finalidades educacionais.

Ainda seguindo orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais, a qualidade social da educação brasileira precisa ser construída coletivamente, pois significa algo que se concretiza a partir da qualidade da relação entre todos os que nela atuam direta ou indiretamente. Significa compreender que a educação é um processo de produção e socialização da cultura da vida, no qual se constroem, se mantêm e se transformam conhecimentos e valores. Produzir e socializar a cultura inclui garantir a presença dos sujeitos da aprendizagem na escola. Assim, a qualidade social da educação escolar supõe encontrar alternativas políticas, administrativas e pedagógicas que garantam o acesso, a permanência e o sucesso do indivíduo no sistema escolar, não apenas pela redução da evasão ou repetência, mas também pelo aprendizado efetivo.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, PCNs 1998, p. 32) “para que aconteça a interação entre a escola e a comunidade, é preciso buscar formas para que a escola esteja mais presente no dia-a-dia da comunidade e o inverso, isto é, a escola (...)” De modo que a escola, os estudantes e professores possam se envolver em atividades voltadas para o bem-estar de sua comunidade.



INTERATIVIDADE:

<https://www.youtube.com/watch?v=qJqkWx3i4to>

Assistir ao vídeo para obter mais informações sobre Parâmetros Curriculares Nacionais.

O convívio escolar é decisivo na aprendizagem de valores sociais enquanto o ambiente escolar é o espaço de atuação mais imediato para os alunos. Assim, é preciso salientar a sua importância. (REVISTA NOVA ESCOLA, 2006). É desejável que a comunidade escolar reflita conjuntamente sobre o trabalho, sobre os objetivos que se pretende atingir e sobre as formas de conseguir, esclarecendo o papel de cada um nessa tarefa.

Ainda de acordo com Piletti (2004, p. 100), “da mesma forma que a escola, para realizar eficazmente seu trabalho, precisa estar na comunidade, esta não pode estar ausente da escola”. O autor completa que:

A escola é uma das instituições sociais que tem um grande poder de transformação. É através dela que tanto o homem quanto a sociedade (comunidade) podem ser modificados por meio da interação entre eles. Mas para que isto aconteça é preciso que haja uma aproximação da escola com a comunidade e “o primeiro passo para a interação positiva entre escola e a comunidade é, sem dúvida, o conhecimento da própria comunidade por parte da escola”. Mas nem sempre os familiares dos educandos tiveram livre acesso as unidades de ensino para participar de alguma forma no processo educacional dos seus filhos. Eles não eram vistos com bons olhos pela equipe pedagógica e a “sua presença ali só se dava através de convocação por parte da direção para participarem de alguns eventos promovidos pela escola. (PILETTI, 2004, p. 95)

No mesmo sentido conforme Libâneo.

Gestão é a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para se atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnico-administrativos”. Porém, nem toda gestão pode ser democrática e participativa. Num regime ditatorial é quase que impossível se falar ou aplicar este modelo de gestão, para este a do tipo técnico-científico, que segundo o autor “a direção é centralizada numa pessoa, as decisões vêm de cima para baixo, bastando cumprir um plano

previamente elaborado, sem a participação de professores, especialistas e usuários da escola. (LIB NEO, 2004, p. 101).

Libâneo (2004, p. 102), “afirma que a participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de professores e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar.” Escola Comunitária é organizada pela própria comunidade, portanto, é a escola de todos; a comunidade é a principal responsável pela sua manutenção; gestão democrática, configurando efetiva participação do povo; “não visa a lucros, não distribui dividendos nem remunera seus dirigentes, e todos os excedentes financeiros são aplicados nos próprios objetivos; atuação pedagógica voltada para a educação integrada ao desenvolvimento comunitário”. (SILVA, 2003, p.149).

Conforme Piletti:

O primeiro passo para uma interação positiva entre escola e comunidade é sem dúvida o conhecimento da própria comunidade por parte escola”. Isto vai fazer com que ela possa elaborar um plano ou projeto político pedagógico que contemple as reais necessidades do bairro em que ela está inserida. Mas o fato de a escola ter pleno conhecimento da comunidade através de dados estatísticos não é o suficiente para que haja uma interação entre elas. É preciso operacionalizá-los por meio de ações concretas “e isto só é possível através de atividades práticas que deem feição real a interação escola-comunidade. (PILETTI, 2004, p.95).

Ainda de acordo com Piletti:

A visita às famílias dos estudantes também deve ser feita pelos profissionais da educação em especial pelo professor que é quem está mais tempo com os alunos e este contato é imprescindível para que ele possa fazer um diagnóstico da situação das relações familiares e poder intervir em alguns casos como o mediador de conflitos. Podendo encaminhar para os especialistas da escola ou de uma unidade de saúde as crianças que necessitam de algum tipo de atendimento. “A comunidade pode enfrentar problemas que podem ser solucionados com a participação dos seus membros num mutirão”. (PILETTI, 2004, p.99).

A instituição (escola) pode mobilizar toda a comunidade em forma de mutirão para solucionar algum tipo de problema que esteja ocorrendo na comunidade e que pode ser resolvidos com serviços práticos como: um mutirão de limpeza para recolher objetos que estão servindo de criadouro para o mosquito da dengue que já fizeram várias vítimas no bairro; mobilizar as crianças para que elas conscientizem seus pais de que é preciso fazer a separação e armazenamento adequado do

lixo para facilitar a reciclagem e diminuir a quantidade de lixo nas ruas e lixões e diminuir o número de insetos e ratos no bairro; na arrecadação de alimentos, material de limpeza e higiene pessoal para doar às pessoas que estão necessitando de ajuda no bairro, a uma instituição que cuide de crianças ou idosos que estejam passando por dificuldades para se manterem abertas.

A relação escola e comunidade é um fato social que deve ser tratado com mais seriedade pelos profissionais em educação e pelos pais, principalmente nos dias atuais em que a sociedade e a família vêm sofrendo muito com a falta de políticas públicas que promovam o bem-estar de ambas.

A escola é uma das instituições que tem um grande poder de transformação da sociedade, através da educação, a família tem suas crianças e jovens que são formados por ela. Desta forma, a instituição de ensino e a comunidade devem buscar parcerias em prol de uma qualidade melhor na educação para seus filhos, como também infraestrutura que garanta uma vida saudável e digna para todos. Nos dias atuais é quase impossível pensar em escolas que fiquem isoladas dentro do bairro, entretanto é sabido que em muitos casos a forma de gestão de algumas escolas inviabilizam aplicação do modelo de gestão democrática, o que dificulta o bom andamento da parceria que poderia ser firmada em benefício do meio social. Quando escola e comunidade trabalham juntas os resultados positivos são bem visíveis tanto na qualidade do ensino quanto na forma de relacionamento entre as pessoas que compõe estas duas instituições. Isto faz com que a participação da escola na comunidade e desta na escola, seja um fator relevante dentro do processo educacional.

2.3

A RELAÇÃO DA ESCOLA COM A COMUNIDADE

Este capítulo tem como objetivo entender a interação entre o meio social que rodeia a escola, o impacto deste convívio em sociedade, na vida e no desenvolvimento escolar dos alunos e a instituição de ensino como mediadora da aprendizagem através de uma proposta pedagógica diagnosticada, bem planejada e eficaz.

Nos últimos anos, a sociedade brasileira está tomando consciência da necessidade de melhorar a qualidade do ensino oferecido à população, por meio do fortalecimento da relação entre a escola e a comunidade. A gestão escolar toma um viés importante no sentido de mobilizar e articular as condições humanas e materiais necessárias à promoção da efetiva aprendizagem dos alunos.

Para que isso aconteça, é preciso que escola e comunidade caminhem em sintonia, buscando os mesmos objetivos, por isso a importância da participação de todos os envolvidos com a escola, no processo de elaboração do PPP e do Regimento Escolar.

A partir da LDB, a escola passou a ter maior autonomia nas áreas administrativas, pedagógica e financeira, e a sua gestão tornou-se mais complexa, o que passou a exigir da equipe gestora, a capacidade de reconhecer que na sociedade do conhecimento, a dimensão pedagógica é a mais importante. Assim, o foco da gestão passa a ser pedagógico e as dimensões administrativa e financeira se tornam meios para alcançar as finalidades da educação.

Na concepção de Dallan (2000),

Conhecer o contexto da prática pedagógica da escola significa conhecer o público-alvo para quem ensinamos, ou seja, nossa comunidade. Por isso, é fundamental obter informações seguras sobre ela, levando em conta a diversidade local e esse é o primeiro passo do exercício da autonomia e da construção da identidade da escola. (DALLAN, 2000, p. 44).

Para que se tenha uma reflexão sobre o novo paradigma é necessário a leitura e debate dos artigos da LDB pelos profissionais da instituição, é importante analisar as ações desenvolvidas pela escola e pelos professores em sala, os projetos desenvolvidos ou em andamento, para que se produza um diagnóstico detalhado, resultando num planejamento eficaz. (DALLAN, 2000).

De acordo com Oliveira:

Então, as relações entre desenvolvimento e aprendizado, e particularmente sobre a zona de desenvolvimento proximal, estabelece forte ligação entre o processo de desenvolvimento

e a relação do indivíduo com seu ambiente sociocultural e com sua situação de organismo que não se desenvolve plenamente sem o suporte de outros indivíduos de sua espécie. (OLIVEIRA, 2002, p. 61).

Já conforme Brasil (1998):

Para favorecer o desenvolvimento da autonomia é necessário que o professor entenda as maneiras próprias dos alunos interagirem e se relacionarem, agirem, sentirem, pensarem e principalmente construir o conhecimento. (BRASIL, 1998, p. 87).

Sendo assim, é através destes trabalhos e diagnósticos que podemos conhecer melhor o aluno e orientá-lo dentro da escola com mais eficácia.

Estudar sobre a identidade e autonomia da escola e as mudanças que acontecem em seu interior, aponta para a importância da interação entre a comunidade e a instituição de ensino, com o objetivo de melhorar a educação e o desenvolvimento global dos alunos, influenciados culturalmente pelo meio em que vivem.

Devemos observar o cotidiano da escola, visando a aproximação entre a família e a escola, que há algum tempo, esta, vem apresentando dificuldades de relacionamento. Segundo Silva (2003, p. 187) “percebe-se que em qualquer conversa informal com os professores, a família é citada geralmente como vilã pelas mazelas vividas no cotidiano escolar.”

A escola e a família vêm passando por profundas transformações ao longo da história. Estas transformações acabam interferindo na estrutura familiar e na dinâmica escolar, de forma que as famílias, envolvidas com certas circunstâncias, entre elas o fato de as mães e/ou responsáveis terem de trabalhar para ajudar no sustento da casa, transferem para a escola algumas tarefas educativas que deveriam ser suas. No interior de nossa cultura, sem sair de nossa cidade nem de nosso bairro, observando o ambiente, nos damos conta de que tudo mudou, tanto que quase não somos capazes de saber como as coisas funcionam.

“Sentimo-nos desorientados como se tivéssemos viajado para uma sociedade estranha e distante, mas sem esperança de voltar a recuperar aquele ambiente conhecido no qual sabíamos nos arranjar sem problemas.” (ESTEVEZ, 2004, p. 24).

A escola, assume vários papéis no que diz respeito à educação dos alunos. Ela se tornou um local não só de conhecimento, mas também de responsabilidade com diversos fatores que fazem parte do cotidiano do aluno, visto que ocorreram mudanças significativas na família e a escola precisou se renovar para atender essas outras demandas que envolvem a família e a sociedade.

Como diz Piaget (2007):

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois a muita coisa que a uma informação mútua: este

intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades [...] (PIAGET, 2007, p.50).

O grande objetivo da escola é a aprendizagem dos alunos, e a parceria entre família e escola é o que leva a melhorar a qualidade dessa aprendizagem. Portanto, o trabalho que a escola deve realizar para aproximar a família é uma das principais razões de uma boa organização e gestão. Os professores também são responsáveis por essa aproximação. Ou seja, eles fazem parte de um todo maior que é a escola e, tudo deve estar muito articulado, em uma relação de dependência recíproca.

Portanto, a direção, coordenação e professores precisam fazer sua parte, de modo que contribuam para a aproximação da escola com a comunidade. Cabe-lhes entender que trabalham em parceria e que todos participam de um sistema de organização, onde há necessidade de definir práticas comuns com relação aos alunos e às formas de relacionamento com todos que fazem parte da comunidade escolar.

Portanto, a parceria entre escola e comunidade é fundamental, considerando a necessidade da família e levando-a a vivenciar situações que as façam sentirem-se parte nessa parceria. É preciso ressaltar que a escola e a família necessitam caminhar juntas. “Trocando questionamentos seus, de seu tempo cultural, trocando incertezas, perguntas, mais do que respostas, talvez, mas trocando”. (ARROYO, 2000, p. 166.)

É importantíssima a participação da comunidade na vida da escola. O envolvimento dos pais na escola pode ocorrer de modo informal, no contato com os professores para acompanhamento do desempenho escolar dos filhos, e de modo mais formal, na Associação de Pais e Mestres e nos Conselhos Escolares, como salienta Libâneo (2012):

No primeiro caso, espera-se que os professores compartilhem sua responsabilidade pedagógica com os pais. A comunicação entre esses dois grupos ocorre geralmente na reunião de pais, cuja participação nas instâncias decisórias da escola constitui algo de suma importância. Porém, deve-se definir claramente tanto as formas dessa participação como as de outras instituições e organizações da comunidade, uma vez que as responsabilidades e tarefas dos profissionais da escola (direção, professores, funcionários) são distintas daquelas das instituições da comunidade e dos pais. As formas de participação da comunidade devem estar subordinadas aos objetivos e tarefas da escola, à observância de certas normas e diretrizes próprias da instituição escolar. (LIB NEO, 2012, p. 224).

Seja como for, o melhor meio de promover a parceria entre escola e comunidade é instaurar a prática em um clima de confiança, transparência e respeito às

pessoas. Independentemente da importância dos membros tomarem consciência da necessidade da participação, é a prática que possibilita o alargamento dessa consciência e o sentido da participação na construção da nova cultura.

É necessário para isso, que os dirigentes da escola busquem apresentar com clareza o que esperam da participação da comunidade na escola, mediante formas de discussão e tomadas de decisões mais participativas e coletivas, já que a relação entre escola e comunidade é uma das questões mais discutidas entre pesquisadores do assunto.

Porém, cabe explicar que a ação da família é complementar à da escola e a ela subordinada.

Vale salientar ainda, que a relação da escola com a comunidade se constitui num fator muito importante para o sucesso no ensino oferecido pela escola.

A escola precisa manter uma relação de parceria e cordialidade com a família e com a comunidade da qual faz parte. Porém, diminuir a distância entre a escola e a comunidade não é tarefa fácil, pois trazer a comunidade para dentro da escola não pode ser vista como um incômodo e a escola não deve se contentar somente com a presença dos pais em reuniões/festas. Para que realmente se estabeleça um relacionamento produtivo, é necessário que a comunidade seja inserida no processo educativo como um todo, para que se alcance o maior objetivo que é, através da educação, formar cidadãos.

Sendo a escola um centro de mudanças das práticas educativas, onde todos se encontram para interagir e se apropriar do processo de ensino-aprendizagem, esta deve trabalhar sempre junto de seus parceiros para garantir a melhoria da qualidade do ensino.

Uma educação de qualidade passa pela solidez da parceria entre escola, família e comunidade, pois essa parceria permitirá mudanças de atitudes e comportamentos, já que tudo será organizado e pensado coletivamente em torno de um só objetivo que é preparar cidadãos criativos, responsáveis, éticos, capazes de transformarem a si próprios e a comunidade em que estão inseridos.

Sabemos que o direito à educação é considerado um dos mais importantes Direitos Humanos, e essa educação é concebida como exigência para a promoção do efetivo desenvolvimento humano.

Isso tem levado a acontecer reformas severas dos sistemas educativos, uma vez que necessita assegurar e garantir o acesso aos diversos níveis de ensino de forma participativa com alto nível de qualidade.

Hoje, sabemos que esse processo educativo não pertence somente à escola, mas pressupõe uma intensificação da participação das famílias no cenário educativo e na reorganização do sistema de gestão das escolas, possibilitando o melhoramento da escola em seus domínios e no desenvolvimento da própria comunidade onde a escola está inserida.

Sendo assim, percebe-se que existe um consenso quanto às vantagens das parcerias entre a escola e a família para que ocorra a escolarização desejada dos alunos, pois é na medida em que os pais se integram na escola como colaboradores, que devem participar nas estruturas formais e informais da gestão no dia a dia da escola, que eles conseguirão acompanhar a escolarização dos seus filhos e exercer o direito democrático sobre o funcionamento da escola.

Por isso, se a ideia é criar uma cultura de participação da família na escola, é preciso desenvolver condições para que cada vez mais aumente o número de pais que tenham um papel de relevância no que diz respeito ao funcionamento e à vida da escola. Só assim será possível encontrar representantes para integrarem as diversas estruturas de decisão de uma comunidade educativa.

Numa escola, é possível criar equipes para diversos fins, ou seja, equipes compostas pela direção, professores, pais, funcionários e alunos para elaborarem propostas sobre os mais variados temas em função da natureza dos projetos que pretendem realizar.

Essas equipes devem constituir um espaço e uma oportunidade para permitir o acesso dos pais ao trabalho escolar, podendo ser trabalho ligado ao processo de ensino ou trabalho realizado na e para a escola.

A escola, sendo uma instituição organizada e integrada na comunidade, deve desempenhar uma função de suma importância na formação, transformação e desenvolvimento do ser humano.

A relação entre escola, família e comunidade está carente, pois muitas vezes a escola se distancia e não proporciona uma participação efetiva dos pais na educação. Por outro lado, os pais, deixam o filho na escola e esperam que esta consiga solucionar todos os problemas.

Por isso, a participação de toda a comunidade escolar no processo educativo, deve ser vista como um processo permanente de equilíbrio dinâmico entre direção, professores, funcionários, pais e alunos para garantirem o direito dos alunos enquanto autores do seu próprio crescimento e a responsabilidade dos pais na educação dos seus filhos.

O local em que se realiza a educação sistematizada precisa ser o ambiente mais propício possível à prática da democracia. Por isso, na realização da educação escolar, a coerência entre meios e fins exige que tanto a estrutura didática quanto a organização do trabalho no interior da escola estejam dispostas de modo a favorecer relações democráticas. Esses são requisitos importantes para que uma gestão escolar, pautada em princípios de cooperação humana e solidariedade possam concorrer tanto para ética quanto para liberdade, componentes imprescindíveis de uma educação de qualidade (PARO, 2001, p. 127).

O ambiente de trabalho escolar deve favorecer as relações interpessoais mais humanas e justas, sempre priorizando o respeito à diversidade sociocultural dos envolvidos com o processo educacional.

O foco das ações deve permear uma concepção de educação cidadã, desenvolvendo um ambiente de aprendizagem com espaços de colaboração, considerando a comunidade escolar, peças fundamentais para a realização do processo educativo e para a formação integral do indivíduo.

A qualidade social da educação deve possibilitar a inclusão na Educação de quem está dentro da escola. A sociedade passa por diversas transformações e essas exigem que a escola olhe atentamente para essas mudanças, por isso:

Mais do que ser instruída por professores, a população precisa ser educada por educadores, compreendendo-se que todos os que têm presença permanente no ambiente escolar, em contato com os estudantes, são educadores, independentemente da função que exerçam (BRASIL, CADERNO 8, p. 51)

Dentro de todo um contexto social, a escola se torna uma instituição social estratégica para a formação de um cidadão crítico, consciente e participativo e que consiga, dessa forma, se inserir à sociedade atual.

O homem foi feito para interagir com seus semelhantes. Por isso, é necessário refletir sobre as dificuldades no domínio das relações interpessoais. Nessa perspectiva, fica evidente a urgência de se conhecer melhor o papel fundamental nesse contexto, justamente pela sua capacidade de lidar com os alunos e ser aceito por eles.

Nesse cenário surge o aluno que apresenta dificuldade, não só de aprendizagem, mas também nas relações interpessoais e não sabe lidar com ela. Na escola, todos ajudam como podem, mas surgem limitações como classes superlotadas e falta de tempo do professor para dedicação mais efetiva.

No caso de vulnerabilidade social, trata-se de famílias que se encontram vulneráveis e fragilizadas e não conseguem dar suporte necessário ao aluno e, este, vai para a escola também fragilizado buscando ajuda e, muitas vezes, não encontra, por conta de fatores que já citamos acima.

A vulnerabilidade social pode estar presente na família e, também numa comunidade inteira, caracterizando-se pela impossibilidade, muitas vezes, de modificar a situação em que se encontram.

A escola se torna uma instituição que, além da família, exerce forte influência no desenvolvimento da criança e adolescente, justamente por ser o local onde a comunidade se encontra e convivem durante boa parte de suas vidas. A escola, junto com a família, humaniza e educa, permitindo a construção da autonomia e o sentimento de pertencimento ao grupo social.

Por isso, é necessário a articulação entre a escola e a família, procurando sempre sensibilizar os educadores para que estes sejam protagonistas da integração da criança e do adolescente no contexto escolar.

De acordo com a Tese de Carvalho (2018), o meio em que o aluno está inserido influencia diretamente sobre sua aprendizagem, pois as crianças tendem a apresentar na escola comportamentos semelhantes aos que vivenciam em casa.

Daí a importância de os adultos serem capazes e dispostos a estimular o desenvolvimento das crianças e, também que essas crianças estejam em ambientes onde a aprendizagem seja favorecida. Onde as comunidades estão muito vulneráveis, são poucas as famílias que podem disponibilizar de materiais, livros ou mesmo tempo para se dedicar às crianças. Assim, a vida escolar fica afetada pelas vivências que acompanham as crianças.

A relação entre escola e comunidade na atualidade, é um dos pontos mais discutidas entre pesquisadores da educação. A participação da família na escola é fundamental, pois ajuda a resolver problemas que, muitas vezes, os educadores não conseguem sozinhos.

Também, cabe explicar que a ação da família é complementar à da escola e a ela subordinada.

Vale salientar que a relação da escola com a comunidade se constitui num fator de extrema importância para o sucesso no ensino oferecido pela escola.

Por isso, a participação de toda comunidade escolar no processo educativo, deve ser vista como um processo permanente de equilíbrio dinâmico entre direção, professores, funcionários, pais e alunos para garantirem o direito dos alunos enquanto autores do seu próprio crescimento e a responsabilidade dos pais na educação dos seus filhos.

De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal, “[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1998).

A participação dos pais é de fundamental importância para o bom desempenho escolar e social da criança. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no seu artigo 4º discorre: É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à liberdade e a convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no seu artigo 1º traz o seguinte discurso: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisas, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (BRASIL, 1996).

Embora a legislação seja clara e forneça todo o embasamento legal no que tange à inclusão familiar no contexto escolar, isso não tem sido suficiente para superar o grande atraso do sistema educacional – uma das questões cruciais de educação de sociedades contemporâneas – que perseguem um sistema que assegure a otimização de uma tarefa essencial em suas destinações históricas. (NOGUEIRA, 2002).

A escola nunca educará sozinha, de modo que a responsabilidade educacional da família jamais cessará. Uma vez escolhida a escola, a relação com ela apenas começa.” É preciso o diálogo entre escola, pais e filhos.” (REIS, 2007, p. 6)

A escola deve também exercer sua função educativa junto aos pais, sempre discutindo, informando, orientando sobre os mais variados assuntos, para reciprocamente, escola e família possam proporcionar um bom desempenho escolar e social às crianças. Pois, [...] “se toda pessoa tem direito à educação, é evidente que os pais também possuem o direito de serem, senão educados, ao menos, informados no tocante à melhor educação a ser proporcionada a seus filhos.” (PIAGET, 2007, p. 50).

Dentre os estudiosos do desenvolvimento e do processo ensino-aprendizagem encontramos Piaget e Vygotsky, que em seus estudos:

Revelam como os indivíduos pensam e se comportam nas diferentes fases da vida. Embora as diferenças entre eles pareçam ser muitas, ambos comungam de pontos de vistas semelhantes. Tanto Piaget quanto Vygotsky defendem a ideia de que a criança não é um adulto em miniatura. Procuram sempre o homem na

criança sem pensar no que ela é antes de ser homem”. (ROUSSEAU, 1999 p. 58)

Porém para Piaget e Vygotsky viram o desenvolvimento da criança como participativa, não acontece de maneira automática, portanto, o processo de aprendizagem não é estático, muito menos mecânico, é ativo. É um processo contínuo que ocorre durante toda a vida do indivíduo, ou seja, “vivendo e aprendendo”.

Gagné (1974, p. 3) “define a aprendizagem como sendo uma modificação na disposição ou na capacidade do homem, modificação essa que pode ser retida e que não pode ser simplesmente atribuída ao processo de crescimento”.

Este pensamento é reforçado através do artigo “Família/Escola: A importância dessa relação no desempenho escolar, (López,2009, p. 34), onde o autor descreve:

Portanto, aprendizagem é um processo de mudança de comportamento adquirida através da experiência construída por fatores emocionais, neurológicos, relacionais e ambientais. Piaget diz que o indivíduo está constantemente interagindo com o meio ambiente e dessa interação resulta uma mudança contínua, a qual ele denomina adaptação.

Enquanto Piaget se interessava em como se constrói os 10 conhecimentos e como essa construção ocorre na mente do indivíduo, Vygotsky estava interessado em como fatores sociais e culturais influenciam o desenvolvimento intelectual, valorizando sempre o papel do ambiente social para o desenvolvimento e a aprendizagem. Piaget, como já foi dito, coloca que a aprendizagem se dá através da interação do indivíduo com os outros objetos da realidade e que esta relação vai gerar o desenvolvimento dos esquemas mentais. Vygotsky destaca ainda o conceito de mediação no processo de aprendizagem das crianças realizado sempre por um adulto. A mediação de Vygotsky está relacionada a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), ou seja, a criança precisa ser mediada por alguém, para que pouco a pouco consiga resolver seus problemas de modo independente, chegando assim ao nível de desenvolvimento real. (NDR). “Assim, a aprendizagem pode ser encarada como um processo dinâmico, no qual o aluno joga em um papel ativo, em constante interação com o envolvimento com o grupo no qual está inserido.” (FONSECA, 1995, p. 90). Como já foi dito, uma diversidade de fatores interfere no processo de desenvolvimento e, também na aprendizagem, o que resulta num baixo rendimento escolar.

Entretanto, é importante destacar a influência dos fatores ambientais, visto que, percebe-se o ambiente familiar como forte influência para o desenvolvimento e aprendizado escolar, assim como a escola exerce papel fundamental para o desenvolvimento intelectual e social do aluno. Concordamos que aprendizagem é o resultado da estimulação do ambiente sobre o indivíduo já maduro que se expressa diante de uma situação-problema,

sob a forma de mudanças de comportamento em função de experiências. (ASSUNÇÃO/COELHO, 1989, p. 11).

Portanto, quando se fala em desempenho escolar, o ambiente familiar não deve ficar de fora, mesmo quando se trata da educação formal, função considerada da escola, pois como se sabe o aprendizado tem início muito antes da vida escolar e sabe-se também que ao chegar à escola, a criança já traz consigo uma considerável gama de conhecimentos, embora diferenciados em função do meio no qual vive. De acordo com Piaget (1984, s/p) e Vygotsky (1998 s/p): [...] a aprendizagem é resultado da interação do indivíduo com o outro, considerando-se a maturação biológica, a bagagem cultural e a nova situação que se apresenta.

Lembrando Correa (2001, p. 58):

As diferenças no aprender dizem respeito à hereditariedade, ao gênero, à cultura e ao ritmo no processo de aprendizagem. Percebe-se então, que experiências familiares aliadas ao trabalho escolar resultam numa melhora eficaz em relação ao nível de aprendizagem e conseqüentemente do rendimento escolar, pois, fica claro que os alunos que recebem atenção por parte da família, tendem a apresentar um melhor rendimento escolar, ao passo que aqueles que não recebem atenção adequada apresentam quase sempre desempenho escolar abaixo do esperado.

Delors (2005, p. 196) observa:

Os meios de vida, de estudos, por onde circulam os aprendizes são tão importantes quanto às atividades educacionais que abrigam. Sua influência deve-se ao fato de que eles são desigualmente motivadores, diferentemente estimulantes e mais ou menos propícios a aprendizagens significativas. A cultura da instituição, da família e da sociedade é igualmente um fator de ensino.

Segundo Vygotsky (1998, p. 45);

A partir de princípios fundamentais o indivíduo tem que estar pronto para aprender; o desenvolvimento leva a aprendizagem e vice-versa; desenvolvimento e aprendizagem são simultâneos. Questionando a ligação estreita entre desenvolvimento e aprendizagem, Vygotsky nos mostra a capacidade do ser humano em entender e utilizar linguagens, descartando o fato de que inteligência é resultado daquilo que já foi aprendido anteriormente. Com isso, pensa-se que o desenvolvimento e ensino-aprendizagem deveriam fazer parte do conhecimento de todo profissional da educação, visto que, são propostas altamente desafiadoras

as quais implicam um trabalho amplo de todos.

Entretanto, a escola tem encontrado dificuldades em assimilar as mudanças sociais e familiares e incorporar as novas tarefas que a ela têm sido delegadas, embora isso não seja um processo recente. No entanto, a escola precisa ser pensada como um caminho entre a família e a sociedade, pois tanto a família quanto a sociedade voltam seus olhares exigentes sobre ela. A escola é para a sociedade uma extensão da família, porque é através dela que a sociedade consegue influência para desenvolver e formar cidadãos críticos e conscientes. Na verdade, encontrar formas de interagir com as famílias e comunidade de modo a favorecer um trabalho conveniente e propício a todos se constitui num grande desafio para a escola. Diante disso, percebe-se que o papel da escola supera a condição de mera transmissora de conhecimentos. Lembrando Symansky (2001), o papel da escola na contribuição do sujeito, quer em seu desenvolvimento pessoal ou emocional é primordial. Sendo assim, faz-se necessário que a escola repense sua prática pedagógica para melhor atender a singularidade de seus alunos, o que a obriga a uma parceria com a família, de forma a atingir seus objetivos educativos.

2.4

AS DIFICULDADES DECORRENTES DAS RELAÇÕES COM A COMUNIDADE

A escola vive hoje uma situação conflituosa, tendo como causa entre outros fatores a violência, que tem como fatores internos e externos à escola. Queixas sobre desrespeito, indisciplina e intolerância dos alunos e ausência da família na educação são reclamações frequentes.

Diversos autores (CORTINA, 2003; DELVAL, 2006; SERRANO, 2002) destacam a importância das relações entre escola e comunidade como necessárias para uma Educação Moral contextualizada e significativa para os alunos, que podem conduzi-los a reflexões e ações sobre os problemas que afetam sua comunidade.

Iniciando a discussão sobre as relações entre comunidade e escola, é necessário a definição epistemológica de comunidade.

Ao tomarmos o dicionário Aurélio (Holanda, 2010) temos a seguinte descrição do termo comunidade: “Estado do que é comum; paridade; comunhão, identidade: comunidade de sentimentos. Sociologia: Agrupamento social que se caracteriza por acentuada coesão baseada no consenso espontâneo dos indivíduos que o constituem”.

Portanto, o termo comunidade também é entendido como algo público e compartilhado. Ela se forma aos arredores da Escola, pertence a esse espaço, apresentando particularidades do grupo que a frequenta, sendo assim o entorno da escola tem uma forte marca na comunidade escolar de diversas maneiras.

Uma das finalidades da educação é desenvolver capacidades como autonomia, racionalidade, com o objetivo de construir “[...] princípios e normas que atuem sobre o seu conhecimento e sobre sua conduta, que envolvam o pensar e o agir de cada ser humano, para que, respeitando a liberdade de todas as pessoas, sua maturidade ética seja possível” (ALFAYATE, 2002, p. 53).

Para que essas capacidades sejam alcançadas, é necessário ter clareza com relação aos métodos e valores adotados pela escola, isso implica em um projeto político pedagógico da escola que permeia os diferentes tempos, espaços, e conteúdos escolares.

A prática educacional deve ser reorganizada mantendo-se a atenção nas práticas e na participação ativa dos alunos, democratizando as relações interpessoais e incentivando os alunos a terem responsabilidades para participarem dos processos de decisões coletivos da escola.

Contudo, Thin (2006) afirma que as relações entre escola e comunidade se refere às concepções dos pais dos alunos e dos membros da comunidade sobre a função da escola e dos conhecimentos ali adquiridos. O autor destaca uma tensão existente entre os pais dos alunos e a escola no que tange os conhecimentos pedagógicos.

[...] observamos uma oposição ou tensão entre pais, que esperam da escola conhecimentos que sejam apreensíveis em sua operacionalidade imediata e prática, e a lógica pedagógica, que se inscreve na duração, que coloca os sentidos da aprendizagem em objetivos mais distantes e mais gerais, ou mais universais, cujos fins só se desvelam em longo prazo, no domínio dos procedimentos intelectuais abstratos. (THIN, 2006, p. 221).

Nogueira (1991) e Thin (2006) têm demonstrado, em seus estudos, as dificuldades das relações entre escola e comunidade, quando se trata das classes mais populares da sociedade. Conforme Nogueira (1991) há unanimidade entre pesquisadores ao afirmarem que a relação entre as classes populares e a escola é uma relação fortemente marcada pelo seu caráter contraditório e por uma tensão inerente.

Os resultados a que têm chegado às pesquisas sobre o tema – quer no âmbito dos discursos, quer no âmbito das práticas dos atores sociais – tendem a mostrar que essa categoria social experimenta uma verdadeira ambiguidade face à instituição escolar. Ao mesmo tempo em que expressa sentimentos e atitudes de rejeição e de distanciamento em relação a ela, como que reconhecendo e reagindo ao processo de identificação negativa a que ela fica exposta [...], não abdica de seu direito à instituição, aceitando-a. (NOGUEIRA, 1991, p. 34).

Concordamos com, Ribeiro e Gusmão (2005) ao afirmarem que:

[...] para alcançar uma educação de qualidade para todos no Brasil [e aí está inclusa a Educação Moral, se torna estratégica a aliança entre os profissionais de ensino e a população, assim como das organizações da sociedade civil com os órgãos públicos das diversas esferas de governo e com as agências internacionais. A partir do enfrentamento das divergências, dos conflitos de interesse e das relações desiguais de poder, a partir do estabelecimento de alianças, da partilha de informações e da integração dos diferentes, vão-se construindo democraticamente novos sentidos sobre a qualidade da educação na escola. (RIBEIRO et al., 2005).

A discussão neste sentido, aponta possibilidade de democratização das relações entre os agentes da Escola e os membros da comunidade, buscando um ambiente favorável que permita negociação de solução visando bem-estar e os interesses de todos os envolvidos.

A Educação deve levar em conta a diversidade presente na sociedade na busca pela formação de sujeitos éticos, autônomo e críticos.



INTERATIVIDADE:

https://www.youtube.com/watch?v=Sl9xTGkH_E4

Assistir o vídeo acima, para aprofundar seus conhecimentos sobre educação.

Puig (1998) entende o conflito como uma situação de “inadaptação”, para ele:

Essa “luta” entre atores ou crise interpessoal desencadeia-se quando se pretende alcançar objetivos incompatíveis, ou quando se quer conciliar desejos, ideias, valores e condutas opostas. Objetivos e pontos de vista que, em muitos casos, são percebidos como incompatíveis e opostos, ainda que, talvez, pudessem ser compatíveis. Às vezes os conflitos dependem de variáveis mais ou menos objetivas, mas outras vezes dependem de percepções subjetivas e emotivas dos atores. (PUIG, 1998, p. 168-169).

De acordo com Araújo (2004), que ao definir o termo “conflito”, enfatiza a influência da tradição judaico-cristã em nossa cultura ocidental, que levou à dicotomização de nossa compreensão das relações humanas, de modo que nossa tendência tem sido a de “atribuir um caráter negativo aos conflitos cotidianos, vistos como incompatíveis com o amor, o afeto e a harmonia que deveria reinar nas relações humanas. Por isso são reprimidos, subestimados, criticados, ignorados e, em geral, condenados.” (ARAÚJO, 2004, p. 17).

Neste aspecto, Sartre e Moreno (2002) nos trazem importantes contribuições, argumentam que:

Não fomos preparados para compartilhar nem para resolver com agilidade e de forma não-violenta os problemas que iam surgindo em nossas relações pessoais. [...] nossa formação nos tornou mais hábeis para lidar com o mundo físico do que com o social; aprendemos mais coisas do mundo exterior que de nossa própria intimidade, conhecemos mais os objetos que as pessoas do nosso convívio. (SASTRE; MORENO, 2002, p. 19).

Surgem assim, metodologias para a resolução de conflitos, incentivando a criação e organização de redes comunitárias, compartilhando interesses e ampliando, as possibilidades de colaboração, participação e gestão. Como podemos verificar a seguir:

Apoiando-se nas noções de construção social da realidade, inclusão do observador nas construções que realiza e em processos de auto reflexividade, os novos paradigmas fornecem perspectivas renovadas para a participação dos atores sociais. Conscientes dos processos que os constroem como tais e operando com essas perspectivas, os atores sociais podem incrementar sua capacidade para iniciar ações novas, atuar como protagonistas

ao enfrentar e resolver conflitos e dilemas em suas vidas, assim como narrar novas e melhores histórias sobre os sistemas dos quais são parte e de seu lugar nos mesmos. (SCHNITMAN, 1999, p. 21).

Vivemos hoje cercados de desigualdades e nos deparamos com a dura realidade de como os indivíduos são podados no que se refere aos seus direitos, principalmente as crianças no que diz respeito a viverem esta fase em sua plenitude. E, quando esta criança ingressa na escola qual seu papel nesta pequena sociedade em que vive. E perante as diferentes classes grupais, qual sua importância? A desigualdade existe e chega às escolas, onde a criança menos favorecida não encontra a mesma realidade de outras crianças que tem o apoio e o incentivo financeiro e intelectual de alguns pais.

A reflexão proposta neste capítulo é, portanto, analisar se a comunidade escolar considera que as crianças vulneráveis socialmente possuem mais dificuldades de aprendizagem do que as demais. Diante do quadro descrito, a dificuldade de aprendizagem e a desigualdade social são integrantes desse corpo de análise e, cotidianamente, verificam-se situações que caracterizam sua inserção no mundo social e mundial, principalmente dentro da unidade escolar.

Crianças em situação de vulnerabilidade social, são aquelas que estão inseridas em famílias com situação de risco, famílias pobres, famílias de baixa renda, famílias de camadas populares entre outros para denotar o mesmo sentido.

Mas segundo autores como Prati, Couto e Koller (2009, p.404),

trata-se de famílias que se apresentam vulneráveis por estarem fragilizadas e suscetíveis a fatores de risco. Ao se falar em vulnerabilidade social, sejam de natureza pessoal, social ou ambiental, se caracteriza por expor famílias a fatores de risco.

Assim, a vulnerabilidade social pode estar presente em uma única família ou em uma comunidade inteira. Vulnerabilidade caracteriza-se também pela impossibilidade de modificar a condição atual em que se encontram, muitas em condições precárias no que se refere à alimentação, higiene, educação e saúde.

Segundo Silva (2007, p.3):

as populações atingem um elevado grau de vulnerabilidade que não podem ter a capacidade de escolher ou negar aquilo que lhes é oferecido". A baixa escolaridade é uma das características de famílias que apresentam vulnerabilidade social.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais, a educação está definida como princípio indispensável ao exercício da cidadania.

De acordo com (SOARES, 2002, p. 25):

De modo que sem a educação, dificilmente essa população vulnerável conseguirá formar pessoas que exerçam seu papel

de cidadãos, capazes de se manifestar em prol de seus direitos. As crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social são aquelas que vivem negativamente as consequências das desigualdades sociais que vai da pobreza e da exclusão social a falta de acesso à educação, trabalho, saúde, lazer, alimentação e cultura. Em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei no. 8.069/90), para afastar crianças e adolescentes do seu convívio familiar, o afastamento apenas é justificado quando o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores é descumprido (Art.22).

Segundo (BRASIL, 1991, p. 68):

A vulnerabilidade social aborda diversas modalidades de desvantagem social, mas principalmente a fragilização dos vínculos afetivos, relacionais, ou vinculados à violência. As relações em contexto de vulnerabilidade social geram crianças, adolescentes e famílias passivas e dependentes, com a autoestima consideravelmente comprometida. A escola, por ser o local da comunidade onde se encontra uma grande parcela de crianças e adolescentes que convivem durante a maior parte do tempo de suas vidas, é também além da família, uma instituição que exerce forte influência no desenvolvimento das crianças e adolescentes. A escola, junto com a família, permite a humanização e a educação; permite a construção da autonomia e o sentimento de pertencer ao grupo social.

Por isso, a escola deve promover um ambiente com práticas que facilitem à aprendizagem, a criatividade, a expressão dos potenciais, a socialização, através de uma conduta ética de respeito e apoio recíprocos.

Segundo (DABAS, 2005, p. 32).

A escola também dispõe de uma autoridade em continuação à autoridade da família, por ser uma instituição responsável pelos processos de desenvolvimento educativo e afetivo da criança e do adolescente, com suas normas, regulamentos e proibições. Devemos pensar na influência do meio sobre o desenvolvimento e a aprendizagem infantil, que segundo Vygotsky (1896 – 1934), para este autor não se pode negar a relação entre desenvolvimento humano e ambiente, sendo que criança e ambiente influenciam-se mutuamente. (RAPOPORT; SARMENTO, 2009). Sendo assim, de acordo com os estudos realizados por Vygotsky, crianças que se desenvolvem em ambientes desfavoráveis, que presenciam e sofrem práticas violentas em família, com pouco estímulo por parte dos pais, tendem a ter seu desenvolvimento prejudicado e a serem influenciadas pelas mediações negativas

que o meio ao qual estão inseridas lhes submete.

Segundo Sopena (2000, p.34)

Desde o nascimento até a morte, o homem sofre influências das pessoas, da sociedade, do mundo, e reage a estas influências de acordo com as raízes que lhe foram impressas, ao longo de sua existência, pelas suas vivências e sentimentos.

Segundo uma pesquisa realizada por Ferreira e Marturano (2002, p.40),

As crianças com problemas de comportamento sofrem mais agressão física por parte dos pais, seu relacionamento com os pais é descrito mais frequentemente como distante ou envolvendo conflitos, e elas recebem mais suspensão na escola. Prejudica todas as relações que as crianças têm com as pessoas. Este estudo vai ao encontro das dificuldades encontradas nas escolas localizadas em bairros onde vivem famílias em condição de vulnerabilidade social. Ferreira e Marturano (2002, p.39) referem ainda que, no estudo realizado, “o grupo de crianças com problemas de comportamento tem seu ambiente de desenvolvimento mais prejudicado”, o que leva a crer que crianças que se desenvolvem em ambientes mais estáveis não apresentam tanto problema quanto as que vivem em ambientes conturbados apresentando alterações no comportamento e baixo rendimento escolar.

Para Vygotsky, em se tratando de aprendizagem, esta se inicia antes mesmo do ingresso da criança na escola, sendo que aprendizagem e desenvolvimento estariam interligados. (RAPOPOR; SARMENTO, 2009). Segundo Cavalcanti (2005), Vygotsky estabelece em sua teoria as zonas de desenvolvimento real que corresponde à capacidade já adquirida pela criança e a zona que a criança poderá alcançar com o auxílio de um adulto.

Daí a importância de adultos serem capazes e dispostos a estimular o potencial dessas crianças e delas estarem em um ambiente onde a aprendizagem seja favorecida. Em comunidades vulneráveis, geralmente as famílias têm pouca possibilidade de dispor de materiais, jogos, livros ou mesmo de tempo e atenção para dedicar às crianças. Isso afeta a vida escolar.

Segundo Ferreira e Marturano (2002):

A família é o primeiro vínculo social ao qual a criança está ligada, e é por meio dela que adquirimos a linguagem, os costumes e práticas sociais. Através da família que se desenvolvem os primeiros laços afetivos, indispensáveis para o desenvolvimento integral de uma criança. A falta de acesso associada à desvalorização da educação, à incompreensão dos pais quanto à sua importância, os problemas econômicos e culturais, as drogas

e a criminalidade, entre outras tantas dificuldades, fazem da família muitas vezes um fator de risco para o desenvolvimento e, conseqüentemente, para o desempenho escolar da criança. (FERREIRA; MARTURANO, 2002, p. 36).

Ainda segundo Ferreira e Marturano (2002, p.39) “crianças provenientes de famílias que vivem com dificuldades econômicas e habitam em comunidades vulneráveis, tendem a apresentar mais problemas de desempenho escolar e de comportamento”. Para Pereira; Santos; Williams (2009), muitos pais não reconhecerem na escola uma oportunidade de ascensão social, não incentivando seus filhos a dedicarem-se aos estudos, devido ao fato de muitos dos pais ou responsáveis por essas crianças apresentarem baixa escolaridade.

Até porque, muitos destes pais apresentaram dificuldades na escola quando criança pela mesma falta de interesse dos pais, ou por terem que trabalhar muito cedo.

Portanto, cabe à família promover uma base sólida, embasada no comprometimento com a educação da criança, mesmo com baixas condições em que se encontram grande parte das famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social. Na vida de uma criança a escola desempenha funções imprescindíveis.

Segundo Bee (1997):

A mais óbvia influência que não a família sobre a criança entre os 6 e 12 anos é a escola que ela frequenta. Este ambiente poderá significar para a criança um local de proteção, onde a criança se sentirá acolhida. Contribuirá para a aprendizagem, e serão proporcionadas vivências que farão parte do desenvolvimento. (BEE, 1997, p. 284).

Então, é no ambiente escolar, principalmente em comunidades vulneráveis, que a escola assume funções que vão além do ensino, onde se dá a socialização. É na escola também que são construídos laços afetivos com colegas e professores ocupam papel importantíssimo na vida de uma criança, principalmente se esta passou por adversidades. A carência afetiva e social das crianças obriga o corpo docente a oferecer mais do que a legislação delega à escola. De acordo com Sampaio (2004, p.38), “os laços de família estão cada vez mais frágeis. O que pode ser evidenciado pelo registro crescente de separações e divórcios.” Durante a estruturação da personalidade da criança, a escola exerce uma influência determinante na vida do ser humano, por ser uma instituição que educa e desenvolve hábitos e valores básicos.

Segundo Bee (1997):

Serão fatores determinantes na aprendizagem das crianças a metodologia usada pelo professor e o investimento destes em relação aos alunos, o modo como o ensino é conduzido e a estrutura da escola. E isso só será encontrado com uma escola preparada, recebendo incentivo e recursos para manter uma boa estrutura. Os professores e funcionários motivados e valorizados para pensar no aluno e em sua futura formação.

Ainda segundo Bee (1997):

Na verdade, toda a diretoria e comunidade escolar devem estar satisfeitas para desempenhar uma educação de qualidade. Para uma escola obter sucesso é necessária uma organização que inclua "metas e regras claras, bom controle, boa comunicação e muita preocupação com os alunos. (BEE, 1997, p.287).

Por isso a escola deve proporcionar um ambiente favorável ao desenvolvimento e à aprendizagem, quando o foco do ensino é a qualidade que se oferece ao aluno. Segundo Fonseca (1995), vários filósofos, como Rousseau, Montessori, Decroly, Froebel, Mendel, Freinet, propuseram que os processos escolares deveriam ser para todos. A partir daí as crianças levam seus valores de sua cultura, grupo social ou família, para escola.

A figura do professor, que passa um período significativo do dia convivendo diretamente com os alunos, deve conhecê-los e assumir um papel de referência para as crianças, podendo identificar suas dificuldades e interferir de maneira positiva, promovendo sempre situações favoráveis à aprendizagem. O professor deve assumir o papel de mediador e facilitador dentro da escola e, quando este consegue em sua classe desenvolver uma esfera de confiança e amizade, o trabalho torna-se mais fácil e o sucesso dos alunos mais provável (BEE, 1997).

Segundo Coll (1994, p.103), os processos escolares de ensino/aprendizagem são, em essência, processos interativos com três vértices: o aluno que está levando a cabo uma aprendizagem; o objeto ou objetos de conhecimento que constituem o conteúdo da aprendizagem; e o professor que age, isto é, que ensina, com a finalidade de favorecer a aprendizagem dos alunos.

Por isso, é preciso legitimar políticas públicas que estabeleçam relações entre as práticas pedagógicas e a realidade social, econômica e cultural dos alunos, considerando as condições de acesso e permanência na escola, pois atrás da repetência, evasão e baixo rendimento existe um contexto social que pouco favorece a construção da aprendizagem. Juntando o ensino tradicional que visa a decoreba e não estimula os alunos a buscarem e construir o conhecimento, mais esse meio social desfavorável, a escola torna-se um espaço de conflito, colaborando para a não permanência na escola.

Portanto, todo o sistema educacional deve estar atento e planejar estratégias que sejam realmente eficientes no combate às dificuldades de aprendizagem, de maneira que se faz necessária uma ação conjunta entre todos os setores que a educação abrange, pois conforme Lück (2006, p. 40), entende-se, a partir dessa compreensão, que a educação e a questão do desenvolvimento da qualidade de ensino, em decorrência de sua complexidade, e pela multiplicidade de fatores e processos nelas intercorrentes, demandam uma orientação global, abrangente e interativa, com visão de longo prazo, em superação à localizada, descontextualizada e imediatista, identificadas nas ações situacionais e de caráter ativista.

Ainda, para Szymanski (2007, p. 59), "o que para um é ordem, para outro pode ser autoritarismo; o que para um é cuidado, para outro pode ser sufoco; o que para um é silêncio, para outro é indiferença". Assim, a escola precisa ter consciência de

que cada família vai proporcionar uma interpretação diferente para uma mesma questão e que mesmo convivendo, as pessoas possuem uma história de vida diferente das outras, nesse sentido Szymanski (2007, p. 59), aponta que, "o que ocorre numa família atinge seus membros de forma diferente. Os componentes individuais dão uma tonalidade característica às interpretações pessoais".

Os educadores têm uma grande responsabilidade que é de buscar ferramentas que contribuam com a melhora na qualidade do ensino, para que a escola venha a ser um espaço democrático de aprendizagem e de fortalecimento das relações interpessoais.

A realidade socioeconômica brasileira traz para o interior da escola, situações e problemas que ultrapassam sua capacidade de atuação.

Ainda de acordo com o Conselho Escolar, que é o órgão executivo da escola, composto por segmentos de pais, professores, funcionários e alunos mais a Direção e sua relação com a Escola, os jovens são vítimas desse processo e são atingidos em sua autoestima, tomando muitas vezes, caminhos que deságuam na violência. Apresenta-se assim, um grande desafio para a escola: contribuir com a formação cidadã dos jovens. O desafio maior é exercer essa função em ambientes desfavoráveis. Todavia, em que pese a baixa expectativa que reina na sociedade em função da falta de oportunidades de trabalho, a escola precisa participar no esforço de favorecer a construção de perspectivas para os estudantes, bem como para a comunidade em que está inserida.

A cidade e o bairro são espaços sociais que compõem, juntamente com a escola, o ambiente de formação das crianças e jovens matriculados no sistema público de ensino. A escola precisa nesse território promover o debate do contexto social, das políticas públicas, com a finalidade de contribuir para a ampliação de espaços onde a juventude possa exercitar uma ocupação cidadã. Projeto de vida do estudante, o projeto de desenvolvimento local e o projeto político pedagógico precisam ter estreita relação. A escola precisa saber o que está acontecendo em seu bairro. A escola precisa saber e colaborar com a construção de novas perspectivas para os estudantes.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1997), para exercer um papel ativo junto aos estudantes, no sentido de assegurar condições satisfatórias às aprendizagens significativas, a escola precisa debater os aspectos econômicos, políticos e sociais do local em que está inserida. Desse modo, em relação à dimensão econômica, é necessário tomar conhecimento e colocar em discussão um plano que permita identificar a projeção de empreendimentos que vão alterar a vida do bairro, que seja em decorrência da implantação de indústria, comercial ou de serviço, quer seja em virtude da implantação de projeto de urbanização ou construção de rodovias de grande porte que terá impacto no bairro, entre outros. Impõe-se, do mesmo modo, o conhecimento das potencialidades locais, das riquezas materiais e culturais, da vocação econômica local, da economia informal, dentre outras.

De acordo com o Conselho Escolar e a relação entre a escola e o desenvolvimento com igualdade social; apreender a dimensão sociocultural implica o conhecimento de lugares de aprendizagens diversas, sejam institucionais como espaços culturais governamentais, as organizações não-governamentais (ONGs) que desenvolvem projeto socioeducativos na busca da atenção e do reforço da aprendizagem esco-

lar. Neste caso, há diversas comunidades de interesse organizadas pelos jovens que promovem as festas do bairro, a vida religiosa, a comunicação, entre outras. Em se tratando de esportes e lazer, é possível encontrar diversos grupos de jovens executando ou interessados em iniciar algum tipo de atividade dessa natureza. É importante considerar como lugares de aprendizagens o movimento ecológico, de gênero, étnico ou defesa de direitos, a exemplo de defesa dos direitos dos meninos e meninas de rua e do movimento dos sem-terra. São circunstâncias determinadas pela conjuntura sócio histórica que exigem medidas políticas que garantam aos indivíduos a inserção no mundo do trabalho, na convivência social e familiar exercitando a sua cidadania. Isso, por certo, constitui um processo, mas enquanto isso não avança, é importante a construção de espaços que oportunizam sua ocupação cidadã. Espaços que contribuam para que estes se tornem sujeitos de direito capazes de intervenção no espaço público e na organização da população juvenil; que ampliem a sua capacidade de sonhos, de defender seus direitos, de exercer a cidadania e de projetar o futuro.

A identidade humana desvela-se e revela-se na tensão do encontro com o outro e com o mundo. Contrariamente ao comum entendimento de que “a minha liberdade acaba onde começa a liberdade do outro”, a ética do ser humano reivindica uma outra enunciação: a de que a minha liberdade só se institui e só se fecunda no encontro com a liberdade do outro. É só neste diálogo entre liberdades que nós podemos constituir humanos. Paulo Freire, na sua obra magna “Pedagogia do Oprimido” (2002, p. 68), disse-o assim: “Ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens educam-se entre si, mediatizados pelo mundo”.

A escola e os professores não podem deixar-se instrumentalizar por qualquer agenda que, em nome da eficácia dos saberes e da capacitação para o mundo do trabalho, a desvie da missão ética de a todos facilitar o acesso ao conhecimento e à cultura em liberdade e equidade. O resultado seria o agravamento das desigualdades sociais no acesso aos saberes e o aumento do número daqueles que se veriam excluídos de uma educação de qualidade.

A escola não pode perder, em nome de uma modernidade, a sua identidade primeira. Esta deve se fundamentar e fecundar na democracia a todos os níveis desde a gestão participada, à concepção e avaliação cooperadas, incluindo e valorizando as visões, os valores e as práticas educativas das famílias e das forças vivas da comunidade em que está inserida.

Democracia também e sobretudo no interior das turmas, escutando as contribuições dos aprendizes. Escutar os alunos assume e reivindica um novo paradigma educacional. A radicalidade da democracia, transversal a todo trânsito escolar, é a condição única e fundamental para instituir e reforçar a identidade de nossas escolas.

O acesso a uma educação de qualidade emancipatória, sem discriminação, pode levar à criação de oportunidades, à liberdade de escolha, ao crescimento econômico sustentável, à melhoria das condições de saúde, à redução da pobreza e à melhoria da mobilidade social.

Os benefícios que uma educação inclusiva e de qualidade, podem trazer para uma sociedade evidenciam que a educação é um direito fundamental. Porém, reivindicações pelos direitos humanos surgem quando um indivíduo ou grupo é impedido de gozar de qualquer um de seus direitos devido à discriminação. Uma

educação de qualidade torna-se a chave que possibilita um indivíduo desenvolver a sua personalidade e participar da sociedade através da aquisição de conhecimentos, valores e habilidades. Assim, a educação de qualidade como um direito, fornece uma ferramenta sólida, para melhorar a qualidade da vida humana e implementar estratégias de desenvolvimento humano sustentável.

A desigualdade e a discriminação podem desafiar a plena realização do direito à educação, especialmente para as populações marginalizadas. As desigualdades nas escolas e na sociedade se perpetuam e criam um ciclo vicioso. O fator étnico-racial no Brasil faz a diferença e explica fenômenos de desigualdades socioeconômicas educacionais no país.

Essas desigualdades encontram-se entre a população branca e negra, o que não significa que não existam outros grupos marginalizados que sejam também vítimas de exclusão e discriminação.

Os indicadores mostram que essas desigualdades são explícitas no nível educacional e socioeconômico. Esses indicadores sugerem que há uma necessidade de melhorar as políticas públicas para que forneçam salários mais equitativos, melhorar condições de trabalho e de moradia para os grupos étnico-raciais marginalizados, bem como aumentar a frequência, a retenção e o desempenho escolar desses grupos, a fim da possibilidade de erradicar a desigualdade e a discriminação na educação. Esses princípios acompanhados de uma educação acessível e de qualidade facilitam a plena realização do direito à educação de todos sem discriminação.

ATIVIDADES – UNIDADE 2

Prezados(as) alunos(as)!

A nossa disciplina OBSERVAÇÃO E REFLEXÃO DO TRABALHO ESCOLAR I tem como objetivo principal conhecer e compreender o funcionamento e a organização dos ambientes escolares a fim de que o futuro profissional possa atuar nesses espaços com uma visão crítica da realidade de planejamento e avaliação relacionando-os com a comunidade.

Ela faz parte de um rol de disciplinas preparatórias para as atividades de docência (estágio) que serão realizadas posteriormente. Dito isso, salientamos a oportunidade que vocês terão para estabelecerem um primeiro contato com as escolas e observar suas realidades, a fim de que sejam planejados os estágios no futuro.

Lembrem-se de que esta escola pode ser futuramente uma opção para o estágio curricular. Então procurem estabelecer uma relação saudável com os profissionais que nela trabalham e deixem uma boa primeira impressão.

Leia atentamente as orientações.

PRIMEIRA AÇÃO – Escolher uma escola que tenha sala de informática.

Apresentar-se à direção da escola e/ou coordenação pedagógica e conversar sobre a possibilidade de realizar entrevistas com integrantes da direção ou coordenação pedagógica sobre o funcionamento e a organização da escola e com professores que trabalham com informática além de poder ter acesso a documentos como o Projeto Político pedagógico (PPP) e o Regimento da Escola.

Leve consigo um comprovante de matrícula que servirá de identificação para a apresentação na referida Escola que realizará essa primeira conversa.

SEGUNDA AÇÃO – Conversa com a Coordenação Pedagógica ou direção e análise do PPP e o Regimento da Escola, relatando os principais pontos como:

Dados de Identificação, Marco Doutrinal (histórico da escola), Marco Operativo (o que a escola busca), Diagnóstico, Objetivo da Escola, Objetivos dos níveis de ensino que a escola oferece, Metodologia de Ensino, Organização Curricular, Regime escolar, Avaliação, Recuperação, Classificação, Reclassificação, Avanços, etc...

Normas de Convivência, Nota mínima para passar de ano, recuperação, prova final, média.

Junto à direção ou coordenação pedagógica podem ser tratados também temas como: Compreensão da organização dos espaços escolares; Organização do trabalho escolar; A relação da escola com a comunidade; as dificuldades mais preocupantes; O papel da escola no mundo atual; A importância da educação escolar para a formação do indivíduo, etc...

TERCEIRA AÇÃO – Visita à sala de informática e conversa com o(a) responsável pelo laboratório. Verificar se existe profissional exclusivo para este fim, que formação ele(a) possui, qual a carga horária destinada para as atividades na informática, quantos computadores, quantos estão funcionando, se existe manutenção periódica, projetos que a sala de informática oferece, como são as visitas das turmas,

se professores tem acesso à internet para preparar suas aulas, qual é o objetivo da sala de informática dentro do processo formativo do aluno, etc...

IMPORTANTE: Procure elucidar seus relatórios com fotos e outros registros que possam ser feitos nos espaços visitados.

As atividades deverão serem postadas no ambiente virtual, seguindo combinações prévias.

Bom trabalho!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o estudo, observou-se que contribuiu para a conscientização da importância da reflexão sobre as nossas práticas, envolvendo a comunidade escolar. Buscou-se analisar a relevância do uso de diferentes estratégias e instrumentos de observação do cotidiano escolar, que permitiu um conhecimento mais profundo das práticas e motivações, concepções e interesses dos alunos. Por outro lado, o estudo proporcionou também observar como a pouca disponibilidade de tempo, as distâncias geográficas, incertezas e ansiedades estão sempre presentes neste cotidiano e a necessidade de que uma boa Gestão Escolar, comprometida com sua escola, influencia no andamento de uma aprendizagem eficaz. Pode-se concluir então, que a colaboração e integração de todo o Sistema Educacional faz refletir sobre a forma como desenvolvemos o nosso processo de ensino e de aprendizagem, confronta com aspectos que por vezes passam despercebidos na prática diária, mas que podem ser reformulados, gerando confiança para partilhar experiências e melhorar a prática pedagógica. Sabemos que o conhecimento é constituído do que é observado, do experimentado. A especulação, a imaginação, a intuição, a criatividade não deve desempenhar qualquer papel na obtenção do conhecimento. Ele se torna uma construção humana que intenciona descrever, compreender e agir sobre a realidade. Mas, para que o conhecimento se efetive, é necessário que a escola esteja preparada em todos os setores. Começando pelos próprios pais em suas casas, depois por professores e diretores especializados. E, também, é importante mencionar que o espaço físico é essencial para a educação. Assim, as leis precisam dar atenção especial aos educandos e educadores, pois, eles deixaram de ser apenas destinatários de direitos, mas passaram a ser titulares de direitos e de proteção ante as suas especificidades. Deste modo, os direitos fundamentais asseguram a qualquer cidadão os direitos básicos para um Estado Democrático de Direito e uma Educação de Qualidade, onde os espaços escolares se tornem devidamente importantes em todos os setores da Instituição Escolar. No entanto, a cada dia se constata uma crescente necessidade de se identificar e remover novas barreiras, articulando renovadas respostas, frente aos desafios que precisam ser vividos no dia a dia, com otimismo e compromisso com um futuro mais justo para todos nós.

REFERÊNCIAS

ALFAYATE, M. G. Para um sistema básico de valores compartilhado no Projeto Educativo de Centro. In: NIEVES, A. M.; et al. **Valores e temas transversais no currículo**. Tradução: Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2002.

APPLE, M. **Ideologia e currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982-a

_____. **Para além da lógica do mercado: Compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo**. Ed: Lamparina: Rio de Janeiro, 2005.

ARAÚJO, U. F. **Assembleia escolar: um caminho para resolução de conflitos**. São Paulo: Moderna, 2004.

ARAÚJO, L. **Religião e modernidade em Habermas**. São Paulo: Loyola, 1996.

ARAÚJO, L. C. G. **Teoria Geral da Administração: aplicação e resultados nas empresas brasileiras**. São Paulo: Atlas, 2004.

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

_____. **História Social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2ª edição, Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARROYO, M. G. **Ofício de Mestre: imagem e autoimagens**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 2000.

ASSUNÇÃO, E; COELHO, M. T. **Problemas de Aprendizagem**. São Paulo, Ática, 1989.

BEE, H. **O ciclo Vital**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

BERNARDO, J. **Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana**. São Paulo: Cortez, 2004.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BOURDIEU, P; PASSERON, J.C. **A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino**, (Tradução de C. Perdigão Gomes da Silva), Ed. Vega, Lisboa, 1970.

BRANDÃO, C. R.; **Identidade e Etnia**. Editora Brasiliense, 1986.

BRANDÃO, Z. Entre questionários e entrevistas. In: NOGUEIRA M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO N. (ORG). **Família e Escola**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96**. Brasília. MEC, 1996.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8069/90. Brasília. MEC. 2004.

BRASIL. **Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Ministério das Comunicações, 1988.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEE, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Brasília: MEC, vol. 7, 1997.

BRASIL. Lei no. 8.069/90. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1991.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Bolsa Família: Transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde e à educação**. Brasília: Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), 2009.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais/Secretaria de Educação Fundamental**. - Brasília: MEC/SEE, 1998.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**.

BRASIL. **Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade**. Brasília: MEC/SEDH, 2004, v. 1-4.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Conselho Escolar e valorização dos Trabalhadores em educação**. Brasília, DF, 2006.

CARVALHO, A. F. Mulheres artesãs: extrativismo da taboa em Pacatuba SE. Universidade Federal de Sergipe, Tese de Doutorado 2018 (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Disponível em: <<https://ri.ufs.br/handle/riufs/9269>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

_____ **Educação Inclusiva: com os pingos nos is**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**. São Paulo: Cortez, 1989.

COLL, C. **Aprendizagem Escolar e Construção do Conhecimento**. Porto Alegre:

Artmed, 1994.

CORREA, R. M. **Dificuldades no aprender: um outro modo de olhar**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

CORTINA, A. **O fazer ético: guia para a educação moral**. São Paulo: Moderna, 2003.

COUTINHO, C. N. – **Gramsci**; 2ª edição; Porto Alegre, RS; Ed. LePM; 1981.

DABAS, E. **Redes sociais, famílias y escuela**. Buenos Aires: Paidós, 2005.

DALLAN, E. M. C. **Proposta pedagógica e autonomia da escola**. Paraná, 2000.

DAYRELL, J. T. **A Educação do aluno trabalhador: uma abordagem alternativa**, Educação em Revista. B. H. v. 15, p. 21-29. jun. 1992.

DELORS, J. (org.) **Educação para o século XXI**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DELVAL, J. **A escola possível: democracia, participação e autonomia**. Campinas: mercado de letras, 2006.

DEWEY, J. **Educação e Democracia**. 5. Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

DUARTE, R. **Pesquisa qualitativa; Reflexões sobre o trabalho de campo**. Rio de Janeiro., 2002.

DURHAM, E. **Cultura e Ideologia**. Revista Dados, Rio de Janeiro, v. 27, p. 71-89. 1984.

EDLER CARVALHO, R. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. 2. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

ENGUITA, F. Mariano. Reprodução, Contradição, estrutura social e atividade humana na educação. **Teoria e Educação**. Porto Alegre, v. 1, p. 108-133. jun. 1990.

ESTEVES, J. M. **A terceira revolução educacional: a educação na sociedade do conhecimento**. São Paulo: Moderna, 2004.

EZPELETA, J.; ROCKWELL. **Pesquisa participante**. SP: Cortez Ed., 1986.

FERREIRA, M. C. T; MARTURANO, E. M. Ambiente familiar e os problemas do comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar. **Psicologia: Reflexão e Critica**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 35-44, 2002.

FONSECA, V. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

- FREIRE, B. **Escola, estado e sociedade**; 6ª edição; São Paulo; Ed. Moraes, 1986.
- FREIRE, M. et al. **Grupo – indivíduo, saber e parceria: malhas do conhecimento**. Série Seminários. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1997.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**; 18ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1983a.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**, 11ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**; 13ª edição; Rio de Janeiro; Ed. paz e terra; 1983b.
- FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e Ousadia**: O cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- FREIRE, P.; ILLICH, I. **Diálogo**. Buenos Aires, Búsqueda, 1975.
- FREIRE, P. A **Importância do Ato de Ler: Em três artigos que se completam**. 27. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.
- FREIRE, P. **Papel do educador na alfabetização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FREITAG, B. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Moraes, 1986.
- FREITAS, L. C. **Crítica da Organização do trabalho pedagógico e da Didática**. Campinas, SP: Papirus Editora, 1995.
- FRIZZO, G. A. **Organização do Trabalho Pedagógico da Educação Física na Escola Capitalista**, 2012. 263f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano. Escola de Educação Física, UFRGS, Porto Alegre. 2012.
- GAGNÉ, R. M. **Como se realiza a aprendizagem**. Rio de Janeiro, Livros Técnicos, 1974.
- GARDER, J. **O mundo de Sofia**: Romance da história da Filosofia; Tradução João Azenha Junior – São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- GAARDER, J. **O mundo de Sofia**. Trad. João Azenha Jr. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- GASPARIN, J. L. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**. Campinas, São Paulo: Autores associados, 2003.
- GIROUX, H. Os professores como intelectuais. Rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- GOULART, I. B. **Piaget: experiências básicas para utilização pelo professor**. 19ª ed. São Paulo: Vozes, 2002.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. Vol. 1 e 2. 1944

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRAWITZ, M. **Métodos y Técnicas de las Ciencias Sociales**. Barcelona: Editorial Hispano Europa, 1975.

HAMILTON, D. **Sobre as origens do termo classe e curriculum**. In: Teoria & Educação, n.6, 1992.

HEGEL, G. W. F. **La phénoménologie de l'esprit**. Paris. AUBIER, Éditions Montaigne, 1941, tome I e II. Tome III, 359.

HOLANDA, S. B. **Capítulos de história do Império**. Org. NOVAIS, F. A. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HUME, D. **Investigações sobre o entendimento humano**. São Paulo: Hedra, 2011.

KANT, I. **Antropologia de um ponto de vista pragmático**. São Paulo: Iluminuras, 2016.

KAPLAN, A. Content analysis and the theory of sings. **Philosophical Science**. v. 10, p. 230-247, 1943.

KENSKI, V. M. Avaliação da Aprendizagem. In: VEIGA, I. Passos de Alencastro (org.). **Repensando a Didática**. 10. Ed. Campinas: Papirus, 1995.

LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica** ed 5. Reimpor. São Paulo: Atlas, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LIB NEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1991.

LIB NEO, J. C. **Organização e gestão da escola: Teoria e Prática**. 5ªed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LIKERT, R. **A Organização Humana**. São Paulo: Atlas; 1975.

LÓPEZ, S. **Educação na família e na escola: o que é, como se faz**. 2ªed. São Paulo: Loyola, 2009.

LYOTARD, J. F. **O Pós-Moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

- LÜCK, H. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- LUCKESI, C. C. **Revista Tecnológica Educacional**. Rio de Janeiro – RJ: v. 20, jul/ago, 1991.
- MARCHESI, ÁLVARO; G. H. C. **Fracasso Escolar - uma perspectiva multicultural**. Porto Alegre: ARTMED, 2004.
- MARX, K. **A ideologia Alemã**. São Paulo Martins Fontes, 1998.
- MARX, K. (1859) **Para a crítica da economia política**. In: GIANNOTTI, J. A. (Org.). Tradução José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi. 2ªed. São Paulo: Abril Cultural, 1978b.
- MARX, K; ENGELS, F. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998.
- MAZZONETTO, C. V. **O Enem como política pública de avaliação: construção e/ou (des)construção do currículo escola**. 2014, 174 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, 2014. Disponível em: <<http://www.fw.uri.br/NewArquivos/pos/dissertacao/50.pdf>>. Acesso em: 13/01/2019.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo, EPU, 1986.
- MORENO, M; SASTRE, G. **Resolução de conflitos e aprendizagem emocional: gênero e transversalidade**. São Paulo: Editora Moderna, 2002.
- MONTANDON, C.; PERRENOUD, P. **Entre parents et enseignants: un dialogue impossible?** Paris, Peter Lang, 1987.
- NOGUEIRA, R. A. Mudanças na sociedade contemporâneas. **Mundo Jovem**. São Paulo, nº. 123, fev. 2002.
- NOGUEIRA, M. A. **Trajetórias escolares, Estratégias Culturais e Classes Sociais. Teoria & Educação**. Porto Alegre, n.3.
- OLIVEIRA, M K. de. Vygotsky. **Aprendizado e desenvolvimento: Um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1997.
- OLIVEIRA, M. K. Vygotsky - **Aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico**. 4º ed. São Paulo: Scipione, 2005.

- OLIVEIRA, Z. R. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.
- OLIVEIRA, A. P. M. **A Prova Brasil como política de regulação da rede pública do Distrito Federal**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, Brasília. 2011.
- ORSO, P. J. (Org.). **Educação, sociedade de classes e reforma universitária**. Campinas. SP: Autores Associados, 1998.
- ORSO, P. J.; GONÇALVES, S.; MATOS, V. (Orgs.). **Educação e lutas de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 10ª ed. Ver. E atual. Campinas, SP: Papyrus, 2004.
- PARO, V. H. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.
- PARO V. H. **Qualidade do ensino: a contribuição dos pais**. São Paulo: Xamã, 2007.
- PARO V. H. Gestão da escola pública: a participação da comunidade. **Revista de estudos pedagógicos**, 1992.
- PAROLIM, I. **As dificuldades de aprendizagem e as relações familiares**. Fortaleza, 2003
- PEREIRA, S. E. F. N. **Redes sociais de adolescentes em contexto de vulnerabilidade social e sua relação com os riscos de envolvimento com o tráfico de drogas**. 2009. 320 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- PEREIRA, P. C.; SANTOS, A. B.; WILLIAMS, L. C. A. Desempenho escolar da criança vitimizada encaminhada ao fórum judicial. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, Brasília, v. 25, n. 1, p. 19-28, mar. 2009.
- PFROMM NETTO, S. **Psicologia da Aprendizagem e do Ensino**. São Paulo: Pedagógica e Universitária Ltda, 1987.
- PIAGET, J. **Para onde vai à educação?** Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007.
- PIAGET, J. **Seis estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.
- PILETTI, N. **Sociologia da educação**. São Paulo: Ática, 2004.
- PILETTI, C. **Didática Geral**. 14ª ed. São Paulo, 1991.

PINAR, W. F.; REYNOLDS, W. R.; SLATERRY, P. e TAUBMAN, P. M. **Understanding curriculum**. New York, Peter Lang, 1995.

PINTO, Á. V. **Ciência e Existência**: Problemas filosóficos da pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PINTO, Á. V. **Sete lições sobre educação**. São Paulo: Cortez, 1997.

PINSKY, J. **Educação e cidadania**; 3ª edição; SP; Ed. contexto; 1999.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PORTELA, A. L.; ATTA, D. M. A. A Dimensão Pedagógica da Gestão da Educação. In: RODRIGUES, M.; GIÁGIO, M. **Guia de Consulta para o Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação** – PRASEM III Brasília: FUNDESCOLA/MEC, 2001.

PRADO JUNIOR, C. **Dialética do Conhecimento**. Brasília: Brasiliense, 1969.

PRATI, L. E.; COUTO, M. C. P. P.; KOLLER; S. H. Famílias em Vulnerabilidade Social: Rastreamento de Termos Utilizados por Terapeutas de Família. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 403-408, mar. 2009.

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS ESCOLARES. **Conselho Escolar e a relação entre a escola e o desenvolvimento com igualdade social** - elaboração AGUIAR, M. A. S et. al. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 55 p.

PUIG, J. M. R. **A construção da personalidade moral**. São Paulo: Ática, 1998a.

PUIG, J. M. R. **Ética e Valores: métodos para um ensino transversal**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998b.

PUIG, J. M. R. **Democracia e Participação escolar**. São Paulo: Moderna, 2000.

RAPOPORT, A.; SARMENTO, D. F. Desenvolvimento e aprendizagem infantil: implicações no contexto do primeiro ano a partir da perspectiva Vygotskiana. In RAPOPORT, Andrea et al (org.). **A Criança de seis anos no ensino fundamental**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

REIS, R. P. In. **Mundo Jovem**, nº. 373. fev. 2007.

REVISTA NOVA ESCOLA. Disponível em: <www.novaescola.org.br>. Acesso em: junho/julho de 2006.

RIBEIRO, V. M.; RIBEIRO, V. M.; GUSMÃO, J. B. Indicadores da qualidade para a mobilização da escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 124, p. 227-251, jan./abr. 2005.

RODRIGUES, N. **Da mistificação da escola a escola necessária**. 6. Ed., São Paulo: Cortez, 1992.

ROSENFELD, D. L. **O que é democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio ou da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio ou da Educação**, São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SANTOS, B. S. (1991). **O Estado e o Direito na Transição Pós-Moderna**. *Humanidades*, 7, 3.

SAMPAIO, D. M. **A pedagogia do ser: Educação dos sentimentos e dos valores humanos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

SAVIANI, D. **Política e educação no Brasil: o papel do congresso nacional na legislação do ensino**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 27. Ed., Campinas, SP: Autores Associados, 1993.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras aproximações**. São Paulo: Cortez, 1991.

SCHILLING, M. **Qualidade em nutrição: método de melhorias contínuas ao alcance de indivíduos e coletividades**. São Paulo: Varela, 1995.

SCHNITMAN, D. F. Novos Paradigmas na resolução de conflitos. In: SCHNITMAN; LITTLEJOHN (Org.). **Novos Paradigmas em mediação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SHINYASHIKI, R. **Pais e Filhos, Companheiros de Viagem**. São Paulo: Gente, 1992.

SERRANO, G. P. **Educação em valores: como educar para a democracia**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SILVA, R. C. O desenvolvimento da Autonomia em sala de aula: Uma experiência com professores e alunos. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v. 4, n. 10, p. 16- 41, jan./abr. 2004.

SILVA, R. B. **Educação comunitária: além do estado e do mercado? A experiência da campanha nacional de escolas da comunidade – CNEC (1985-1998)**. 3. Ed. São Paulo: Autores Associados, 2003.

SILVA, T. M. T. Mamãe a professora quer falar com você. Eu não fiz nada. In: EVANGELISTA, F.; GOMES, P. T. (org). **Educação para o pensar**. Campinas: Alínea, 2003.

SILVA, A. V. Vulnerabilidade Social e suas Consequências: O Contexto Educacional da Juventude na Região Metropolitana de Natal. In: **Encontro de Ciências Sociais do Norte Nordeste**, 2007. Maceió. Disponível em <www.cchla.ufrn.br/rmnatal/artigo/artigo16.pdf>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2016.

SILVA, M. A. da. **História do Currículo como construção histórico-cultural**. Universidade Federal de Minas Gerais – Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus, 2006.

SILVA, D. R. **Psicologia da Educação e Aprendizagem** - Associação Educacional Leonardo da Vinci (ASSELVI). Indaial: ASSELVI, 2007.

SOARES, L. **Educação de jovens e Adultos**. p. 7-132. Diretrizes Curriculares Nacionais. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOARES, M. Letramento: como avaliar, como medir. In: SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autentica, 1998.

SOPELSA, O. **Dificuldades de Aprendizagem: respostas em um atelier pedagógico**. 2 eds. Porto Alegre: Editora Pucrs, 2000.

SZYMANSKI, H. (org.); ALMEIDA, L. R.; PRANDINI, R. C. A. R. A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva. In: **A relação família-escola: desafios e perspectivas**. Brasília: Liber livro, 2007.

SZYMANSKI, H. **A relação família/escola: desafios e perspectiva**. Brasília: Editora Plano, 2001.

TAYLOR, S. J.; BORGDAN R. (1992) **Introducción a los métodos cualitativos de investigación: La búsqueda de significados**. Barcelona. Piadós.

THIN, D. (2006, maio/ago.). **Para uma análise entre famílias populares e escola: confrontação entre lógicas socializadoras**. Revista Brasileira de Educação, 11 (32).

THOMPSON, E. P. **Tradicion, revuelta y consciência de classe**. Barcelona: Crítica, 1984.

TRIVIÑHOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais; A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, R. A. F.; LIMA FILHO, D. L. Do Modelo Keynesiano-fordista ao Sistema de Acumulação Flexível: mudanças no perfil do trabalho e na qualificação. In: **Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnologia**, n. 01, 2008. Belo

Horizonte, MG: CEFET, 2008.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura: notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar 1987.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

APRESENTAÇÃO DOS PROFESSORES

Clenio Vianeí Mazzonetto

Doutorando em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); Mestrado em Educação e especialização em História Regional pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões/URI - Campus de Frederico Westphalen, e Centro de Educação Superior Riograndense (CESURG). Graduado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Nossa Senhora da Imaculada Conceição/Viamão - FAFIMC. Membro do Grupo de Pesquisa Evasão Escolar, inserido na linha História, Política e Educação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da UNISINOS. Atuou como professor substituto no Instituto Federal Farroupilha - IFFAR. Atualmente é professor de Filosofia da URI/FW; Cesurg/Sarandi e da Rede Pública estadual do Rio Grande do Sul e atua no ensino a distância no curso de licenciatura em Computação pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Áreas de interesse e investigação: Filosofia, História, Formação de professores e Políticas Públicas.

E-mail: *cleniomazzonetto@yahoo.com.br*

Angela Maria Paloschi

Formada em letras português/inglês pela URI Campus de Frederico Westphalen; Especialista em literatura infantil e Infanto Juvenil pela URI. Pós-Graduada em Psicopedagogia pela URI Campus de Frederico Westphalen;

E-mail: *angelapaloschi@yahoo.com.br*